



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Gabriel Barbosa de Castilho

**UM ESTUDO COMPARADO DO IMPACTO DA CRISE DE 2008 NA POSIÇÃO DA
CHINA E DO BRASIL NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA**

Florianópolis

2021

Gabriel Barbosa de Castilho

**UM ESTUDO COMPARADO DO IMPACTO DA CRISE DE 2008 NA POSIÇÃO DA
CHINA E DO BRASIL NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Área de concentração: Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Castilho, Gabriel Barbosa de
Um estudo comparado do impacto da crise de 2008 na
posição da China e do Brasil na economia-mundo capitalista
/ Gabriel Barbosa de Castilho ; orientador, Pedro Antonio
Vieira, 2021.
132 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. economia-mundo
capitalista. 3. crise de 2008. 4. China. 5. Brasil. I.
Vieira, Pedro Antonio. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais. III. Título.

Gabriel Barbosa de Castilho

**UM ESTUDO COMPARADO DO IMPACTO DA CRISE DE 2008 NA POSIÇÃO DA
CHINA E DO BRASIL NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Bruno Hendler
Universidade Federal de Santa Maria

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Relações internacionais.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira
Orientador

Florianópolis, 2021

Às minhas sobrinhas Isabel e Helena.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só pôde existir porque há uma expressiva parcela da população brasileira que defende a existência e o fortalecimento de um sistema de educação público, gratuito e de qualidade. Sou grato a todos que lutaram para construir, gerir e fortalecer esse sistema. Nesse sentido, agradeço especificamente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida para o meu curso de mestrado.

Reconheço a importância da construção coletiva de conhecimento que permitiu a minha formação e a realização desta pesquisa. Agradeço a todos os colegas e ao corpo docente das turmas de 2019 e 2020 do PPGRI e do Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (GPEPSM) pelos momentos de discussão, aprendizado e confraternização que fizeram a minha estada em Florianópolis valer a pena. Sou grato ao professor Pedro Vieira pela confiança, acolhimento e importantes lições. Ao professor Fábio Pádua dos Santos, por todas as conversas sobre pesquisa e docência, e pela experiência de estágio na sua disciplina de Formação Econômica do Brasil II. Ao professor Helton Ouriques pelas aulas e discussões no GPEPSM e na disciplina de Seminários de Dissertação que colaboraram para a construção do projeto de pesquisa que guiaria este trabalho. Ao professor Bruno Hendler, pelos comentários e críticas na banca de qualificação e de defesa que enriqueceram esta dissertação. Aos que leram e comentaram minhas pesquisas que comporiam este trabalho apresentadas no XIII Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo e no IX Simpósio de Pesquisa em Relações Internacionais (SimpoRI).

Agradeço à minha família por todo o apoio que me permitiu chegar até aqui. À minha saudosa mãe, Hilda, por ter criado o ambiente mais acolhedor possível para o meu crescimento e por todos os ensinamentos ao longo de sua vida. Ao meu pai, Caio, pela sua dedicação incondicional. À minha irmã, Luiza, pela cumplicidade e pelas maiores alegrias dos últimos dois anos, Isabel e Helena. Ao meu companheiro, Hugo, por sempre ser o primeiro a acreditar em mim.

Também agradeço aos meus amigos do Metropolitano e da graduação no INEST-UFF pelos mais de dez anos juntos. Finalmente, agradeço a Gabriela Meira e a Natália Costa pelo reencontro em Florianópolis.

“Novos mundos
Um dia... quem sabe?
Circuit break
Seu mundo vai acabar”
(Noporn, Circuit Break, 2020)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi comparar os impactos da crise de 2008 nas posições da China e do Brasil na economia-mundo capitalista. Para realizá-la, empregamos o método da *encompassing comparison*, utilizando os Ciclos Sistêmicos de Acumulação e identificando as posições dos dois países a partir da estratificação da hierarquia mundial de riqueza e do comando econômico relativo. O segundo capítulo é a primeira etapa da comparação, onde iniciamos com a apresentação dos processos de financeirização da economia e de reestruturação produtiva mundial como os principais organizadores da conjuntura de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense (1980 à atualidade). Passamos para a identificação das articulações da China e do Brasil aos processos e percebemos que no caso chinês houve uma articulação ativa, com estabilidade e crescimento, enquanto no brasileiro houve uma articulação passiva, com instabilidade e estagnação. No terceiro capítulo, observamos a origem da crise a partir do desequilíbrio estrutural formados pelos dois processos que guiam a conjuntura e identificamos os impactos imediatos e duradouros da sua eclosão. No terceiro capítulo, realizamos a segunda etapa da comparação, analisando esses impactos na China e no Brasil e observando os seus reflexos na posição dos dois países. No período anterior à crise (1980-2008), a China assumiu uma trajetória acelerada da ascensão da sua posição tanto no indicador da estratificação da riqueza mundial como no do comando econômico relativo, enquanto o Brasil avançou timidamente no primeiro e no segundo teve um período de reversão instável (1980-2002) seguido por um curto período de avanço (2003-2008). No período posterior à crise (2009-2019), a China manteve sua trajetória de ascensão nos dois indicadores, apesar de um ritmo menor, enquanto o Brasil voltou à trajetória de estagnação e reversão observada na maior parte do período anterior à crise. Concluímos que a crise de 2008 reforçou as tendências de evolução da posição da China e do Brasil observadas durante a conjuntura de expansão financeira, apesar da diminuição do ritmo dessa evolução, causada pela redução do dinamismo da economia-mundo capitalista como um todo também causada pela crise de 2008.

Palavras-chave: Economia-mundo capitalista; crise de 2008; China; Brasil.

ABSTRACT

This research compared the impacts of the 2008 crisis on the structural positions of China and Brazil in the capitalist world-economy. To accomplish it, we employed the encompassing comparison method, using Systemic Cycles of Accumulation and identifying the positions of the two countries regarding the stratification of the hierarchy of world wealth and the relative economic command. The second chapter is the first step of the comparison, where we begin with the presentation of the processes of financialization of the economy and of world productive restructuring as the main organizers of the financial expansion juncture in the systemic cycle of US accumulation (1980 to the present). We moved on to the identification of the articulations of China and Brazil in these processes and realized that in the Chinese case there was an active articulation, with stability and growth, while in the Brazilian case there was a passive articulation, with instability and stagnation. In the third chapter, we observed the origin of the crisis from the structural imbalance formed by the two processes that guide the juncture and identified the immediate and lasting impacts of its outbreak. In the third chapter, we carry out the second stage of the comparison, analyzing these impacts in China and Brazil and observing their effects on the position of the two countries. In the period before the crisis (1980-2008), China assumed an accelerated trajectory of rising its position both in the indicator of the stratification of world wealth and in the relative economic command, while Brazil advanced timidly in the first and in the second it had a period of unstable reversal (1980-2002) followed by a short period of advance (2003-2008). In the period after the crisis (2009-2019), China maintained its upward trajectory in both indicators, despite a slower pace, while Brazil returned to the trajectory of stagnation and reversal observed in most of the period before the crisis. We conclude that the 2008 crisis reinforced the trends in the evolution of the position of China and Brazil observed during the context of financial expansion, despite the slowdown in the pace of this evolution, caused by the decrease in the dynamism of the capitalist world-economy as a whole, also caused by the 2008 crisis.

Key-words: Capitalist world-economy; 2008 crisis; China; Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxas chines de utilização da capacidade em setores selecionados em 2008 e 2014 (%)	82
Tabela2: Posição da China e do Brasil na hierarquia mundial de riqueza (1980-2008)	103
Tabela 3: Posição da China e do Brasil na hierarquia mundial de riqueza (2008-2018)	104
Tabela 4: Coeficiente e população da China e do Brasil em relação ao PNB <i>per capita</i> do centro	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento do PIB nas economias “avançadas e nas “economias de mercado emergente” (2006-2009)	66
Gráfico 2: Taxas de crescimento do PIB mundial (1999-2019)	67
Gráfico 3: Crescimento trimestral das exportações chinesas (2007-2010)	72
Gráfico 4: Contribuição das exportações líquidas para o crescimento (porcentagem) chinês (2007-2010)	72
Gráfico 5: Entrada de Investimento Direto Externo na China (2000-2010) em bilhões de dólares	74
Gráfico 6: SSE Composite Index (outubro de 1995 – abril de 2021)	74
Gráfico 7: Investimentos em ativos fixos na China entre 2004-2009 (% do PIB)	75
Gráfico 8: Taxas de crescimento trimestrais do PIB chinês e dos seus setores (2004-2009)	76
Gráfico 9: Distribuição percentual por áreas de prioridades do pacote chinês de estímulos	79
Gráfico 10: PIB chinês decomposto pela ótica da demanda (2008-2019)	82
Gráfico 11: Variação real trimestral do crescimento do Consumo, Investimento e PIB do Brasil (2008-2009)	85
Gráfico 12: Balança comercial mensal de bens e serviços do Brasil (2008-2009)	86
Gráfico 13: Taxas de crescimento do PIB (1998-2019)	94
Gráfico 14: PIB brasileiro em dólares constantes a 2010 (trilhões)	94
Gráfico 15: Porcentagem de cada setor da economia brasileira no PIB (2008-2019)	95
Gráfico 16: Porcentagem do emprego por setor da economia brasileira (2008-2019)	95
Gráfico 17: Variação do produto da indústria extrativa em porcentagem do PIB (2008-2019)	96
Gráfico 18: Variação real do PIB da indústria de transformação (2008-2019)	97
Gráfico 19: Valor adicionado das indústrias de média e alta tecnologia, incluindo construção, como porcentagem da produção industrial (2008-2019)	97
Gráfico 20: Estratificação da hierarquia mundial de riqueza (1980-2008)	103
Gráfico 21: Estratificação da hierarquia mundial de riqueza (2008-2019)	104
Gráfico 22: Coeficiente (%) do PNB <i>per capita</i> da China e do Brasil em relação centro (1980-2018)	106
Gráfico 23: Coeficiente (%) do PIB <i>per capita</i> da China e do Brasil em relação ao centro (1980-2018)	107
Gráfico 24: PNB <i>per capita</i> do centro, da China e do Brasil	108

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A CHINA E O BRASIL NA EXPANSÃO FINANCEIRA DO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO ESTADUNIDENSE	24
2.1	A expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense	25
2.1.1	A crise sinalizadora (1968-1973)	25
2.1.2	A financeirização da economia.....	27
2.1.3	A reestruturação produtiva mundial.....	31
2.1.4	A dinâmica sistêmica da fase de expansão financeira do ciclo estadunidense	34
2.2	A China na expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense	36
2.2.1	Adequação chinesa à conjuntura: o “socialismo com características chinesas” .	36
2.2.2	A dinâmica chinesa na conjuntura: a formação do eixo sino-americano de acumulação.....	40
2.3	O Brasil na expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense	44
2.3.1	Adequação brasileira à conjuntura: o modelo liberal periférico	44
2.3.2	A dinâmica brasileira na conjuntura: a inserção passiva ao eixo sino-americano de acumulação.....	47
2.4	Síntese do capítulo: as diferentes articulações da China e do Brasil à fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense	51
3	A CRISE DE 2008 COMO CRISE SISTÊMICA: O LIMITE DA EXPANSÃO FINANCEIRA DO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO ESTADUNIDENSE ...	53
3.1	A crise de 2008 como resultado da financeirização da economia.....	54
3.2	A crise de 2008 como resultado da reestruturação produtiva mundial	59
3.2.1	Desequilíbrios globais.....	59
3.2.2	O desequilíbrio estrutural do eixo sino-americano e a crise de 2008.....	60
3.3	Os impactos da crise de 2008 na economia-mundo capitalista	65
3.4	Síntese do capítulo: A crise de 2008 como um impasse sistêmico	68
4	A POSIÇÃO ESTRUTURAL DA CHINA E DO BRASIL APÓS A CRISE DE 2008.....	70

4.1	A reação chinesa: em busca do “século chinês”	71
4.1.1	Os impactos imediatos da crise na China	71
4.1.2	As políticas chinesas de combate à crise de 2008	77
4.1.3	A China pós-2008: combate às contradições de desenvolvimento e preparação para a possível ascensão	80
4.2	A reação brasileira: a tentativa de surfar a “marolinha”	84
4.2.1	Os impactos imediatos da crise no Brasil	84
4.2.2	As políticas brasileiras de combate à crise de 2008	87
4.2.3	O Brasil pós-2008: uma nova década de estagnação	91
4.3	A evolução da posição estrutural da China e do Brasil na economia-mundo capitalista (1980-2019)	98
4.3.1	Análise da posição estrutural da China e do Brasil	98
4.3.2	A evolução da posição estrutural da China e do Brasil a partir do comando econômico relativo	105
4.4	Síntese do capítulo: As trajetórias opostas da China e do Brasil	109
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

A crise de 2008 é um evento complexo, que envolve diferentes âmbitos da vida social. Por esse motivo, o evento foi denominado de distintas maneiras, de acordo com a perspectiva utilizada para observá-lo e os objetivos de tal observação. Pesquisadores institucionalistas, que observam o evento como crise de um sistema financeiro internacional desregulamentado construído a partir da década de 1970, chamam-no de “crise financeira internacional” (BORDO, 2008) ou “crise financeira global” (EDEY, 2009). Os pesquisadores preocupados com os efeitos avassaladores da crise principalmente nos países do Atlântico Norte a chamam de a “Grande Recessão” (IVANOVA, 2011; SHAIKH, 2011). Para alguns grupos de pesquisadores marxistas, que pensam o evento como crise da forma superior de acumulação de capital em âmbito global desenvolvida pelo capitalismo no século XX, trata-se de a “Grande Crise Capitalista Global” (BARROSO e SOUZA, 2013) ou “Crise Capitalista Global” (BERBEROGLU, 2011).

Contudo, há um outro grupo de pesquisadores que pensam o capitalismo como um sistema social histórico de longa duração que consideram a crise do capitalismo um processo muito mais amplo que o episódio da crise de 2008, tratado como uma “turbulência” (WALLERSTEIN, 2011) ou mais um “indicador” do fim de uma fase dessa longa história do capitalismo (SILVER e ARRIGHI, 2012). Nesta dissertação, partimos dessa premissa e entendemos esse evento como um resultado de aspectos de diferentes processos que formam a atual conjuntura do capitalismo, como será mostrado no decorrer desta dissertação. Consideramos que as outras perspectivas não são perspectivas equivocadas quanto à crise de 2008, mas são insuficientes para se entender com profundidade como a crise foi resultado de um arranjo específico da economia mundial e do sistema interestatal e, por isso, também são insuficientes para se perceber os seus impactos nessas duas entidades. Assim, escolhemos por não qualificar o evento, chamando-o simplesmente de “crise de 2008”, evitando então que a forma de identificá-lo seja confundida com um alinhamento quanto a alguma dessas tradições de estudo da crise expostas no parágrafo anterior.

A crise de 2008 foi a maior crise do capitalismo desde a eclosão da crise de 1929 (BERBEROGLU, 2011). Como mostram Manokha e Chalabi (2011), o campo de estudos das Relações Internacionais teve pouco interesse em analisar a formação desse fenômeno e as suas consequências nas dinâmicas internacionais. Passados treze anos desde a sua

eclosão, os efeitos da crise de 2008 ainda reverberam no mundo (BARROSO, 2019; TOOZE, 2018). Por esse motivo, acreditamos serem necessários novos estudos para incorporar ao campo das Relações Internacionais novas reflexões sobre a sua eclosão e a identificação de seus desdobramentos até a atualidade. Esta dissertação se debruça sobre essa temática para comparar os seus impactos na China e no Brasil.

A escolha da comparação entre os dois países se dá por dois motivos relacionados. O primeiro é pela observação de que ambos apresentam uma trajetória de notável crescimento econômico no início do século XXI, mas, com a eclosão da crise de 2008, essa trajetória se bifurca, com a China mantendo seu crescimento, apesar de um ritmo menos intenso, enquanto o crescimento brasileiro desacelera consideravelmente¹. O segundo motivo é por serem dois países em posição de liderança econômica nas regiões em que estão inseridos, o Leste Asiático e a América Latina, respectivamente. A China e o Brasil parecem representar as dinâmicas das trajetórias opostas das duas regiões. Logo, espera-se que o estudo da dinâmica dos dois países líderes das regiões possa contribuir para esboçar algumas respostas e incentivar estudos futuros para a compreensão dessas diferenças regionais.

Defendemos que uma perspectiva histórico-mundial é a forma mais adequada para identificar os processos que causaram a eclosão da crise e como a China e o Brasil se articularam a esses processos. Tal perspectiva permite escapar dos postulados perniciosos² que permeiam as Ciências Sociais (TILLY, 1984) porque nos leva a estudar os fenômenos sociais a partir de uma unidade de análise totalizante, que abarque os processos relevantes para os fenômenos que buscamos entender, sem as fronteiras mentais impostas pelas realidades políticas que formam o nosso mundo. Entendemos que a Economia Política dos Sistemas-Mundo apresenta os aspectos epistemológicos

¹ À título de ilustração, de acordo com dados do Banco Mundial, a média anual do crescimento do PIB da China e do Brasil de 2001 a 2008 foi de 10,7% e 3,7%, enquanto de 2009 a 2019 essas taxas foram de 7,8% e 1,3%, respectivamente.

² Tilly (1984) defende que de uma interpretação equivocada das mudanças sociais do século XIX, ergueram-se oito postulados perniciosos no pensamento social do século XX, ainda em vigor de certa forma. Esses postulados são: (1) a concepção do mundo composto por distintas “sociedades”, relativamente autônomas entre si em relação a cultura, governo, economia; (2) explicações para o comportamento social como o resultado de eventos mentais dos indivíduos; (3) “mudança social” como um evento geral e coerente; (4) a concepção da mudança social em etapas, em que as sociedades avançam estágios, cada um mais avançado que o anterior; (5) processos de diferenciação formam os processos de avanço nos estágios de mudança social; (6) a ordem social depende do equilíbrio entre processos de diferenciação e processos de integração e controle; (7) uma game de comportamentos desviantes (loucura, crimes, rebeliões, por exemplo) são resultados de mudanças sociais excessivamente rápidas; (8) consideração como legítimas ou ilegítimas formas de coerção dependendo se resultam de processos de integração e controle ou de diferenciação, respectivamente.

necessários para executarmos esse estudo comparativo histórico-mundial. Vieira (2012, p.208) sintetiza esses aspectos em quatro pontos principais:

“1) não tomar a sociedade ou economia/sociedade/Estado nacional como unidade de análise; 2) não aceitar o pressuposto de que a realidade pode ser adequadamente compreendida separadamente pelas várias disciplinas em que se dividem as Ciências Sociais; 3) admitir que o sistema capitalista e o sistema interestatal são duas entidades que nasceram juntas e interligadas; 4) adotar as concepções braudelianas do tempo como duração dos acontecimentos/processos e da história como dialética das durações, ou seja, como resultado da mútua interação dos tempos curto (acontecimento), médio (conjuntura) e longo (estrutura), sendo este último o tempo mais adequado para estudar as mudanças sociais relevantes”.

Com base no acima exposto, a pergunta de pesquisa pode ser assim formulada:

Quais são os impactos da crise de 2008 nas posições estruturais da China e do Brasil na economia-mundo capitalista?

Antes da apresentação da nossa hipótese e do modelo de análise construído para verificá-la, se faz necessário esclarecer brevemente dois conceitos empregados nessa pergunta. O primeiro desses conceitos é o de economia-mundo capitalista, a unidade de análise aqui adotada, que é o sistema social histórico formado a partir do século XVI na Europa, com a aliança entre os agentes capitalistas e os estatais, e que se expande até ocupar todo o planeta no século XIX (ARRIGHI, 1996). Esse sistema histórico é composto por uma divisão do trabalho que segue uma lógica capitalista e que atravessa e articula vários atores politicamente soberanos, os Estados (WALLERSTEIN, 2000). A lógica capitalista desse sistema social histórico consiste na “produção para venda em um mercado em que o objetivo é a maximização dos lucros. Nesse sistema, a produção é constantemente expandida enquanto a produção adicional for lucrativa, e os homens inovam constantemente em novas formas de produção que vão expandir a margem de lucros”³ (WALLERSTEIN, 2000, p.83). Apesar da centralidade do mercado nessa concepção de capitalismo, os agentes capitalistas também vão evitar “a sua operação normal sempre que isso implicar na não maximização dos seus lucros”⁴ (WALLERSTEIN, 2000, p.85). Assim, a economia-mundo capitalista passa a organizar o mundo social de acordo com os interesses capitalistas de acumulação de riqueza e os interesses estatais de acumulação de poder.

³ Tradução livre. Original: [...] the essential feature of a capitalist world-economy, which is production for sale in a Market in which the object is to realize the maximum profit. In such a system production is constantly expanded as long as further production is profitable, and men constantly innovate new ways of producing things that will expand the profit margin.

⁴ Tradução livre. Original:[...] the attempts of actors in the market to avoid the normal operation of the market whenever it does not maximize their profit.

O segundo conceito, de posição estrutural, está ligado à composição da economia-mundo capitalista. Wallerstein (2000) demonstra que as desigualdades que perpassam esse sistema social histórico, quando analisadas do ponto de vista dos Estados, permitem a identificação de três zonas estruturais: o centro, a semiperiferia e a periferia. A zona central é composta pelos Estados que, junto à atuação dos agentes capitalistas de seu território, são capazes de concentrar dentro de suas jurisdições a maior parte do excedente gerado pelas cadeias mercantis que compõem a divisão mundial do trabalho que articula as diferentes zonas da economia-mundo capitalista. Devido à tendência de polarização do sistema-mundo capitalista, a existência de uma zona acumuladora de excedentes, implica na existência de uma zona de onde os excedentes são extraídos, essa é principalmente a zona periférica, onde os dispositivos estatais e a classe capitalista são débeis ou inexistentes, razão pela qual a periferia é “o *locus* da exploração e da impotência” (ARRIGHI e DRANGEL, 1998, p.140). A terceira zona, a semiperiferia, é uma zona intermediária, com uma resistência relativa à tendência de polarização. Enquanto o centro possui uma concentração de atividades produtivas de *maior* retorno nas cadeias de mercadoria e a periferia uma maior concentração de atividades produtivas de *menor* retorno, a semiperiferia apresenta “uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e periféricas” (ARRIGHI e DRANGEL, 1998, p.140).

Apesar de essa tripartição das zonas da economia-mundo capitalista ser estrutural, a configuração dessas zonas pode variar, de acordo com processos que possam alterar a sua composição, devido às formas que os Estados são rearticulados pelos processos. Entretanto, o peso das estruturas leva a uma tendência cumulativa das capacidades dos Estados de se consolidarem em suas posições e se adaptar a novos processos que reconfiguram a estrutura trimodal, o que diminui a capacidade de alteração da posição dos Estados. A capacidade de alteração individual da posição também é limitada porque as posições estruturais são mutuamente determinadas, ou seja, a mudança de posição de um dos Estados afeta a posição dos demais componentes de todo sistema-mundo capitalista.

A China e o Brasil, nunca fizeram parte da região central da economia-mundo capitalista. Ambos foram incorporados a esse sistema histórico durante a sua expansão para além do continente europeu, mas em momentos distintos. O Brasil, ou melhor, a região correspondente ao Brasil atual, foi incorporada à economia-mundo capitalista como uma região periférica na própria formação desse sistema histórico no século XVI, sem a qual não haveria a consolidação desse sistema no período, ou seja, “a criação dessa

entidade geossocial, América, foi o ato constitutivo do sistema-mundo moderno”⁵ (QUIJANO e WALLERSTEIN, 1992, p.583). Durante a maior parte de sua história, permaneceu nessa posição estrutural até ascender à posição semiperiférica somente em meados do século XX (Wallerstein, 2004; Arrighi, 1998; Vieira, 2012; Vieira, 2012; Arend, 2013; Ouriques e Vieira, 2017; Karatasli, 2017). A China já era constituída por um sistema político e econômico próprio antes da formação do sistema-mundo moderno e se manteve independente desse sistema histórico durante a maior parte de sua história. Sua incorporação se dá em meados do século XIX, via ação militar, e, a partir de então, passa a ter uma função periférica na economia-mundo capitalista, até ascender também à semiperiferia no século XX (Wallerstein, 2004; Arrighi, 1998; So e Chiu, 1995; Arrighi, Hamashita e Selden, 2003; Li, 2008; Palat, 2012; Hung, 2016; Vieira, 2021).

Constatamos então as semelhanças e diferenças nas articulações de longa duração da China e do Brasil à economia-mundo capitalista. Contudo, desde 1980, essas articulações implicaram em trajetórias ainda mais distintas entre os dois países. Enquanto o Brasil passou por uma década perdida de crescimento e de fortalecimento de sua vulnerabilidade externa, a China se abria e se modernizava para a economia-mundo, iniciando uma trajetória de quatro décadas de forte crescimento econômico.

Os argumentos acima conduzem à seguinte hipótese: A crise de 2008 reforçou as formas pelas quais China e Brasil se articulavam à economia-mundo capitalista desde 1980. Mais especificamente, na China, a crise contribuiu para o aumento da concentração de excedentes em seu território via o avanço da sofisticação industrial nesse país, consolidando-o como centro produtivo no sistema-mundo e elevando a sua posição estrutural. No Brasil, a crise diminuiu a concentração de excedentes graças ao fortalecimento da sua tendência à desindustrialização e à reversão produtiva, mantendo estagnada a sua posição estrutural.

Para a verificação da hipótese, elaboramos um modelo de análise baseado no método da *encompassing comparison* (TILLY, 1984). A *Encompassing Comparison* é uma estratégia de análise histórico-comparativa a nível sistêmico-mundial e que tenta “discernir as conexões essenciais e variações dentro de um conjunto de estruturas sociais fortemente interdependentes”⁶ (TILLY, 1984, p.61). Essa estratégia é definida pela forma

⁵ Tradução livre. Original: “La creación de esta entidade geosocial, América, fue el acto constitutivo del moderno sistema mundial”.

⁶ Tradução livre. Original: At the world-systemic level, we are trying to discern the essential connections and variations within the largest sets of strongly interdependent social structures.

de relação entre observação e a teoria. Ela “posiciona diferentes casos em locais distintos de um mesmo sistema, como forma de explicação de suas características em função da variação do seu relacionamento com o sistema como um todo”⁷ (TILLY, 1984, p.83). Nesta ordem de ideias, a China e o Brasil foram situados no sistema-mundo capitalista para entender as suas similaridades e diferenças de acordo com o relacionamento de cada um com o sistema em que estão inseridos. Tilly (1984) defende que antes de se aplicar essa estratégia, deve-se ter um mapa mental de todo o sistema e uma teoria de como opera.

Nesta dissertação, o mapa mental que guia a comparação consiste basicamente no conceito desenvolvido por Arrighi (1996) de Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Esse conceito foi elaborado para se entender a formação e a evolução da longa duração da economia-mundo capitalista. Arrighi (1996) apresenta como esse sistema histórico consistiu em uma sucessão de quatro ciclos sistêmicos de acumulação⁸, marcados por rupturas e continuidades nos processos que sustentam a acumulação de riqueza e poder. Cada ciclo é formado por uma fase inicial de expansão material, que eventualmente se exaure, levando ao evento que o autor chama de crise sinalizadora⁹. Essa crise é solucionada por uma fase de expansão financeira, que marca o declínio de um ciclo, finalizado por uma nova crise, chamada de crise terminal, solucionada por sua vez pela consolidação da expansão material do ciclo seguinte.

Arrighi (1996) recorre à fórmula geral do capital de Marx (DMD') para explicar as duas fases. A fórmula mostra o capital-dinheiro (D) se transformando em capital-mercadoria (M), ou seja, o capital investido na combinação insumo-produto, que busca o lucro, o capital-dinheiro ampliado (D'). Transferindo esta lógica para os ciclos de acumulação, a fase de expansão material do ciclo é equivalente à parte DM da fórmula, ou seja, o momento em que os agentes capitalistas encontram os maiores lucros em

⁷ Tradução livre. Original: “It places different instances at various locations within the same system, on the way to explaining their characteristics as a function of their varying relationships to the system as a whole.”

⁸ Iniciado com o ciclo sistêmico de acumulação genovês (entre 1450 e 1650), sendo sucedido pelo holandês (1650-1815), o britânico (1815-1945) e chegando ao estadunidense (1945 à atualidade).

⁹ Arrighi (1996, p.220) define a crise sinalizadora como o momento em que “o agente principal dos processos sistêmicos de acumulação começa a deslocar seu capital do comércio e da produção, em quantidades crescentes para a intermediação e a especulação financeira. Essa passagem é a expressão de uma ‘crise’, no sentido de que marca um ‘ponto decisivo’, um ‘momento crucial de decisão’ [...] Essa crise é o ‘sinal’ de uma crise sistêmica subjacente mais profunda, que, no entanto, a passagem para as altas finanças previne temporariamente. Na verdade, a passagem pode fazer mais do que isso: pode transformar o fim da expansão material num ‘momento maravilhoso’ de renovação da riqueza e do poder para seus promotores e organizadores, como ocorreu, em diferentes graus e de diferentes maneiras, em todos os quatro ciclos sistêmicos de acumulação”.

atividades do comércio e da produção. A fase de Expansão Financeira se refere à parte MD' da fórmula, quando esses agentes não conseguem reproduzir mais o capital às mesmas taxas nas atividades da fase anterior e buscam a sua reprodução por meios financeiros, sendo esses a forma de maximizar a sua reprodução. Nas palavras do autor:

“fases DM, de expansão material, consistem em fases de mudanças contínuas, durante as quais a economia capitalista mundial cresce por uma única via de desenvolvimento. Veremos que as fases MD', de expansão financeira, consistem em fases de mudanças descontínuas, durante as quais o crescimento pela via estabelecida já atingiu ou está atingindo seus limites e a economia capitalista mundial 'se desloca', através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via” (ARRIGHI, 1996, p.9).

Nesta dissertação, é suficiente a concentração no ciclo sistêmico de acumulação dos EUA, mais especificamente, na sua fase de expansão financeira iniciada ao final da década de 1970. De acordo com Arrighi (1996), a resposta à crise de lucratividade gerada pelo fim da expansão material desse ciclo se dá através de dois processos que se retroalimentam e guiam a dinâmica da atual expansão financeira: a financeirização da economia e a reestruturação produtiva mundial. A pesquisa foi construída então de modo a situar a China e o Brasil no sistema-mundo capitalista durante a fase de expansão financeira, analisando como as diferenças e similaridades de suas funções na economia-mundo capitalista durante essa fase afetaram as suas posições no sistema e como essas posições foram impactadas pela crise de 2008.

Para examinar a posição estrutural da China e do Brasil na conjuntura de expansão financeira foram utilizados dois métodos. O primeiro foi desenvolvido por Arrighi e Drangel (1998), que consiste na estratificação da hierarquia mundial de riqueza a partir do logaritmo do PNB *per capita* de todos os países. Utilizamos a plataforma CWEdat¹⁰ para ter acesso a essa estratificação e analisar a diferença das posições da China e do Brasil no período anterior e posterior à crise de 2008. O segundo foi o desenvolvido por Arrighi (1998) para observar a evolução da posição dos países de acordo com o comando econômico relativo de cada um sobre a riqueza mundial. Esse comando é representado pelo coeficiente, em porcentagem, do PNB *per capita* da China e do Brasil em relação ao PNB *per capita* médio dos países centrais. A combinação entre os dois métodos para

¹⁰ A plataforma CWEdat (<https://cwedata.ufsc.br/>) utiliza o mesmo método, mas com diferentes fontes de dados. Arrighi e Drangel (1998) constroem a estratificação da hierarquia mundial de riqueza utilizando dados do Banco Mundial por estarem interessados por um período relativamente curto de tempo (1938 a 1983). A plataforma CWEdat utiliza dados do *Maddison Project Database* porque está preocupada com a longa duração da estratificação da hierarquia mundial de riqueza, desde a sua formação no século XVI à atualidade.

identificar a posição estrutural da China e do Brasil é necessária porque enquanto o primeiro confere uma análise mais estática da posição, o segundo consegue identificar a dinâmica dessa evolução.

Esse modelo de análise foi elaborado para atingir o seguinte objetivo geral: compreender como a crise de 2008 impactou a posição estrutural da China e do Brasil. Esse objetivo geral foi alcançado através de quatro objetivos específicos: (1) caracterizar as duas principais tendências e processos da fase de expansão financeira do ciclo sistêmico estadunidense, a financeirização da economia e a reestruturação produtiva mundial; (2) comparar as formas de articulação da China e do Brasil a esses processos; (3) compreender a crise de 2008 como um desdobramento da expansão financeira do ciclo estadunidense a partir de uma perspectiva histórico-mundial; e (4) comparar os impactos imediatos e duradouros da crise de 2008 na posição estrutural da China e do Brasil, principalmente em relação à tendência da reestruturação produtiva.

Para alcançar os objetivos acima, a dissertação está organizada em cinco capítulos. O Capítulo 2 buscou alcançar os dois primeiros objetivos. Assim, a primeira seção dele consiste em um breve detalhamento do mapa mental usado para executar a *encompassing comparison*, abordando as causas da emergência dos processos de financeirização da economia e de reestruturação produtiva mundial, como eles operaram de forma a se retroalimentar e as consequências sistêmicas das suas consolidações. O capítulo segue para uma comparação das formas que a China e o Brasil se articulam à nova conjuntura. Constatamos que a China foi capaz de se beneficiar dos novos processos por causa das suas reformas econômicas que ao mesmo tempo que intensificavam a sua relação com a economia-mundo capitalista, mantiveram a capacidade de atuação do Estado chinês para controlar a forma que essa integração se daria. O Brasil, por sua vez, passou por reformas econômicas que tornavam a sua forma de integração à economia-mundo cada vez mais passiva em relação às dinâmicas do mercado mundial. Assim, enquanto a China se tornou cada vez mais central para a reprodução dos dois processos que dinamizavam a conjuntura, chegando a formar um eixo sino-americano de acumulação que articulava a expansão de toda a economia-mundo, o Brasil se tornou um sócio menor desses processos, com ganhos muito menores que os da China e ligados a atividades produtivas cada vez menos sofisticadas.

O Capítulo 3 está ligado ao terceiro objetivo, analisando como o arranjo sistêmico da expansão financeira contribuiu para a eclosão da crise de 2008. Inicia-se com a apresentação das características da financeirização da economia nos EUA que levaram à

formação e a bolha imobiliária, sendo a explicação mais tradicional para a eclosão da crise. Contudo, a segunda seção aborda como a reestruturação produtiva também teve um papel central na eclosão da crise, como um resultado do desequilíbrio estrutural que configurava o eixo sino-americano de acumulação. A interpretação da crise de 2008 como um resultado da evolução dos próprios processos que guiavam a expansão da economia-mundo permitem identificar impactos imediatos e duradouros causados pela eclosão da crise, sendo a terceira seção do capítulo dedicada a eles. Os impactos imediatos consistiam na redução do comércio internacional e dos fluxos financeiros internacionais, enquanto os impactos duradouros se deram com a redução da simbiose do eixo sino-americano, que diminuiu o dinamismo da economia-mundo, ao mesmo tempo que as estratégias dos países centrais de se recuperarem da crise passou a criar instabilidade nos países periféricos e semiperiféricos. O capítulo cumpre então o papel de atualizar o mapa mental da *encompassing comparison* para a segunda etapa da comparação, uma vez que apresentou o que a crise trouxe de novo e o que conservou nos processos conjunturais.

O Capítulo 4 se dedicou ao quarto objetivo. As suas três subseções, descontando a seção final de síntese, podem ser divididas em dois momentos. O primeiro, que envolve as duas primeiras seções, é a segunda etapa da comparação, observando o que os impactos imediatos e duradouros da crise de 2008 alteraram nos papéis da China e do Brasil na economia-mundo. O segundo momento, traduz as diferenças entre os dois períodos separados pela crise de 2008 na posição estrutural da China e do Brasil ao executar as análises apresentadas anteriormente, de acordo com a estratificação da hierarquia mundial de riqueza e com o comando econômico relativo. Percebemos que os impactos imediatos da crise de 2008 têm efeitos de pouca relevância na evolução da posição estrutural da China e do Brasil, mas os impactos duradouros diminuem a intensidade da evolução das posições dos dois países e, no caso brasileiro, o país passa até a perder posições que havia avançado com a sua articulação ao eixo sino-americano.

O capítulo 5 é um esforço de síntese da comparação realizada no decorrer da dissertação e de reflexão sobre o que os resultados reunidos nesta dissertação oferecem para o desenvolvimento de novas agendas de pesquisa. Concluímos que os impactos da crise reforçaram as trajetórias que a China e o Brasil percorreram durante a maior parte da conjuntura de expansão financeira. Analisar os papéis distintos que cada Estado passou a desempenhar no período se mostrou uma maneira eficaz para analisar a evolução de suas posições na hierarquia mundial de riqueza. A China construiu um modelo de desenvolvimento capaz de controlar a forma de articulação à economia-mundo

capitalista, permitindo somar ganhos cada vez maiores com essa articulação, que também a tornou mais resiliente frente à exaustão do dinamismo sistêmico no pós-crise. O Brasil não conseguiu consolidar mecanismos de exercer influência sobre a sua articulação com a economia-mundo que fossem resistentes a alterações tanto sistêmicas como de sua política institucional interna, seguindo uma tendência de perda de dinamismo e de ganhos econômicos de conjunturas anteriores.

CAPÍTULO 2 – A CHINA E O BRASIL NA EXPANSÃO FINANCEIRA DO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO ESTADUNIDENSE

Este capítulo pretende alcançar os dois primeiros objetivos desta dissertação, conforme foi apresentado no capítulo anterior: (1) caracterizar os dois principais processos da expansão financeira atual, a financeirização da economia e a reestruturação produtiva mundial; e (2) comparar as formas de articulação da China e do Brasil a essa conjuntura sistêmica. Para tanto, o capítulo está dividido em quatro seções.

Na primeira seção é feita a exposição do mapa mental que guia a execução da *encompassing comparison*, cujo primeiro passo é a apresentação da fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense. Inicia-se com a discussão de Arrighi (1996) sobre a exaustão da fase de expansão material desse ciclo, entendida como a crise sinalizadora do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense. Em seguida, explica-se como os processos de financeirização e reestruturação produtiva mundial emergem e prolongam o referido ciclo. Esses processos conseguem reverter a crise de lucratividade da crise sinalizadora, ao sustentar a financeirização das economias centrais a partir da realocação de parte da produção industrial fora de suas fronteiras, principalmente no Leste Asiático, e ao iniciar uma nova revolução tecnológica.

A segunda seção aborda a articulação chinesa a essa conjuntura e está dividida em duas partes. A primeira trata das mudanças no modelo de acumulação chinês a partir da década de 1980, que abre espaço para a atuação do mercado e permite a integração cada vez maior da economia nacional chinesa com a economia-mundo capitalista. A segunda parte dessa seção trata dos resultados sistêmicos das mudanças no modelo chinês, principalmente da formação do eixo sino-americano de acumulação, que passa a guiar a expansão sistêmica da acumulação de riqueza.

A terceira seção, por sua vez, examina a articulação brasileira à conjuntura, também dividida em duas subseções. A primeira, se debruça sobre a formação do novo modelo brasileiro de acumulação, liberal periférico, após a crise do modelo anterior na década de 1980. A segunda, observa como o novo modelo cria as condições para uma inserção passiva do Brasil ao eixo sino-americano de acumulação.

A quarta seção é um esforço de síntese do capítulo. Faz-se um balanço das formas e consequências de inserção da China e do Brasil à nova conjuntura. Conclui-se que a China é amplamente beneficiada pelos novos processos que passam a guiar a acumulação mundial, enquanto o Brasil se torna um sócio menor, retornando a cada vez mais à sua tradicional posição de supridor de *commodities* e mercado consumidor para outros países.

2.1 – A expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense

2.1.1 – A crise sinalizadora (1968-1973)

A expansão material do ciclo sistêmico de acumulação dos EUA foi sustentada pelas estratégias e estruturas de acumulação desenvolvidas pelos capitalistas estadunidenses no final do século XIX. Essas estratégias eram baseadas nas empresas verticalmente integradas, que internalizavam os custos de transação ao reunir dentro de suas organizações outras atividades e transações necessárias para a sua produção final. Arrighi argumenta que “as empresas verticalmente integradas passaram a desfrutar de vantagens competitivas decisivas em relação às empresas formadas por uma só unidade ou mesmo às empresas de unidades múltiplas, menos especializadas” (ARRIGHI, 1996, p.249). Assim, esse modelo passou a dominar as indústrias dos EUA durante as três últimas décadas do século XIX, e, uma vez consolidadas, começaram a ensaiar a sua internacionalização.

Arrighi (2008) ressalta que as vantagens competitivas desse modelo de integração vertical vinham das condições históricas do fim do século XIX e início do século XX. Era um contexto em que o mercado mundial estava bastante segmentado, dado o acirramento da competição política entre as principais potências capitalistas. Assim, a empresa verticalmente integrada estadunidense foi capaz de aflorar se aproveitando dos “recursos espaciais e naturais da quase continental economia nacional norte-americana” (ARRIGHI, 2008, p.180) para sustentar sua produção e utilizar o comércio como um “mau substituto do investimento direto como meio de entrar no relativamente protegido mercado nacional e colonial do mundo” (ARRIGHI, 2008, p.180).

O acirramento da competição entre as potências capitalistas chega ao ponto de desarticular todo o mercado mundial com a eclosão das duas guerras mundiais, dando fim definitivo ao ciclo sistêmico de acumulação britânico. A destruição na Europa colocou em crise os modelos empresariais que predominavam no Reino Unido e na Alemanha, abrindo espaço para a consolidação do modelo empresarial de integração vertical internacionalmente. O mercado mundial foi então reorganizado após o fim da Segunda Guerra Mundial, sob hegemonia dos Estados Unidos. A *Pax Americana*, de acordo com Arrighi (1996), envolvia algumas inovações além do modelo empresarial. Houve o inédito controle sobre o dinheiro mundial pelo Estado hegemônico. Através do Sistema da Reserva Federal (Fed) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), os EUA passaram a controlar a emissão e o valor da sua moeda e a liquidez internacional, respeitando uma

paridade entre o dólar e o ouro. O comércio internacional também foi organizado pelos EUA de duas maneiras. A primeira, através do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, que articulava a liberação gradual do comércio entre seus signatários. A segunda, através das próprias empresas estadunidenses, agora internacionalizadas e responsáveis pela maior parte do comércio internacional, que acontecia entre suas próprias unidades.

Politicamente, o ciclo sistêmico de acumulação estadunidense foi marcado pelo desmembramento dos antigos impérios coloniais, com a inclusão de Estados recém independentes ao concerto das nações, institucionalizado na Organização das Nações Unidas (ONU); e centralizado pelo seu Conselho de Segurança (CSNU). Além disso, a partir do primeiro governo do pós-guerra, de Harry Truman (1945-1953), “a contenção do poder soviético tornou-se o principal princípio organizador da hegemonia dos Estados Unidos” (ARRIGHI, 2008, p.162). Por esse motivo, espalharam-se bases militares estadunidenses pelo mundo e formaram-se alianças políticas e militares em várias regiões sensíveis, sendo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) a mais importante.

O “funcionamento conjunto do keynesianismo militar e social em escala mundial” (ARRIGHI, 2008, P.162), para conter a expansão do comunismo, foi o que possibilitou a expansão material do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense durante as décadas de 1950 e 1960. O keynesianismo militar se materializou com os gastos em pesquisa e desenvolvimento e rearmamento dos EUA e seus aliados; e o keynesianismo social se concretizou pela reconstrução dos países aliados, pelas políticas de pleno emprego e consumo de massas e pelas políticas de industrialização nas periferias e semiperiferias. A partir desses elementos, criaram-se as “condições de uma cooperação e uma divisão do trabalho renovadas, dentro e entre as distintas organizações governamentais e empresariais da economia-mundo capitalista” (ARRIGHI, 1996, p.308).

Entretanto, esses componentes da hegemonia estadunidense apresentavam contradições que limitariam a lucratividade capitalista e a continuação da expansão material. De acordo com Arrighi (2008), as duas principais causas da limitação à lucratividade foram: (1) o aumento da competição entre os capitalistas, devido principalmente à recuperação econômica da Alemanha e do Japão; (2) o aumento dos custos com a mão-de-obra, devido aos aumentos salariais e ao pleno emprego da lógica keynesiana.

Essas contradições levam então à crise sinalizadora do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense, sendo o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã (1964-1975) o seu catalizador (ARRIGHI, 2008). Politicamente, “os Estados

Unidos perderam boa parte de sua credibilidade política como polícia do mundo, estimulando assim as forças nacionalistas e revolucionárias sociais que as políticas da Guerra Fria pretendiam restringir” (ARRIGHI, 2008, p.165). Economicamente,

“a escalada das despesas públicas para sustentar o empreendimento militar no Vietnã e superar a oposição à guerra dentro do país, por meio do programa Grande Sociedade, fortaleceu a pressão inflacionária nos Estados Unidos e na economia mundial em geral, aprofundou a crise fiscal do Estado norte-americano e acabou levando ao colapso o sistema de câmbio fixo, cujo centro era os Estados Unidos” (ARRIGHI, 2008, p.165).

Como nos ciclos sistêmicos de acumulação anteriores, a dinâmica da expansão material levou a uma diminuição das taxas de lucros na economia-mundo e do poder relativo da potência hegemônica. Surgiu então um momento de busca pela reorganização do capital para voltar a maximizar a sua reprodução e os seus lucros, de tal forma que também restaurasse o poder estadunidense. Essa reorganização, de acordo com o autor, foi o que fortaleceu dois processos que marcam o início da fase de expansão financeira do ciclo de acumulação estadunidense: a financeirização da economia e a reestruturação dos processos produtivos, seja em termos da organização industrial (o fim das empresas verticalmente integradas), seja relocando esses processos em regiões com fatores de produção mais baratos. Esses dois processos são examinados nas duas subseções seguintes, respectivamente.

2.1.2 – A financeirização da economia

O processo de financeirização da economia deve ser entendido como uma estratégia dos capitalistas e do Estado norte-americano, que tendo surgido separadamente, se tornaram progressivamente conectadas a partir do fim da década de 1960 até se fundirem no início da década de 1980. Foi um movimento, a princípio, independente dos capitalistas para a recuperação de sua lucratividade, instrumentalizada posteriormente pelos Estados Unidos com a “contrarrevolução monetarista” para restabelecer o seu poder em escala mundial.

A seguir vamos analisar a estratégia capitalista de financeirização das suas atividades econômicas. Como visto anteriormente, o modelo empresarial de integração vertical foi bem-sucedido devido ao contexto histórico do seu desenvolvimento e consolidação. Contudo, “assim que a hegemonia norte-americana promoveu a reunificação do mercado mundial e o número e a variedade de estruturas empresariais proliferaram mundo afora, as vantagens da integração vertical e da administração burocrática começaram a diminuir” (ARRIGHI, 2008, p.180). Essa diminuição da

vantagem competitiva se deveu à reprodução na Europa do mesmo modelo empresarial, à recuperação japonesa, e à pressão salarial da mão-de-obra. Assim, as empresas passaram a priorizar a liquidez em detrimento do reinvestimento em atividades produtivas e comerciais, dentro da racionalidade que guia a ação dos capitalistas, como explicado por Arrighi no trecho a seguir:

“A reação predominante dessas empresas ao surgimento de concorrentes com custos mais baixos em seu mercado não parece ter sido a defesa ardorosa de seu magro capital e o contra-ataque com investimentos adicionais em capital fixo para aumentar ainda mais a supercapacidade. Embora certamente esse tipo de reação estivesse presente, a reação predominante foi, em termos capitalistas, bem mais racional. Diante do aumento da concorrência internacional (principalmente em setores de intercâmbio intensivo), as empresas com custos mais altos reagiram à queda do lucro subtraindo do investimento em capital fixo em mercadorias uma proporção cada vez maior da receita e desviando-a para a liquidez e para a acumulação nos canais financeiros” (ARRIGHI, 2008, p.151).

Iniciou-se então a tendência de as multinacionais norte-americanas alocarem “seu crescente patrimônio líquido em euromonedas e outros mercados cambiais estrangeiros, em vez de repatriá-lo” (ARRIGHI, 2008, p.167), uma vez que esses mercados tinham melhores condições para a reprodução do capital que o regulado mercado financeiro estadunidense. Esse movimento implicou no fortalecimento de um processo de acumulação de capital internacional fora dos mecanismos públicos organizados pela hegemonia estadunidense. Formou-se uma “massa de liquidez em mãos privadas que poderia ser utilizada na especulação financeira e na criação de novo crédito fora dos canais publicamente controlados” (ARRIGHI, 2008, p.168). Essa massa de capital independente dos interesses estratégicos dos Estados Unidos ainda foi inflada pela política monetária frouxa que os Estados Unidos executaram durante as décadas de 1960 e 1970. Outra fonte importante que abasteceu esses mercados foram os países produtores de petróleo que, a partir dos dois choques do petróleo da década de 1970, passaram a ter um excedente de capital, os petrodólares, que foi destinado a esses mercados europeus.

A massa de capital fora do controle estatal norte-americano foi prejudicial à hegemonia estadunidense por dois motivos principais. O primeiro motivo foi que “a expansão da oferta privada de dólares liberou um grupo cada vez maior de países das restrições do balanço de pagamentos e, portanto, minou os privilégios de emissão da moeda de Washington” (ARRIGHI, 2008, p.169). O segundo motivo foi que essa massa de capital acabou fortalecendo a especulação contra o dólar, minando ainda mais a credibilidade dos Estados Unidos e aprofundando a crise de sua hegemonia.

Essa pressão dos euromercados se soma então às pressões que os Estados Unidos já estavam sofrendo no Vietnã e dentro de seu próprio território, contra a estagnação econômica e o processo inflacionário em desenvolvimento na década de 1970. A resposta que os Estados Unidos dão a esses desafios podem ser divididas em duas etapas. Na primeira, sobressai a preocupação em manter uma política monetária frouxa, capaz de expandir a capacidade do país em arcar com os gastos militares do Vietnã ao mesmo tempo em que buscava diminuir a resistência interna à guerra ao se comprometer com uma série de gastos sociais. Nesse sentido, o fim do padrão ouro-dólar em 1971 foi uma forma de o país se livrar das amarras monetárias que impediam a execução desses dois objetivos. Contudo, essa expansão monetária acabou por se tornar “a causa primária do aumento do custo, risco e incerteza para o capital empresarial em geral e norte-americano em particular” (ARRIGHI, 2008, p.169). Além disso, também fortalecia o mercado de capitais fora do controle dos Estados Unidos, que continuava por minar as bases de poder do país.

Findada a Guerra do Vietnã e frente à estagflação dos anos 1970, à crise de lucratividade de suas empresas e à massa de capital internacional livre de suas determinações estratégicas, os Estados Unidos iniciam uma segunda etapa de políticas contra a crise de sua hegemonia. Essa segunda etapa consiste basicamente na contrarrevolução monetarista, que vai reverter a política monetária expansionista das décadas precedentes. A indicação de Paul Volcker ao comando do FED em 1979 e a ascensão de Reagan à presidência em 1981 marcam o início da contrarrevolução na política monetária¹¹. Foi o início da reversão do sentido do capital internacional. Antes, esse capital saía dos Estados Unidos para os mercados internacionais de moedas, onde eram transformados em crédito para a semiperiféria e periferia ou transformados em outros investimentos financeiros. A partir da elevação da taxa de juros nos Estados Unidos em 1979; da desvalorização do dólar no Acordo Plaza de 1985; e do “grande impulso de ‘desregulamentação’, que proporcionou às empresas e instituições financeiras norte-americanas e não norte-americanas uma liberdade de ação praticamente irrestrita

¹¹ Helleiner (1994), Duménil e Lévy (2005), Krippner (2011) e Findlay e O'Rourke (2007) também se atentam para a formação desse processo de financeirização da economia no centro da economia-mundo capitalista ao detalhar os acontecimentos políticos e econômicos nos EUA e na Europa que marcam a liberalização do sistema financeiro internacional regulamentado de Bretton Woods e a consolidação da acumulação financeira.

nos Estados Unidos” (ARRIGHI, 1996, p.327 e 328), toda essa massa de capital foi redirecionada de volta para os Estados Unidos.

Dessa forma, os Estados Unidos conseguiram combater os três desafios citados no início do parágrafo anterior. A inflação foi debelada com um ajuste recessivo, – que diminuiu a oferta de moeda e atacou a forte demanda, com o aumento dos juros e a desregulamentação do trabalho, que diminuiu os custos salariais. As taxas de lucratividade das empresas foram reerguidas via a desregulamentação do trabalho e a desvalorização cambial em relação às moedas de seus principais concorrentes. E, mais importante, o poder desestabilizador da massa de capital de fora do controle da autoridade monetária estadunidense foi neutralizado ao colocá-la de volta ao serviço da sustentação do seu poder mundial, via aumento das taxas de juros e desregulamentação do seu setor financeiro, que sustenta o enorme endividamento público dos Estados Unidos a partir de então.

O que ocorreu foi que os Estados Unidos criaram condições de cooperação com o capital internacional antes fora de seu controle, ao mesmo tempo em que colocou um limite para a competição econômica com os seus aliados estratégicos. Entende-se então que a

“contrarrevolução monetarista não foi um evento isolado, mas sim um processo constante que teria de ser gerenciado. [...] Sempre que o processo ameaçava sair do controle e provocar o colapso do sistema, os principais Estados capitalistas cooperavam para afastar o perigo, aliviando a pressão competitiva sobre os produtores ameaçados de colapso: indústrias norte-americanas às vésperas do Acordo Plaza 1985; indústrias japonesas e, em menor grau, europeias ocidentais às vésperas do Acordo Plaza invertido de 1995. Mas assim que se afastava o perigo, a concorrência entre os Estados começava, até que a ameaça de novo colapso surgisse no horizonte” (ARRIGHI, 2008, p.170).

Esse momento de forte financeirização da economia e estabilização da competição capitalista a partir da administração das taxas de câmbio entre os aliados estadunidenses permitiu uma recuperação da prosperidade econômica e do poder dos EUA, formando o que Arrighi (1996 e 2008) chamou de *belle époque* estadunidense. Uma analogia à *belle époque* eduardiana, que precedeu a crise terminal da hegemonia britânica. Os Estados Unidos viviam um momento de apogeu que muitos consideravam uma nova primavera da acumulação de poder e riqueza do país¹², mas, que na análise da longa duração do sistema-mundo capitalista, a partir dos ciclos sistêmicos de acumulação, demonstraria ser o outono da hegemonia estadunidense. Contudo, para se compreender esse relançamento

¹² Tavares (1997) e Strange (1987) são críticas pioneiras ao debate de crise da hegemonia dos EUA por se atentarem à dinâmica financeira que passa a sustentar o poder estadunidense.

do poder mundial estadunidense, é necessário abordar o processo gêmeo à financeirização da economia, a reestruturação produtiva mundial, a ser examinada na subseção a seguir.

2.1.3 – A reestruturação produtiva mundial

Paralelamente ao processo de financeirização da economia no centro da economia-mundo capitalista, ocorria o processo de reestruturação produtiva mundial, que ao mesmo tempo viabilizava e era viabilizado pela financeirização. A reestruturação produtiva mundial é um processo que deve ser observado em três âmbitos que se complementam: a terceira revolução técnico-econômica; a ascensão de um novo modelo organizacional, o Toyotismo; e a mudança geográfica da concentração industrial. Esta subseção articula esses três âmbitos para se entender como os dois processos se retroalimentam e redinamizam o ciclo sistêmico de acumulação estadunidense.

Arrighi (1996) mostra que as fases de expansão financeira no capitalismo histórico são também períodos em que o capital busca novas formas de organização produtiva para relançar o dinamismo da acumulação de capital. Essa busca se dá a partir de inovações tecnológicas, de novos modelos organizacionais, ou da incorporação de novas áreas à economia-mundo capitalista. Essa característica histórica também está presente nessa fase do ciclo sistêmico estadunidense, com o surgimento da terceira revolução tecnológica¹³. Esse novo padrão tecnológico tem origem na informática e telecomunicações, e se baseou na integração da microeletrônica aos processos produtivos dos setores industriais (COUTINHO, 1992). Essa integração permitiu a recuperação de parte do dinamismo econômico perdido na crise de lucratividade da década de 1970 por contribuir para a consolidação de um novo modelo organizacional mais competitivo.

O Toyotismo é o novo modelo organizacional, com origens no Japão do pós-guerra, que se consolida na fase de expansão financeira do ciclo sistêmico estadunidense, com a chegada da terceira revolução tecnológica. “Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços” (ANTUNES, 2002, p.28-29). De acordo com Antunes (2002), o modelo se diferencia do

¹³ Perez (2002, 2009 e 2011) também se debruça sobre as relações do capital financeiro com as inovações tecnológicas, mas defende que o momento é de lançamento de um quinto paradigma técnico-econômico por causa da metodologia que utiliza. Contudo, isso não é uma divergência substantiva, uma vez que sua pesquisa aborda o lançamento de um novo paradigma, baseado nos mesmos desenvolvimentos que Arrighi (1996) observa, mostrando convergência entre as perspectivas.

fordismo por ser mais vinculado às necessidades da demanda, sendo uma produção variada e heterogênea; pela produção se estruturar “em um processo produtivo flexível, que possibilita ao operária operar *simultaneamente* várias máquinas” (ANTUNES, 2002, p.32, ênfase original do autor); pela maximização do aproveitamento do tempo de produção; pela manutenção de estoques mínimos; e pela estrutura horizontalizada das empresas e terceirização de atividades antes desempenhadas dentro do mesmo espaço produtivo.

Antunes (2002) ainda mostra que esse modelo passou a atrair a atenção dos capitalistas do centro do sistema à medida que a crise de lucratividade se acirrava e aumentava a competitividade do modelo japonês frente o ocidental. Nas palavras do autor, “seu desenho organizacional, seu avanço tecnológico, sua capacidade de extração intensificada do trabalho, bem como a combinação de trabalho em equipe, os mecanismos de envolvimento, o controle sindical, eram vistos pelos capitais do Ocidente como uma via possível de superação de sua crise de acumulação” (ANTUNES, 2002, p.30). Assim, os capitalistas conseguiriam ampliar a produtividade, mantendo a mão-de-obra barata, e redirecionando os excedentes para a acumulação financeira. Formava-se um modelo organizacional que era extremamente compatível com a nova lógica de acumulação financeira que passava a guiar a atuação empresarial¹⁴.

O novo modelo organizacional permitiu a formação de um sistema de subcontratação em múltiplas camadas no Leste Asiático, centrado no Japão, que alterou a geografia mundial da produção industrial. De acordo com Arrighi (1998), esse sistema tinha cinco características específicas que o diferenciava das organizações da Europa e dos Estados Unidos e o tornava mais competitivo frente a elas. A primeira é a promoção da descentralização das atividades produtivas, envolvendo empresas de diferentes portes. A segunda é a alta estratificação em camadas múltiplas, cada camada subcontratando etapas produtivas em outras. A terceira é a maior estabilidade e regulação dessa rede empresas em relação às redes de empresas dos EUA e da Europa, o que gerava uma maior cooperação entre as empresas envolvidas e uma maior especialização em técnicas ou processos produtivos. A quarta é a sua maior habilidade para aproveitar as diferenças

¹⁴ A lógica financeira passa a dominar até mesmo a produção principalmente via a necessidade de reestruturação das atividades produtivas para a geração de excedentes a serem apropriados pelos investidores financeiros que passam a ter cada vez mais propriedade dessas empresas pelo mercado acionário. A geração de liquidez para os novos investidores institucionais passa a ser o principal princípio ordenador da produção. Krippner (2005), Chesnais (2005), Tabb (2007) e Guttman (2008) se aprofundam nesse tópico.

salariais de diferentes segmentos e níveis de contratação. A quinta característica é a sua tendência à expansão e criação de um ambiente econômico regional.

Essa tendência se baseava, grosso modo, na busca, por parte de empresas japonesas e, mais tarde, de empresas de demais jurisdições do Leste Asiático por matérias primas e mão de obra mais baratas para a sua produção final, a serem consumidas no Japão ou nos Estados Unidos e na Europa. Conforme o arranjo deixava de ser competitivo, expandia-se o sistema para novas áreas dessa região onde se encontrariam esses fatores de produção mais baratos. Esse processo ficou conhecido como o modelo de gansos voadores. Criou-se então um modelo competitivo de organização industrial, baseado na subcontratação em múltiplas camadas através da região, que colocou em questão a liderança das empresas verticalizadas, um dos elementos do ciclo sistêmico estadunidense.

Medeiros (1997) chama atenção para três pontos importantes que precisam ser melhorados para o fortalecimento desse modelo como chave explicativa para o processo em questão. O primeiro é ter em mente que o mercado final para a produção nesse processo era a Europa e principalmente os EUA, evitando a restrição de divisas que poderia ser causado pela relação deficitária dessas jurisdições com o Japão. O segundo, é a necessidade de explicitar que os produtos exportados para esses mercados não eram simplesmente de baixo valor agregado, mas também de alta densidade tecnológica. Enquanto os gansos líderes exportavam bens de capital e componentes para os demais gansos em troca de produtos de menor valor agregado, os gansos retardatários também passavam a exportar para fora da região produtos finalizados de maior densidade tecnológica. O terceiro, é considerar que o barateamento da produção se dá tanto pelas relações cambiais como pela busca por fatores de produção mais competitivos, gerados por salários mais baixos, mas principalmente por meio de economias de escala e investimento autônomo dos Estados e empresas envolvidos para especialização e progresso técnico. Assim, gansos são substituídos não somente via arranjos de custos mais competitivos, mas também via “introdução de novos bens que força uma desvalorização acentuada dos produtos antigos” (MEDEIROS, 1997, p.326), principalmente os produtos da indústria eletrônica.

Arrighi (1998) ressalta que esse espraiamento do sistema de subcontratação em múltiplas camadas pela região do Leste Asiático foi viabilizado pelo arranjo sistêmico do pós-guerra. Os Estados Unidos, ao se tornarem hegemônicos no pós-guerra, reorganizaram a região economicamente em um primeiro momento (década de 1950 a

1970) por interesses geopolíticos, a contenção do comunismo, e em um segundo momento (a partir da década de 1970) por motivos econômicos, a necessidade por produtos mais baratos, tendo em vista a pressão inflacionária no país. Para o autor, o processo seguiu um padrão de foguete de três estágios, em que os agentes líderes do processo de cada estágio criaram as condições para a emergência dos agentes líderes seguintes.

“No primeiro estágio, o principal agente de expansão foi o governo americano, cujas estratégias de poder impulsionaram a melhoria da economia japonesa e criaram as condições políticas da subsequente expansão transfronteiriça do sistema japonês de subcontratação de múltiplas camadas. No segundo estágio, os próprios negócios japoneses se tornaram o principal agente de expansão. Como a área de captação das suas redes de subcontratação passou a abranger a região do Leste Asiático inteira, a diáspora capitalista chinesa foi revitalizada e ofereceram-se ao governo chinês oportunidades únicas de mobilizar essa diáspora na dupla busca de avanço econômico para a China continental e de unificação nacional para a Grande China. No [então] incipiente terceiro estágio, é exatamente o governo chinês que, agindo em consonância com a diáspora capitalista chinesa, parece estar emergindo como o principal agente de expansão” (ARRIGHI, 1998, p.127-128).

Conclui-se que, a partir da década de 1980, inovações tecnológicas e institucionais permitem a consolidação de um novo modelo organizacional que altera a geografia da produção industrial no mundo. Esse processo só foi viabilizado porque o capital buscava novas estratégias produtivas compatíveis com a acumulação financeira, à qual os capitalistas no centro da economia-mundo se dedicavam cada vez mais. Essa interação entre a financeirização da economia e a reestruturação produtiva mundial reordenou a economia-mundo para sustentar a própria reprodução dos dois processos, consolidando então a nova conjuntura do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense. Essa nova configuração sistêmica da fase de expansão financeira está examinada na subseção seguinte.

2.1.4 – A dinâmica sistêmica da fase de expansão financeira do ciclo estadunidense

Arrighi (1996, 2002, 2008) mostra que os processos de financeirização da economia e de reestruturação produtiva mundial se complementam primeiramente através do balanço de pagamentos dos Estados Unidos. Com a contrarrevolução monetarista, os EUA deixam de exercer o papel desempenhado no pós-guerra até o fim da década de 1970 de maior fonte de capital na economia-mundo capitalista. O seu papel passa a ser de o maior demandante de capital, o que redirecionou os fluxos mundiais de capital e alterou toda a dinâmica sistêmica que guiava a fase de expansão material.

Esse novo papel era completamente compatível com o novo momento de acumulação financeira dos capitalistas estadunidenses e ainda incentivava a

reestruturação produtiva mundial. Com a entrada massiva de capital nos EUA, devido à desregulamentação financeira e ao aumento dos juros, o país poderia sustentar grandes déficits comerciais. Dessa forma, os capitalistas estadunidenses puderam se dedicar à acumulação financeira e às atividades produtivas de liderança do novo padrão técnico-econômico e deslocar para capitalistas de outras jurisdições as atividades produtivas do padrão anterior, cuja lucratividade era menor. Dessa forma, os dois processos se sustentavam e relançaram um novo dinamismo no ciclo sistêmico de acumulação estadunidense, ao mesmo tempo que provocou uma desorganização nas semiperiferias e periferias do sistema, ao reverter todo o arranjo em que estavam articuladas.

Arrighi (2002, 2008) mostra que o redirecionamento dos fluxos de capitais criou uma bifurcação nas trajetórias das semiperiferias e periferias¹⁵. Nas palavras do autor,

“Regiões que, por razões históricas, apresentavam boa vantagem na concorrência pela participação na expansão da demanda norte-americana por produtos industriais baratos, mais notadamente a Ásia oriental, tenderam a se beneficiar do redirecionamento do fluxo de capital, porque a melhora de seu balanço de pagamentos reduziu a necessidade de competir com os Estados Unidos no mercado financeiro mundial e chegou a transformar algumas delas em grandes credores destes. Outras regiões, principalmente a África subsaariana e a América Latina, tinham, por razões históricas, mais desvantagens na briga por um quinhão da demanda norte-americana. Estas tenderam a sofrer dificuldades no balanço de pagamentos, o que as colocou na posição sem esperanças de precisar competir diretamente com os Estados Unidos no mercado financeiro mundial” (ARRIGHI, 2008, p.156-157).

Arrighi (2002) ainda identifica o Consenso de Washington como uma fonte secundária dessa bifurcação. As novas diretrizes para a condução macroeconômica dos países desmantelavam as instituições responsáveis pela construção de um Estado desenvolvimentista nas periferias e semiperiferias durante a expansão material e instituíram um regime completamente diferente. As reformas pregadas pelo Consenso de Washington foram aplicadas mais fortemente na América Latina e na África subsaariana e foram “bem-sucedid[as] em induzir países do Terceiro Mundo a adaptar suas economias às novas condições de acumulação em escala global, criadas pelo redirecionamento dos fluxos de capital para os Estados Unidos”¹⁶ (ARRIGHI, 2002, p.23-24).

Assim, os processos de financeirização da economia e de reestruturação produtiva mundial criavam uma nova dinâmica sistêmica, baseada no papel de demanda dos Estados

¹⁵ Apesar da utilização de metodologias e/ou referenciais teóricos diferentes, outros trabalhos também tratam da divergência entre trajetórias de regiões da periferia e semiperiferia de acordo com a nova configuração da economia mundial: Palma (2009), Ocampo e Parra (2006) e Karatasli (2017).

¹⁶ Tradução livre. Original: “succeed in inducing Third World countries to adapt their economies to the new conditions of accumulation on a world scale created by the redirection of capital flows towards the United States”.

Unidos por capital e produtos industriais baratos. A demanda era suprida principalmente pelos países do Leste Asiático, que, através do modelo de subcontratação em múltiplas camadas, criaram uma dinâmica regional de produção industrial competitiva internacionalmente. Por conseguirem vender sua produção no mercado estadunidense, conseguiam ter acesso aos dólares recentralizados nos EUA, que por sua vez eram reinvestidos em grande parte de volta nos Estados Unidos, principalmente para a formação de reservas internacionais. Ressalta-se que essa relação simbiótica foi mediada, como defendido por Arrighi (1996 e 2008) e apresentado na subseção 2.1.2, pelos EUA e aliados via ajustes das suas taxas de câmbio. Por outro lado, os países da semiperiferia e periferia que não estavam articulados a essa relação simbiótica, passaram a ocupar cada vez mais o papel de supridores de capital para os EUA, devido à explosão de endividamento causado pelo aumento das taxas de juros estadunidenses, e supridores de matérias-primas para a sustentar a produção industrial dos países mais competitivos.

As duas próximas seções deste capítulo são destinadas a examinar como a China e o Brasil se inseriram nos processos acima descritos, respectivamente, passando pela bifurcação causada pela rearticulação da expansão financeira do ciclo estadunidense.

2.2 – A China na expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense

2.2.1 – Adequação chinesa à conjuntura: o “socialismo com características chinesas”

As mudanças no modelo chinês de acumulação, que dão origem ao que Deng Xiaoping chamou de socialismo com características chinesas no seu discurso na abertura do XII Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês em 1982¹⁷ são contemporâneas às mudanças sistêmicas examinadas na seção anterior. Essas reformas, conhecidas como as Quatro Modernizações, foram desenhadas para romper com a estagnação econômica do fim do período Mao, momento em que a economia chinesa estava com

“reduzida capacidade de importar, combinada com alta dependência de importação de alimentos. Nessas circunstâncias, a aceleração da taxa de crescimento e do investimento industrial (objetivos estratégicos) tornava-se dependente da expansão da capacidade produtiva do setor de bens de consumo e de alimentos. Se a desproporção entre os setores se elevasse de forma a pressionar os preços dos alimentos e matérias-primas, o governo chinês era

¹⁷ Há uma controvérsia na Academia se as mudanças que configuram o modelo socialista com características chinesas são a reversão do modelo socialista e a institucionalização de um suposto “capitalismo de Estado” (HUNG, 2008; HUANG, 2008; NOGUEIRA, 2021) ou se são mudanças da direção econômica ainda dentro de uma economia socialista (AMIN, 2005; XUAN e DORIA, 2016; JABBOUR e DANTAS, 2021). Contudo, esta dissertação não tem o interesse em adentrar esse debate porque está preocupada em entender a maneira que essas reformas se articulam com as mudanças sistêmicas causadas pela formação da nova conjuntura sistêmica.

obrigado a desacelerar a taxa de investimento na indústria de bens de produção” (MEDEIROS, 1999, p.384).

As reformas de Deng tinham então o objetivo principal de abrir espaço para a atuação do mercado, na tentativa de resolver o desequilíbrio que limitava o crescimento chinês descrito acima:

“A opção pela reforma de 1978 foi alterar os termos de troca favoravelmente à agricultura e, simultaneamente, liberar a comercialização privada do excedente agrícola. O crescimento da produtividade agrícola e dos investimentos em bens de consumo, ocorrido no início dos anos 1980, foi, por isso, fundamental para a aceleração da taxa de crescimento ao longo da década” (MEDEIROS, 1999, p.384).

A liberalização da economia chinesa ocorreu em etapas graduais nas décadas de 1980 e 1990, basicamente. Foi iniciada com as reformas rurais, que tinha dois eixos principais. Um deles foi a reforma nas terras agrícolas, que continuaram sendo propriedade coletiva, mas instituiu-se um regime de responsabilidade familiar. Esse regime determinava que a produção seria absorvida pelo Estado chinês em quantidades e preços determinados e o excedente poderia ser comercializado pelos produtores no mercado. O outro eixo foi a reforma nas Empresas de Aldeias e Municípios (EAM) rurais, que passaram a se estruturar de forma a buscar lucros, sob responsabilidade das autoridades locais (ARRIGHI, 2008; HUNG, 2008; MEDEIROS, 2013).

Os dois eixos deram dinamismo econômico ao mundo rural, com a expansão da atividade agrícola devido à reforma nas terras e expansão da atividade industrial com o novo modelo das EAM. Esse dinamismo pode ser visto pela mudança na estrutura de renda camponesa: “em 1978, 7,92% da renda provinha de atividades não-agrícolas, saltando a 30,61% em 1996, com conseqüente queda de renda via atividades agrícolas caindo de 90,08% em 1978 para 69,39% em 1996” (JABBOUR e DANTAS, 2021, p.294).

No final da década de 1980, foram iniciadas reformas no mundo urbano. As principais foram as nas empresas estatais urbanas, em que muitas foram privatizadas, mas a maior parte sofreu mudanças como as da EAM rurais, passando também a pautar suas atividades para a busca por maior lucratividade e também sob o comando das autoridades locais. Essas reformas foram aceleradas na década de 1990 e, à medida que avançavam, o setor privado e as autoridades locais e regionais passaram a ter uma importância cada vez maior na dinâmica econômica chinesa, e o governo central passou a desempenhar um papel mais de direção via controle macroeconômico e incentivos para atividades específicas (HUNG, 2016; MEDEIROS, 2013).

Contudo, Jabbour e Dantas (2021) ressaltam que o aumento quantitativo do setor privado na produção ocorreu simultaneamente ao aumento qualitativo do papel estatal na direção econômica. O aumento qualitativo, de acordo com os autores, se deu principalmente com a consolidação de grande parte das empresas estatais reformadas em 97 Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE), gerenciados em última instância pela agência estatal chamada *State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council* (SASAC), criada em 2003. Esses conglomerados abarcavam setores produtivos estratégicos ao garantirem ao Estado o controle da Economia e ao estimular o desenvolvimento de outras atividades econômicas relacionadas.

Paralelamente a essas reformas, e em grande parte responsáveis pelo sucesso delas, houve também a abertura cada vez maior para o capital internacional, com o estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais (ZEE)¹⁸. Primeiro com muita participação da diáspora chinesa, seguida pela participação de capital do centro da economia-mundo capitalista, mas essa dinâmica será examinada melhor na subseção seguinte.

Após as reformas, a China conseguiu elevar o seu PIB de 1% do PIB mundial em 1980, para cerca de 8% em 2009 e, nesse mesmo ano, superar a Alemanha como maior exportadora mundial (JENKINS, 2010). Esse notável crescimento em um período relativamente curto de tempo se deu com o investimento interno como o principal motor da expansão chinesa, principalmente aquele ligado ao processo de urbanização, aliada ao fortalecimento do seu enorme mercado interno, processo acelerado com as reformas (MEDEIROS, 2010b). Esses investimentos ainda resultaram no aumento da demanda pelos setores da indústria pesada, como o ferro, aço, cimento, alumínio, vidro e química, resultando “num amplo processo de substituição de importações e também de rápida diversificação de exportações” (MEDEIROS, 2010b, p.10).

Hung (2016) ressalta que as crescentes exportações foram essenciais para a sustentação da expansão econômica chinesa por duas formas principais. A primeira forma se dá por serem os bancos públicos os principais responsáveis pela expansão do investimento, sendo que “uma grande parte do aumento da liquidez no sistema bancário

¹⁸ As ZEE, localizadas em sua grande maioria em áreas costeiras, foram os primeiros territórios chineses abertos para o IED processar exportações. Foram importantes laboratórios das políticas chinesas de reforma econômica. Para mais informações sobre a sua construção e funcionamento, ver Naughton (2007).

da China se origina do crescente superávit comercial que o setor exportador gera à medida que o renminbi se mantém atrelado ao dólar e a conta de capital chinesa se mantém fechada”¹⁹ (HUNG, 2016, p.75). Assim, esses dólares são esterilizados e transformados em renminbi e convertidos “em sua maioria para criar empréstimos bancários que financiam o investimento em ativos fixos por empresas estatais e governos locais” (HUNG, 2018, p.75). A segunda forma é que sustentam o aumento da tendência à importação de matérias-primas e máquinas provocada pelo aumento do investimento, evitando uma crise do balanço de pagamentos. Hiratuka (2018) acrescenta que, além de ser uma fonte de dólares para sustentar o crescimento econômico e evitar a fragilidade externa, o setor externo, principalmente na forma de investimento direto estrangeiro, também é um importante mecanismo de transferência de tecnologias.

Além da grande expansão industrial e das exportações chinesas, as reformas também criaram contradições nesse processo de desenvolvimento. Medeiros (2010b) elenca três principais. A primeira foi o aumento ainda maior da demanda por energia. A segunda foi um aumento das tensões sociais, que o autor atribui à polarização de renda, setorial e regional do crescimento; à precariedade da proteção social, principalmente no campo; os termos de troca entre a agricultura e a indústria; e a formação de grandes fortunas. A terceira contradição se deu através do excesso de capacidade produtiva originada pelo sobreinvestimento chinês, mas que rendeu resultados positivos simultaneamente na substituição de importações e na expansão das exportações nessas cadeias industriais ligadas à urbanização.

Há um consenso que o resultado positivo das reformas foi decorrente de dois fatores principais (ARRIGHI, 2008; HUNG, 2016; MEDEIROS, 1999). O primeiro foi o lado positivo da herança do período maoísta, que legou à China as capacidades política, econômica e humana para levar adiante novos projetos de desenvolvimento²⁰. O segundo fator de sucesso das reformas foi por terem viabilizado a inserção da China ao ambiente produtivo integrado do Leste Asiático, que se formava a partir do pós-guerra. Por ser o

¹⁹ Tradução livre. Original: “a large part of the increase in liquidity in China’s banking system originates from the ballooning trade surplus that the export sector generates as long as the RMB-dollar peg is maintained and China’s capital account is closed”.

²⁰ Além da estrutura industrial desenvolvida no período maoísta, de Conti e Bilkstad (2017) ressaltam duas outras importantes heranças. A primeira seria a organização do Estado, de uma maneira geral, e a construção do seu papel como um agente econômico, com o orçamento equivalente a 20% do PIB, taxa de investimento de 30% do PIB e taxas médias de crescimento entre 1950 e 1973 de 5% ao ano. A segunda seria o capital humano, com uma população com taxa de alfabetização de 65% e expectativa de vida de 65 anos.

fator mais importante para compreender o papel que a China desempenha na conjuntura de expansão financeira e estar conectado com a eclosão da crise de 2008, será examinado na subseção seguinte.

2.2.2 – A dinâmica chinesa na conjuntura: a formação do eixo sino-americano de acumulação

As reformas de Deng Xiaoping permitiram que a China se inserisse no ambiente produtivo do Leste Asiático, examinado na subseção 2.1.3, referente à reestruturação produtiva mundial. Essa inserção foi viabilizada pela articulação do governo chinês com a diáspora chinesa na região²¹. Essa diáspora havia sido revitalizada com a emergência do sistema japonês de subcontratação em múltiplas camadas e se transformando desde o

“início [n]os principais intermediários entre japoneses e negócios locais em Singapura, Hong Kong e Taiwan – onde chineses étnicos constituíam a maioria da população – e, mais tarde, na maioria dos países da ASEAN, onde a minoria composta pelos chineses étnicos ocupava posições de comando nas redes locais de negócios. A expansão regional do sistema japonês de subcontratação em múltiplas camadas foi apoiada não somente pela patronagem política dos EUA “pelo alto”, mas também pela patronagem comercial e financeira chinesa “por baixo”²² (ARRIGHI *et al.*, 2003, p.313).

Como visto na subseção 2.1.3, para manter a sua competitividade, o sistema japonês de subcontratação tinha uma tendência de expansão em busca de fatores de produção relativamente mais baratos. Nesse sentido, as reformas de Deng, examinadas na subseção anterior, permitiram que a China, com o seu exército de mão-de-obra barato, disciplinado, capacitado e saudável, se transformasse na nova fronteira de expansão do ambiente produtivo integrado do Leste Asiático. Assim, os chineses em diáspora, por já articularem o funcionamento desse ambiente produtivo regional,

“estavam então eminentemente bem posicionados para aproveitar as oportunidades de negócios altamente lucrativas que foram abertas pela expansão transfronteiriça do sistema japonês de subcontratação, pela crescente

²¹ Arrighi, Hui, Hung e Selden (2003) mostram que a diáspora chinesa no Leste Asiático existe, pelo menos, desde a dinastia Qing (séculos XVII ao XX) e é composta por famílias chinesas que se deslocaram para áreas costeiras do sul da China e de demais territórios da região para desempenhar atividades econômicas de caráter capitalista no comércio, finanças e produção sem uma forte interferência do Estado chinês. Foram essenciais (e por isso se fortaleceram) para o comércio chinês com as demais jurisdições do Leste Asiático e com os Estados ocidentais à medida que as relações econômicas com esses últimos se expandiam, principalmente a partir do século XIX. Com a Revolução Chinesa de 1949, as famílias que até então se mantiveram na China continental migraram para outros postos das rotas comerciais, principalmente Taiwan e Hong Kong, para continuar suas atividades econômicas.

²² Tradução livre. Original: Overseas Chinese were from the start the main intermediaries between Japanese and local business in Singapore, Hong Kong and Taiwan – where ethnic Chinese constituted the majority of the population – and, later on, in most ASEAN countries, where the ethnic Chinese minority occupied a commanding position in local business networks. The region-wide expansion of the Japanese multilayered subcontracting system was thus supported, not just by US political patronage “from above”, but also by Chinese commercial and financial patronage “from below”.

demanda das corporações estadunidenses por parceiros de negócios na região e, acima de tudo, pela reintegração da República Popular da China aos mercados regional e global. Assim que essas oportunidades surgiram, eles rapidamente as aproveitaram para se tornar uma das redes capitalistas mais poderosas na região, eclipsando em muitas formas as redes das multinacionais estadunidenses e japonesas, e liderando os investimentos estrangeiros na China e a integração regional econômica e financeira”²³ (ARRIGHI *et al.*, 2003, p.316).

Formou-se então uma forte aliança entre o governo chinês e a rede empresarial da diáspora chinesa, inicialmente a de Hong Kong e posteriormente a de Taiwan. O governo garantia a mão-de-obra necessária e as condições para o investimento, enquanto a diáspora chinesa garantia o capital. Em troca, os empresários da diáspora ganhavam o aumento da sua lucratividade, e, por sua vez, o governo chinês ganhava os resultados derivados do aumento da atividade produtiva e da sua sofisticação, que permitiam a sua consolidação política tanto interna como externamente.

Com o desenvolvimento dessa relação, a diáspora chinesa passou a intermediar outros investimentos além dos japoneses e de outras jurisdições da região na China. Essa rede também passou a intermediar cada vez mais investimentos estadunidenses, em busca das vantagens competitivas oferecidas pela produção chinesa, e buscando se adaptar ao novo modelo organizacional que eclipsava o modelo de integração vertical estadunidense. A relação econômica entre a China e os Estados Unidos, que começou timidamente na década de 1970 com a importação chinesa de alimentos estadunidenses, passou a envolver setores industriais conforme as reformas de Deng avançavam e até se tornar o que Pinto (2011) chamou de eixo sino-americano de acumulação.

Pinto (2011) segue Fiori (2008), para quem, a partir da década de 1990, há uma mudança estrutural profunda do sistema mundial, com o estabelecimento de uma relação siamesa entre a “globalização” americana e o “milagre econômico” chinês. Sendo esses dois fenômenos entendidos nesta dissertação como fases dos processos de financeirização da economia e reestruturação produtiva mundial, respectivamente. Pinto (2011) explora esse eixo de acumulação sino-americano a partir da sua dimensão comercial e da sua dimensão financeira. Na dimensão comercial, “a China, ao manter o iuane quase fixo em relação ao dólar, se afirmou como exportador líquido para os EUA, inclusive mantendo

²³ Tradução livre. Original: The Overseas Chinese were thus eminently well positioned to seize the highly profitable business opportunities that were opened up by transborder expansion of the Japanese subcontracting system, the growing demand by US corporation for business partners in the region and, above all, the reintegration of the PRC in regional and global markets. As soon as these opportunities arose, they quickly seized them to become one of the most powerful capitalist networks in the region, in many ways overshadowing the networks of US and Japanese multinationals, and the leading force in foreign investment in China and regional economic and finance integration.

elevados superávits comerciais” (PINTO, 2011, p.16). Na dimensão financeira, a China assume um papel simultâneo de devedora e credora em relação aos EUA. Devedora por causa do volume de investimento externo direto estadunidense na China e credora devido ao acúmulo de reservas internacionais em parte na forma de títulos da dívida dos EUA. Quanto a esse último fator, o autor defende que foi peça chave para a manutenção do poder do dólar e do capital financeiro estadunidense.

As reformas das décadas de 1980 e 1990 e o funcionamento desse eixo permitiu o avanço chinês em atividades produtivas que até então não dominava, ampliando e sofisticando cada vez mais o seu parque industrial. Durante os anos 1980, a pauta de exportações chinesa era formada basicamente por produtos intensivos em mão-de-obra e baixo valor unitário, mas, durante a década seguinte, o governo chinês passou a incentivar a fortalecimento de grandes grupos empresariais, públicos e privados, com investimentos e políticas tecnológicas para diversificar o parque industrial e as exportações (MEDEIROS, 2006). Essa política “resultou e vem resultando em rápido deslocamento das exportações chinesas na direção de bens com maior conteúdo tecnológico, sobretudo na TI”²⁴ (MEDEIROS, 2006, p.388).

De acordo com Pinto (2011), esse eixo conduziu uma expansão da esfera produtiva real da economia mundial, principalmente entre 2003 e 2007, sendo interrompida pela eclosão da crise financeira internacional de 2008. Essa expansão estaria baseada em medidas expansionistas tanto nos Estados Unidos como na China, que se retroalimentariam. Por parte dos Estados Unidos, essas medidas eram concentradas nas políticas monetária e fiscal expansionista. Sobre a política monetária, Pinto (2011) mostra como a taxa básica de juros foi diminuída de 6,4%, em dezembro de 2000, para 1,7%, em janeiro de 2002. Sobre a política fiscal, “verificou-se aumento dos gastos e redução dos impostos, que geraram aumento do déficit público – que passou de 1,3% do PIB, em 2001, [...] alcançando patamar de 3,4% do PIB, em 2003” (PINTO, 2011, p.17). Por parte da China, a expansão se baseava em duas determinações:

“i) expandir ainda mais o programa de investimentos públicos em infraestrutura, em curso desde 1998 [...]. Isto se refletiu, por sua vez, no crescimento dos investimentos – por meio da formação bruta de capital fixo (FBKF) – da ordem de 23,5% [...]; e ii) manter sua taxa de câmbio fixa em relação ao dólar durante e após a crise da NASDAQ, bem como posterior aos

²⁴ Essa sofisticação produtiva chinesa no setor de tecnologias da informação é identificada também por Moraes (2012). Ao analisar a posição da China na cadeia produtiva global da indústria eletroeletrônica de consumo, a autora constata: “i) a ascensão da China na hierarquia de agregação de valor das exportações processadas; ii) a sofisticação e a ampliação das suas exportações ordinárias; e iii) a internacionalização de suas firmas líderes” (MORAIS, 2012, p.42-43).

atentados de 11 de setembro de 2001, quando o dólar passou a se desvalorizar em relação às principais moedas” (PINTO, 2011, p. 18).

Essas políticas expansionistas dos Estados Unidos e da China estimularam o eixo sino-americano de acumulação, impactando na dinâmica de todo o sistema-mundo capitalista no período. Pinto (2011) mostra que esse arranjo sustentou a expansão na OCDE como um todo, no Leste Asiático, na América Latina e na África. A OCDE foi impactada porque a manutenção e posterior aumento das exportações chinesas para os EUA, incentivou o aumento das importações chinesas de bens de capital dos EUA e de outros países da OCDE, principalmente da Alemanha e do Japão. Essa dinâmica também sustentou a importação de produtos industriais de países asiáticos, principalmente dos que formavam o ambiente econômico integrado do Leste Asiático. A América Latina e a África também se articularam a esse eixo por meio do aumento das importações chinesas de matérias-primas e alimentos, o que elevou não somente o *quantum* exportado, como também o valor dessas *commodities*. Devido também ao reaquecimento da economia mundial causada pela ativação desse eixo e à diminuição das taxas de juros nos EUA, ocorre também uma grande liquidez internacional, que tem por efeito a diminuição das restrições externas de países periféricos via acúmulo de reservas internacionais. Percebe-se então como o eixo sino-americano de acumulação implicou em uma rearticulação de todo o sistema-mundo capitalista.

Pinto (2011) defende que a crise financeira internacional de 2008 interrompe esse momento de prosperidade sistêmica. Contudo, o economista não se atenta para as próprias dinâmicas desse eixo como causadoras dessa interrupção, atribuindo a eclosão da crise ao processo de financeirização da economia nos EUA, sem articular esse processo com a reestruturação produtiva mundial e, portanto, com a própria dinâmica do eixo sino-americano de acumulação. Para Pinto (2011), as tensões relevantes presentes nesse eixo se refeririam a sua dimensão comercial, principalmente pelos efeitos negativos das importações vindas da China sobre os mercados de produtos e de trabalho estadunidense. O próximo capítulo vai além dessa interpretação e abordará o desequilíbrio estrutural do eixo sino-americano de acumulação, que é visto como o catalizador da crise de 2008. Antes disso, para seguir os objetivos desta dissertação, devemos abordar a articulação do Brasil à nova conjuntura sistêmica.

2.3 – O Brasil na expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense

2.3.1 – Adequação brasileira à conjuntura: o modelo liberal periférico

A emergência da expansão financeira impactou negativamente no modelo brasileiro de acumulação que havia sido organizado na fase de expansão material do ciclo sistêmico estadunidense. Esse modelo, que Gonçalves (2013) chamou de Nacional-Desenvolvimentismo²⁵, grosso modo, possuía as seguintes características: politicamente, realizava um deslocamento do poder econômico e político dos latifundiários exportadores para a burguesia industrial; economicamente, organizava um processo de industrialização via substituição de importações articulando o capital estatal, privado nacional e privado internacional, através de protecionismo, política industrial ativa acompanhada de políticas monetárias e fiscais expansionistas e do controle do cambial.

A articulação econômica do nacional-desenvolvimentismo com a configuração sistêmica de então se dá pelo papel das empresas estrangeiras na industrialização, uma vez que “32% do valor da produção da indústria de transformação brasileira estava sob controle de empresas estrangeiras” (GONÇALVES, 2013, p.43), que foram “atores protagônicos da industrialização, principalmente nos setores mais intensivos em tecnologia (mecânica e material elétrico) e setores que se beneficiam de economias de escala (material de transporte, química e farmacêutica)” (GONÇALVES, 2013, P.42). Isso mostra que as empresas verticalmente integradas do modelo fordista estadunidenses e europeias tinham uma atuação importante nesse modelo de acumulação brasileiro, o que ilustra o caráter semiperiférico da acumulação brasileira, já que há uma grande repatriação dos lucros obtidos por essas empresas estrangeiras no mercado brasileiro²⁶.

Contudo, outra articulação econômica importante desse modelo com a expansão material sistêmica, e que é a principal causa da crise do seu modelo, é devido ao movimento de capital que financiava o modelo e o seu processo de industrialização. Desde o seu início, o financiamento externo tinha um papel importante na viabilização do modelo nacional-desenvolvimentista, sendo intensificado com o aumento da liquidez

²⁵ Arend (2009) prefere uma distinção entre um modelo nacional-desenvolvimentista e um internacional-desenvolvimentista, que foi estabelecido a partir de 1955, quando o capital internacional se torna parte essencial da acumulação no Brasil, principalmente a partir da entrada das multinacionais no país.

²⁶ Dreifuss (1981) aponta que no período de estabelecimento desse modelo de acumulação, entre 1939 e 1952, “o valor dos retornos transferidos para as matrizes no exterior era 60 vezes maior do que a renda líquida do capital” (DREIFUSS, 1981, p.150), o que mostra como a acumulação no mercado brasileiro era um nóculo de uma acumulação em escala mundial.

internacional ao final da década de 1960 (Bértola e Ocampo, 2015). Contudo, a partir da década de 1970, o modelo se tornou cada vez mais dependente do financiamento externo por causa das mudanças ocorridas na economia-mundo, como o primeiro choque do petróleo de 1973 e a estagnação mundial durante essa década (GONÇALVES, 2013; BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013).

A situação se agravou a partir da centralização do capital internacional nos EUA iniciado com o choque de juros de Volcker em 1979, sinalizando o início da conjuntura de expansão financeira do ciclo sistêmico estadunidense. Esse choque dos juros acabou por incidir no alto endividamento do país²⁷ e passou a estrangular o modelo de acumulação brasileiro, uma vez que, desde a moratória mexicana de 1983, os credores dos países latino-americanos resolveram interromper o financiamento para a região por medo de novas moratórias, impedindo o refinanciamento da dívida brasileira. (CARNEIRO, 2002; BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013; GONÇALVES, 2013; BÉRTOLA e OCAMPO, 2015).

Gonçalves (2013) defende que a partir de então se instaura um período de crise, instabilidade e transição (1980-1994), em que o modelo de acumulação nacional-desenvolvimentista é gradualmente desmontado, seja por interesses políticos e sociais que vão se formando no período²⁸, seja por incapacidade material de se manter o modelo anterior causada pela nova configuração sistêmica e os desequilíbrios internos decorrentes. O principal motivo dessa incapacidade decorre da “desestabilização macroeconômica que, inicialmente, foi causada pelo desequilíbrio externo e, em seguida, atingiu a geração de renda, as finanças públicas (crise fiscal) e o controle da inflação (regime de alta inflação)” (GONÇALVES, 2013, p.50). O país entrou então em um cenário em que os ganhos produtivos e competitivos resultados na fase final do modelo nacional-desenvolvimentista foram sendo neutralizados pela nova conjuntura, em que o país passa por um processo de transferência de renda para o exterior²⁹. Esse processo pode ser entendido como a articulação do Brasil à nova conjuntura sistêmica, que reverte o cenário de liquidez internacional, direcionando esse capital de volta para os Estados

²⁷ “A dívida externa aumentou de US\$ 56 bilhões em 1979 para US\$ 148 bilhões em 1994” (GONÇALVES, 2013, p.53).

²⁸ Bruno e Caffé (2017) e Figueiras (2006) abordam a evolução dos interesses políticos e sociais na mudança da regulação da vida econômica no Brasil.

²⁹ O capítulo 3 de Carneiro (2002) aprofunda a questão do rompimento do financiamento externo e de transferência de renda para o exterior.

Unidos, onde alimenta a acumulação financeira e o investimento no novo paradigma tecno-econômico, como abordado na primeira seção deste capítulo.

Como resultado dessa crise no Brasil, o país passou a década de 1980 com uma “enorme instabilidade macroeconômica, com elevada inflação, desequilíbrio em suas contas públicas, atraso tecnológico em sua estrutura produtiva e forte restrição externa” (AREND, 2013, p.163). Assim, o Brasil passou a se localizar cada vez mais no segundo grupo das zonas periféricas e semiperiféricas que Arrighi (2002 e 2008) identifica nessa conjuntura, caracterizado pela expressiva diminuição de entrada de capital e pela falta de competitividade na produção industrial no mercado do centro do sistema. A posição do país nesse grupo é fortalecida porque a forma encontrada para solucionar a crise foi a construção a partir de 1994, do modelo de acumulação liberal periférico (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007), que submete a sua sustentabilidade aos movimentos internacionais de capital. Iniciado com o lançamento do Plano Real em 1994, esse modelo “tem três conjuntos de características marcantes: liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p.96). De acordo com os autores, uma das dimensões fundamentais do modelo é a inserção internacional passiva do Brasil, que agravou a vulnerabilidade externa do país e o colocou ainda mais dependente dos ciclos de comércio internacional e dos movimentos de curto prazo do capital financeiro.

O novo modelo foi operacionalizado, a partir de 1998, através do que ficou conhecido como tripé macroeconômico. Esse tripé é a combinação de “metas de inflação como único objetivo da política monetária; ajuste fiscal permanente como elemento central da política fiscal; e regime de câmbio flutuante, definido essencialmente pelo mercado, que tem resultado em forte apreciação cambial” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p.100). Se esse arranjo macroeconômico foi importante para debelar a inflação que existia desde a crise da década de 1980, ele também acabou por limitar o desenvolvimento da economia brasileira. Isso porque impõe limites à capacidade de iniciativa do Estado e aumenta ainda mais a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Arend (2013) chama atenção também para a perda de competitividade do Brasil, uma vez que o investimento atraído para o país possui um caráter eminentemente financeiro.

Constata-se então como foram distintas as formas de adequação da China e do Brasil à nova conjuntura sistêmica. A debilidade do modelo chinês anterior ao atual não estava ligada à crise sinalizadora da hegemonia estadunidense; e as suas reformas de

1978, que mantiveram a autonomia política chinesa sobre a condução dos seus processos econômicos, serviram para solucionar a crise sinalizadora de tal forma que tanto a China como os EUA foram amplamente beneficiados, como observado na formação do eixo sino-americano de acumulação. Por outro lado, o Brasil foi severamente atingido pela mesma crise sinalizadora e as reformas empreendidas, além de eliminar sua relativa autonomia política na condução dos processos econômicos, desfizeram importantes ganhos do modelo de acumulação anterior e estabeleceram uma dinâmica de ganhos muito desiguais entre o Brasil e o centro do sistema. A próxima subseção aborda como a reforma do modelo brasileiro impactou a dinâmica de acumulação brasileira e a sua relação com a economia-mundo capitalista, principalmente em relação ao eixo sino-americano de acumulação.

2.3.2 – A dinâmica brasileira na conjuntura: a inserção passiva ao eixo sino-americano de acumulação

O funcionamento do modelo liberal periférico brasileiro solucionou a crise da década de 1980, ao debelar a hiperinflação, e preparou o país para a nova dinâmica sistêmica da expansão financeira. Se, em um primeiro momento, o Brasil foi articulado a partir da exportação de capitais para sustentar a acumulação financeira no centro do sistema, em um segundo momento, o país passa a desempenhar também um papel cada vez maior de supridor de matérias-primas para sustentar a produção no novo centro produtivo mundial, o Leste Asiático e principalmente a China. É importante notar também que a partir do início do século XXI, com o governo Lula (2003-2010), o país passa a implementar políticas de fortalecimento do mercado interno que acabam por criar uma demanda para os produtos do Leste Asiático, principalmente da China, novamente. No que segue, serão examinadas cada uma dessas três formas de articulação do Brasil à conjuntura de expansão financeira.

Começando pela exportação de capital, deve-se notar que esta ocorreu de três maneiras principais no decorrer da expansão financeira. Durante a segunda metade da década de 1980, a principal forma foi decorrente da dívida externa, via pagamento de juros a bancos privados e a amortizações de empréstimos junto a agências governamentais ou multilaterais. Carneiro (2002) aponta que, de 1985 a 1989, há uma transferência financeira líquida média anual de US\$ 10 bilhões, totalizando US\$ 50 bilhões no período, havendo também o aumento de repatriação de lucros e dividendos, que cresce de 4,3% do total da renda de capitais em 1982 para 20% em 1989 (CARNEIRO, 2002). Além

disso, há também a diminuição dos investimentos externos diretos, “cujo patamar anual era de US\$ 1,5 bilhão no triênio 1979-1982, [e que] declinam progressivamente até atingir US\$ 130 milhões em 1989” (CARNEIRO, 2002, p.134). Observa-se então como o capital que estava presente no Brasil passa a ser redirecionado aos EUA, que eram o principal investidor externo no país e *locus* de uma parcela considerável dos detentores da dívida brasileira.

A segunda forma principal de exportação de capital do Brasil para o centro da economia-mundo capitalista se dá como resultado das privatizações e desnacionalizações de empresas brasileiras, principalmente durante a década de 1990. O aumento da participação de empresas estrangeiras no Brasil eleva a remessa de lucros e dividendos para o exterior. Além disso, Miranda e Tavares (1999) também ressaltam que a maior participação de empresas multinacionais que já possuem redes internacionais de fornecedores, aprofunda a deterioração da conta de transações correntes com o exterior no médio prazo ao se incluir as importações de equipamentos e componentes, para além das remessas de lucros.

A terceira forma de transferência de capital para o exterior se dá com o estabelecimento do Plano Real, a moeda valorizada, as altas taxas de juros e a abertura da conta de capital. Nesse cenário, o Brasil passou a participar do circuito do capital internacional especulativo de curto prazo. Um capital que não tem outro objetivo além da sua própria valorização, o que, somado à desnacionalização das empresas citadas no parágrafo anterior, aumenta a instabilidade e diminui a competitividade do Brasil, como notado por Arend:

“Os novos determinantes dos IEDs passaram a incorporar, em seus processos decisórios, uma maior participação de grandes investidores institucionais, como fundos de pensão, fundos mútuos e carteiras de seguros, assegurando muito mais uma visão de curto-prazo, redução de lucros e aumento de liquidez. Por meio do recurso das privatizações, aliado ao fluxo de investimentos de portfólio, fusões e aquisições, o Brasil integrou-se à fase de frenesi da década de 1990. Contudo, os investimentos diretos, na forma de fusões e aquisições, e investimentos de portfólio, apesar de proporcionarem um acesso ampliado à poupança externa, não tinham conexão imediata com a ampliação da FBKF [formação bruta de capital fixo], acabando por criarem mais instabilidade macroeconômica, pois eram extremamente voláteis, sendo sua motivação principal a valorização de ativos” (ARENDA, 2013, p.164-165).

Gonçalves (2013) observa que desde os anos 1980 até o início dos anos 2000, há uma mudança no perfil do passivo externo brasileiro. Inicialmente na forma de dívida em dólares, passou a ser um “passivo na forma de compra de títulos denominados em reais (ações, títulos de renda fixa e derivativos), que também têm serviço (juros, lucros e dividendos que são convertidos em dólares e remetidos para o exterior). Ambos envolvem

pressão sobre os fluxos de saída de divisas” (GONÇALVES, 2013, p.133). Assim, com a estabilização da economia na década de 1990, a integração do Brasil ao circuito internacional do capital financeiro e a desnacionalização de empresas, a vulnerabilidade externa do país aumentou. “Houve significativo aumento do passivo externo financeiro líquido, que passou de US\$ 222 bilhões em 2002 para US\$ 635 bilhões em 2010. Ou seja, no final do Governo Lula, o país estaria ‘a descoberto’ em mais de US\$ 600 bilhões” (GONÇALVES, 2013, p.104).

Esse processo de aumento da vulnerabilidade externa do país é compensado pelo aumento das exportações, o que nos leva à segunda forma de articulação do país à conjuntura sistêmica. No início dos anos 2000, “as exportações brasileiras quase dobraram em apenas três anos, saltando de 60 bilhões de dólares em 2002, para 118 bilhões, em 2005. No mesmo período as importações aumentaram de 47 bilhões de dólares para 74 bilhões, fazendo com que o saldo comercial do Brasil quase dobrasse em três anos” (BARBOSA, 2013, p.73). Como dito anteriormente, durante esse período, há a articulação brasileira cada vez maior com o eixo sino-americano de acumulação, com grande participação do setor primário brasileiro. Lopes (2017) mostra que no ano 2000, o conjunto formado pelos produtos primários e os industrializados baseados em recursos naturais³⁰ somou 48% das exportações, sendo a China responsável por absorver 2% das exportações totais brasileiras. No ano de 2012, esse conjunto passa a somar 67,2% da pauta exportadora e a China, já como principal parceira comercial, com a porcentagem de 17% das exportações totais, sendo que 82% das exportações brasileiras para a China eram *commodities*. Percebe-se então que o aumento das exportações brasileiras no período está muito ligado ao aumento das exportações de bens primários ou com algum tipo de processamento para a China.

Os resultados positivos do setor externo levaram a uma melhora das condições macroeconômicas do país e permitiu o governo Lula implementar suas políticas de expansão do consumo de massas e do aumento do investimento em infraestrutura econômica e social via adoção de políticas fiscal e monetária expansionistas (CARVALHO e RUGITSKY, 2015). Essas políticas foram capazes de manter a trajetória de crescimento do consumo no período, porém, devido à valorização cambial e às altas

³⁰ Miranda e Tavares (1999) analisam o processo de conglomeração das empresas brasileiras pós-1991 e observam que um número expressivo de “grupos com origem e principal atuação em setores não comoditizados têm se expandido para a produção de *commodities*” (MIRANDA e TAVARES, 1999, p.341), o que pode explicar a ampliação dos bens baseados em *commodities* na pauta exportadora brasileira.

taxas de juros, o produto industrial se manteve estagnado³¹, como mostram Sarti e Hiratuka (2017). Analisando o parque industrial brasileiro, Carvalho e Kupfer (2007) concluem que a estagnação da década de 1980, aliada em menor grau à liberalização comercial da década de 1990, criaram uma rigidez estrutural no setor industrial brasileiro, impedindo a evolução da composição setorial da estrutura produtiva brasileira e concentrando os investimentos em setores de menor risco, como os de baixa tecnologia e os de *commodities*.

Nesse cenário de estagnação industrial e liberalização econômica, Sarti e Hiratuka (2017, p.11) mostram que “parcela crescente e significativa da demanda doméstica por bens industriais, sobretudo insumos industriais, foi transferida para o exterior na forma de crescentes importações” (SARTI e HIRATUKA, 2017, p.11). Bielschowsky e Mussi (2013) mostram que entre 2004 e 2008, as importações cresceram em média 29,1% ao ano, uma taxa superior à das exportações, de 22,5%, e ainda muito superior ao crescimento anual das importações no período de 1994 a 2003, de 5,4%. É importante ressaltar a participação chinesa nesse aumento das importações no início do século XXI. Hiratuka e Sarti (2016) mostram que a China era responsável por cerca de 2,2% das importações brasileiras em 2000, passando para 14,5% em 2011. Em 2008, cerca de 85% das importações provenientes da China eram produtos industrializados, desde os intensivos em trabalho até os intensivos em P&D (HIRATUKA e SARTI, 2016). Isso mostra que o Brasil se tornou um mercado cada vez maior para os produtos industrializados chineses, enquanto exportava *commodities*.

Observa-se então como a articulação brasileira à conjuntura de expansão financeira resultou em mudanças na sua economia. O modelo liberal periférico se mostrou um modelo de inserção passiva à conjuntura, dificultando a atuação de mecanismos que permitissem o país alterar a forma de apropriação dos excedentes mundiais. O arranjo macroeconômico do modelo criava um ambiente que incentivava a acumulação financeira local e a sua conexão com a acumulação financeira mundial, além de desincentivar o investimento produtivo, tornando o setor industrial brasileiro de maior valor agregado cada vez menos eficiente frente à concorrência internacional. Com o fortalecimento do

³¹ Pinto (2011) mostra que, apesar da estagnação do produto industrial, não se pode falar em desindustrialização. Observando o período de construção do modelo liberal periférico até a eclosão da crise (1995-2007), haveria um processo de especialização regressiva, com “expansão elevada, em termos absolutos e relativos, dos grupos econômicos industriais produtores de *commodities* destinadas, em boa medida, ao mercado externo; ao passo que os setores industriais tradicionais e difusores de tecnologia – que destinam sua produção ao mercado interno – decresceram em termos absolutos e relativos” (PINTO, 2011, p.52).

mercado interno no novo século e o arranjo macroeconômico que abria o mercado para a produção internacional, há o avanço de novos produtores externos no mercado nacional. Antes da eclosão da crise de 2008, o Brasil se encontrava então em uma situação de dinamismo econômico em grande parte determinado pelas dinâmicas do eixo sino-americano de acumulação.

2.4 – Síntese do capítulo: as diferentes articulações da China e do Brasil à fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense

Este capítulo se debruçou sobre as mudanças sistêmicas que se fortaleceram na década de 1980 e como a China e o Brasil se articularam a elas. A crise de lucratividade do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense foi solucionada com os processos de financeirização da economia e reestruturação produtiva mundial. Foram analisadas as formas distintas de articulação dos dois países a esses processos, de acordo com as mudanças ocorridas nesses países no período.

Em 1978, a China buscou reformar o seu modelo econômico para fugir da estagnação e dos desequilíbrios deixados pelo modelo anterior, que quase não estava integrado aos processos econômicos sistêmicos. Assim, foi progressivamente alterando o seu modelo no sentido de se integrar com o ambiente produtivo do Leste Asiático, que se fortalecia com o processo de reestruturação produtiva mundial. Por ser um processo gradual e por não renunciar ao protagonismo do Estado na liderança do desenvolvimento econômico, o país conseguiu se inserir de maneira ativa à conjuntura, expandindo e sofisticando o seu parque industrial e criando formas de se apropriar cada vez mais dos excedentes das cadeias de mercadorias instaladas em seus territórios. Devido às suas dimensões política, social e econômica, à medida que se inseria no ambiente produtivo do Leste Asiático, passava a centralizá-lo cada vez mais de acordo com sua dinâmica econômica. Esse processo levou à formação do eixo sino-americano de acumulação, uma relação siamesa entre a expansão econômica dos Estados Unidos e da China, em que a produção chinesa passou a sustentar cada vez mais o processo de financeirização da economia estadunidense. Importante ressaltar que o dinamismo desse eixo passou a guiar a acumulação sistêmica a partir do início do século XXI.

Por sua vez, a reforma do modelo brasileiro nos anos 1990 foi um resultado da crise do modelo anterior causada pelas mudanças sistêmicas da nova conjuntura. Diferentemente da China, o Brasil estava muito integrado aos processos econômicos sistêmicos, com destaque para os financiamentos externos. Por isso, o redirecionamento do capital para os Estados Unidos estrangulou a capacidade do Estado brasileiro de

prosseguir com o nacional-desenvolvimentismo. O modelo liberal periférico, construído a partir de 1994, buscou formas de o Brasil se integrar à lógica de circulação internacional de capital da conjuntura. Como parte do novo modelo, foram feitas reformas que alteraram substancialmente a atuação do Estado nas dinâmicas econômicas, consolidando uma maneira passiva de inserção do Brasil na expansão financeira. Inicialmente, a inserção foi via exportação de capital, posteriormente, com o funcionamento do eixo sino-americano, o país passou também a exportar as *commodities* necessárias para a produção desse eixo, além de se tornar um mercado cada vez maior para produtos industrializados desse eixo. Apesar dos efeitos positivos na integração do país ao eixo, o que se constatou no Brasil foi uma estagnação e reversão da sofisticação do seu setor industrial e uma diminuição da autonomia da sua política econômica e da sua capacidade para concentrar cada vez mais excedentes em seu território.

Concluindo, neste capítulo observou-se que a China e o Brasil representam bem o movimento de divergência entre regiões da periferia e semiperiferia durante a nova conjuntura, apresentados por Arrighi (2002). A China foi um dos países que contribuíram para solucionar a crise de lucratividade sistêmica, ajudando a consolidar a nova conjuntura e, por isso, tornou-se um dos países mais beneficiados pelo novo momento sistêmico. O Brasil, por não ter as características necessárias para se beneficiar amplamente dos novos processos que passam a guiar a acumulação mundial, passa a ser um sócio minoritário, capturando benefícios muito limitados da expansão financeira. Essas diferenças vão influenciar as formas que a crise de 2008 vai impactar nos dois países porque a crise nasceu da própria dinâmica da conjuntura de expansão financeira, como será visto no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 – A CRISE DE 2008 COMO CRISE SISTÊMICA: O LIMITE DA EXPANSÃO FINANCEIRA DO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO ESTADUNIDENSE

O propósito deste capítulo está ligado ao terceiro objetivo desta dissertação, apresentado na Introdução, isto é, compreender a crise de 2008 como um resultado da expansão financeira do ciclo estadunidense. Muito se fala sobre a crise como um resultado do processo de financeirização da economia nos Estados Unidos, o que é correto, porém insuficiente para entender a sua eclosão e a sua importância na dinâmica da economia-mundo capitalista. Como visto no capítulo anterior, o processo de financeirização da economia iniciado no centro do sistema na década de 1970 foi consolidado com o processo de reestruturação produtiva mundial ocorrido simultaneamente. Nesse contexto, esse capítulo tem como objetivo organizar uma explicação para a eclosão da crise, e refletir sobre suas consequências, a partir da observação do desenvolvimento dos dois processos.

A primeira seção deste capítulo revisa as explicações tradicionais para a eclosão da crise, debruçando-se sobre o processo de financeirização da economia nos EUA como o gatilho para a eclosão da crise de 2008. Adiciona-se à revisão os apontamentos sobre a insuficiência dessas explicações, marcadas pelo nacionalismo metodológico que as leva a buscar a origem de uma crise sistêmica apenas no funcionamento da economia de um país, colocando em segundo plano ou até mesmo desconsiderando a influência da configuração da economia-mundo capitalista.

A segunda seção busca explicar os desequilíbrios globais, considerando as ligações entre a financeirização da economia nos EUA e o excesso de poupança externa dos países que passam a ser os grandes exportadores a partir dos anos 1980. É uma explicação bastante compatível com a perspectiva histórico-mundial desta dissertação, e que necessita certo ajuste para evitar a formação de uma resposta que entenda a financeirização como um resultado da ascensão dos novos exportadores e não perceba a dimensão co-constitutiva entre os dois processos, como analisada no capítulo anterior. É importante que a Economia Política dos Sistemas-Mundo se aproprie dessa explicação e a integre ao funcionamento do ciclo sistêmico de acumulação, evitando esse reducionismo que responsabilizaria os países exportadores pela crise, além de permitir pensar as implicações das causas da crise para o funcionamento posterior do capitalismo histórico.

A terceira seção do capítulo aborda os efeitos que a eclosão da crise de 2008 tiveram na economia-mundo. São observados efeitos imediatos, de redução do comércio exterior e dos fluxos financeiros internacionais, devido principalmente à recessão nos países centrais e a busca dos agentes capitalistas por conter perdas e se proteger de ativos contaminados. Também são identificados efeitos duradouros causados pela desarticulação do eixo sino-americano de acumulação e as estratégias dos países centrais de reverter os efeitos internos causados pela eclosão da crise de 2008.

O capítulo é encerrado com uma síntese do que seria o entendimento mais apropriado para a crise de 2008 a partir da Economia Política dos Sistemas-Mundo, uma crise resultante do desenvolvimento da própria conjuntura de expansão financeira. Constata-se que a crise significa uma limitação para a continuação da conjuntura a partir das mesmas bases. Assim, a crise seria o ponto da conjuntura em que mudanças se fariam necessárias para articulação de novas bases para a reprodução dos dois processos que guiam a conjuntura, ou até mesmo mudanças dos próprios processos que guiam a acumulação sistêmica para a ascensão de uma nova conjuntura. A crise teria aberto então um período de desarticulação da economia-mundo, com os países centrais executando políticas de recuperação da crise que geravam instabilidade e novos desafios para países da periferia e semiperiferia.

3.1 – A crise de 2008 como resultado da financeirização da economia

O entendimento da crise de 2008 como resultado da financeirização da economia dos Estados Unidos abrange uma gama de perspectivas sobre esse processo. Evans (2011) organiza essas explicações em cinco perspectivas. Algumas estão mais preocupadas com os aspectos mais específicos e locais desse processo, enquanto outras perspectivas se atentam mais aos aspectos mais gerais da influência da financeirização para a eclosão da crise. A análise a seguir irá dos aspectos mais específicos para os mais gerais da influência da financeirização da economia nos Estados Unidos para a eclosão da crise. A quinta perspectiva, a mais geral, que aborda os desequilíbrios globais, será examinada na seção seguinte.

Evans (2011) mostra que a perspectiva preocupada com aspectos mais específicos da financeirização é aquela que considera os diversos incentivos criados nos Estados Unidos para a criação da ciranda financeira dos títulos *subprime*, responsáveis pela eclosão da crise. A diminuição salarial das classes médias e baixas nos Estados Unidos é um dos objetivos e resultados da financeirização da economia dos Estados Unidos, como visto na primeira seção do capítulo anterior. Assim, o endividamento dessas classes foi

incentivado para a manutenção ou melhora de seus padrões de vida. Com a valorização dos imóveis a partir da virada do século³², essas famílias passam a ter as hipotecas de suas casas como uma fonte de crédito importante para suprir suas demandas³³.

Além de as famílias terem sido incentivadas a ir e voltar aos bancos para hipotecar suas propriedades, os próprios bancos faziam a busca ativa por essas famílias, principalmente as de renda mais baixa (EVANS, 2011). Vendedores de hipotecas iam às residências ofertar o produto e eram pagos de acordo com o número de hipotecas contratadas. Assim, eram incentivados a vender o maior número de hipotecas, sem se preocupar com a capacidade das famílias contratantes de arcar com a continuação do pagamento das hipotecas. Pelo contrário, ofereciam hipotecas com parcelas iniciais mais baixas, o que atraía as famílias mais pobres para a compra.

A falta de preocupação com a sustentação das hipotecas vendidas vinha não somente dos agentes que iam a campo ofertá-las, mas também dos próprios bancos que os empregavam. Esses bancos não tinham interesse em se assegurar do pagamento integral das hipotecas porque o intuito era agrupar um certo número delas, de riscos variados, em títulos e vendê-los para investidores financeiros, como fundos de pensões ou fundos de investimento. Esses títulos eram transformados em instrumentos cada vez mais complexos e opacos, mas que geravam grandes lucros com as taxas de administração. Evans (2011) ressalta que grandes bônus eram pagos aos banqueiros no momento de criação dos instrumentos financeiros, não dependendo das suas performances ao longo do tempo.

De acordo com Evans (2011), as agências de classificação de risco se encontravam no topo dessa cadeia de incentivos à expansão das hipotecas sem preocupação com a sua sustentabilidade. Como empresas com fins lucrativos, as agências eram contratadas por bancos para avaliar a qualidade dos instrumentos financeiros disponíveis. Com o *boom* dos títulos baseados em hipotecas, uma parte considerável da rentabilidade dessas agências passou a vir da avaliação desses instrumentos. Para não perder esses negócios para concorrentes, as agências mantinham avaliações favoráveis aos instrumentos.

³² Foster e Magdoff (2009) apresentam a formação da bolha imobiliária como a mais nova de uma série de bolhas e crises que se sucedem desde os anos 1980: a crise no mercado de ações estadunidense de 1987; a crise das poupanças e empréstimos da virada dos anos 1980 e 1990; a crise financeira japonesa e a estagnação dos anos 1990; a crise financeira asiática de 1997-1998; e a bolha e crise da Nasdaq em 2000.

³³ Nos EUA, as hipotecas são um financiamento de longo prazo que você pode contrair para a compra de imóveis, ou para se capitalizar com base em imóvel próprio. Nos dois casos, a instituição credora tem como garantia de dívida o imóvel em questão.

Também é importante ressaltar que a crescente complexidade e falta de transparência desses instrumentos tornava uma avaliação bem fundamentada cada vez mais difícil. Assim, os títulos baseados em hipotecas cada vez mais fragilizadas eram espalhados pelo sistema financeiro estadunidense e dos de países que liberalizavam seus mercados financeiros e se conectavam progressivamente ao primeiro.

Outra perspectiva sobre a contribuição dos aspectos da financeirização para a eclosão da crise mostrada por Evans (2011) é a que se concentra na política da taxa de juros dos Estados Unidos. De acordo com essa perspectiva, as taxas de juros entre 2001 e 2004 foram mantidas exageradamente baixas, para evitar uma recessão após o estouro da bolha da Nasdaq de 2000. O aumento da liquidez por causa dos juros baixos teria levado à bolha de preços dos imóveis e incentivado a proliferação das hipotecas, causando a eclosão da crise. Contudo, foi esse cenário de diminuição da taxa de juros que impulsionou a expansão estadunidense e permitiu a expansão econômica mundial, principalmente devido à sua relação com o funcionamento do eixo sino-americano de acumulação, como visto no capítulo anterior. Se os juros baixos eram essenciais para a expansão do consumo via endividamento nos Estados Unidos e para garantir a expansão econômica mundial, eles também foram responsáveis por inflar a bolha dos imóveis e dos títulos baseados nas hipotecas que causariam a crise de 2008.

Uma terceira perspectiva sobre a eclosão da crise de 2008, se baseia no processo de desregulamentação do setor financeiro e se preocupa com aspectos mais gerais da financeirização da economia dos Estados Unidos. Desde a contrarrevolução monetarista de Ronald Reagan, apresentada no Capítulo 2, o setor financeiro foi sendo desregulado para atrair o capital internacional de volta para os Estados Unidos. Conforme a desregulamentação avançava, bancos passavam a se dedicar a negócios cada vez mais arriscados, porém mais rentáveis. O símbolo da desregulamentação, de acordo com Eichengreen (2008), foi a revogação, em 1999, da Lei Glass-Steagall, criada após a crise de 1929 com o intuito de separar as atividades comerciais e de investimentos dos grandes conglomerados financeiros. Essa separação servia para evitar “a tendência da divisão de investimento, gerida por indivíduos tolerantes a alto risco apostarem os fundos de pequenos depositantes”³⁴ (EICHENGREEN, 2008, p.6). Com a revogação da lei, as duas atividades voltaram a se misturar, levando à criação de conglomerados financeiros cada vez mais alavancados e envolvidos com instrumentos financeiros que não estavam

³⁴ Tradução livre. Original: “the tendency for the investment-banking division run by individual with high risk tolerance to gamble the funds of small retail depositors”.

regulados. Assim, a desregulamentação necessária para relançar o poder e o dinamismo econômico dos EUA na economia-mundo capitalista causou a fragilização das bases desse relançamento.

A quarta perspectiva sobre a relação entre o processo de financeirização da economia estadunidense e a eclosão da crise é a que se debruça sobre o excesso de capital. Em realidade, trata-se do excesso de capital concentrado pelos capitalistas estadunidenses causado pelo processo de financeirização. Evans (2011) mostra que de 1980 a 2007, enquanto a produtividade aumentou cerca de 80%, os salários reais apresentaram um crescimento um pouco menor de 40%³⁵. Assim, volta-se ao aspecto mais específico da financeirização para a eclosão da crise apresentado inicialmente, o dos incentivos para o endividamento das famílias, particularmente via hipotecas. Evans ressalta que a “a despesa financiada por crédito não só ajudou a fechar o déficit da demanda, mas também forneceu ao capital financeiro mais um meio de apropriação de juros a partir de um segmento significativo da população” (EVANS, 2011, p.28). Então, além de ser uma forma de sustentação da demanda nos EUA, o endividamento também era uma forma de apropriação do rendimento das classes médias e populares pelos capitalistas nos Estados Unidos.

Esse cenário da economia financeirizada dos EUA foi o que propiciou a expansão do circuito dos títulos *subprime* das hipotecas pelo sistema financeiro. Foster e Magdoff (2009) partem desse cenário para interpretar a eclosão da crise seguindo o modelo de crises financeiras elaborado por Kindleberger (2005). De acordo com os autores, a eclosão da crise teria seguido cinco fases sucessivas: a criação de um novo produto, que vai ser o alvo da especulação; a expansão do crédito, necessária para inflar a bolha que surge; a mania especulativa, o momento que os investidores vão em massa ao novo produto; o perigo, geralmente um acontecimento externo que marca a reversão no movimento em relação ao produto; e o *crash*/pânico, quando os investidores passam a querer abandonar o mais rápido possível o produto em busca de liquidez.

A primeira etapa no caso da bolha do *subprime* foi a criação dos novos instrumentos financeiros que consolidavam a securitização das hipotecas, a partir dos anos 1990, chamados de *Collateralized Mortgage Obligations* (CMO). A expansão do crédito necessária para inflar a bolha, e caracterizar a segunda etapa, veio na forma da

³⁵ Essa diferença entre o crescimento da produtividade e dos salários reais pode ser entendida pelas conexões entre a financeirização da economia e a reestruturação produtiva mundial como soluções para a crise da hegemonia dos EUA na década de 1970, como apresentado no capítulo 2 desta dissertação.

diminuição dos juros no início dos anos 2000 e na diminuição dos depósitos compulsórios. A expansão do crédito permitiu aumento na demanda e na oferta dos CMO, abrindo a fase de mania especulativa. A especulação transbordava do mercado financeiro, também para o mercado imobiliário. “No auge da bolha, novas hipotecas aumentaram em US\$ 1,11 trilhão entre outubro e dezembro de 2005, levando a uma dívida hipotecária notável de US\$8,66 trilhões, equivalente a 69,4% do PIB estadunidense” (FOSTER e MAGDOFF, 2009, p.97). Esse cenário especulativo se expandiu até a etapa seguinte, em que o aumento dos juros em 2006 fez o preço dos imóveis nas áreas das *subprime* diminuírem³⁶, sinalizando um perigo para a manutenção do crescimento da bolha. A etapa final, de estouro da bolha, veio a partir da implosão de dois *hedge fund* da *Bear Stearns* que detinham quase US\$ 10 bilhões em títulos baseados em hipotecas. A partir de então, os investidores passariam a fugir dos investimentos baseados nas hipotecas, causando falências de empresas e indivíduos, diminuição do crédito e o espalhamento da crise para todos os países amplamente integrados com o sistema financeiro estadunidense e a ciranda dos títulos *subprime*.

Essas são as explicações tradicionais para a eclosão da crise de 2008. Como pode ser visto, são explicações muito concentradas no funcionamento da economia nacional dos Estados Unidos em seu processo de financeirização a partir da década de 1980. Contudo, como já dito anteriormente, a financeirização da economia no centro do sistema só pode se consolidar com o desenvolvimento simultâneo do processo de reestruturação produtiva mundial. Assim, uma crise da financeirização, como é tratada a crise de 2008, deveria ter algum relacionamento com o seu processo gêmeo, a reestruturação produtiva. Foster e Magdoff (2009) reconhecem que há uma “história mais ampla que ainda precisa ser contada” (FOSTER e MAGDOFF, 2009, p.21) da relação dessa crise com o capitalismo mundial. A próxima seção se debruça nessa história mais ampla, atentando

³⁶ Albanesi, De Giorgi e Nosal (2017) defendem que a presença de hipotecas de alto risco nos instrumentos não eram a principal determinante para a eclosão da crise, uma vez que os instrumentos possuíam uma diversificação de riscos. O que teria tornado os instrumentos tóxicos foi o fato de não haver uma distribuição geográfica das hipotecas que compunham os instrumentos. Assim, com o aumento de juros e a desvalorização dos imóveis, bairros específicos mais atingidos passaram a comprometer instrumentos integralmente. Essa dinâmica geográfica também é observada por Harvey (2011), que mostra que desde 2006 o aumento da taxa de despejos em certos bairros já deveria ter alertado a proximidade do estouro da bolha, mas como eram zonas periféricas, habitadas por uma população marginalizada, não houve alarme. De acordo com o autor, o alarme soou somente em meados de 2007, quando os despejos alcançaram classes médias mais abastadas em áreas mais valorizadas. Contudo, o ciclo da bolha já estaria em outro patamar.

para a contribuição do desequilíbrio no comércio internacional, causado pela reestruturação produtiva mundial, para a eclosão da crise de 2008.

3.2 – A crise de 2008 como resultado da reestruturação produtiva mundial

3.2.1 – Desequilíbrios globais

A perspectiva que considera as causas mais amplas para a eclosão da crise de 2008 apresentada por Evans (2011) é a que foca nos desequilíbrios globais causados pelo comércio internacional. Os desequilíbrios se dão com o surgimento de países com amplos superávits comerciais e pouco consumo interno, que passam a exportar a poupança excedente para os países deficitários. Pettis (2013) mostra como esses desequilíbrios são recorrentes na história e causam bolhas especulativas. Seguindo o raciocínio apresentado pelo autor, os desequilíbrios são originados na economia de um país e acabam “forçando desequilíbrios inversos em outros países através do balanço comercial”³⁷ (PETTIS, 2013, p.4). Os desequilíbrios globais podem ser vistos na identidade macroeconômica abaixo:

$$\text{Superávit/Déficit comercial} = \text{Poupança} - \text{Investimento} = \text{Saída/Entrada de capital}$$

A origem dos desequilíbrios se daria em países com desigualdade de renda e concentração de riqueza crescentes que diminuiria o consumo interno. Há então uma situação de acúmulo de poupança, entendida como “a diferença entre a produção total e o consumo total” (PETTIS, 2013, p.4), que forçaria a exportação desses capitais para países com baixo nível de poupança. Por sua vez, essa poupança exportada incentiva o investimento nos países que a recebe. Como os países que recebem essa poupança são os deficitários, o investimento produtivo acaba sendo desincentivado por não ser competitivo frente às grandes importações. Logo, os investimentos são direcionados cada vez mais para atividades especulativas, que causam o surgimento de bolhas e as crises consequentes. Nas palavras do autor, “com a exportação desse excesso de poupança e a concomitante importação da demanda externa, o comércio internacional e os fluxos de capitais necessariamente resultam em profundos desequilíbrios”³⁸ (PETTIS, 2013, p.6).

Nos anos 1980, com o início da fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense, esse desequilíbrio começa a ser formado com os Estados Unidos sendo o destino do capital dos novos grandes exportadores como a Alemanha, mas principalmente os países do Leste Asiático, notadamente o Japão. Contudo, como foi dito na

³⁷ Tradução livre. Original: “force obverse imbalances in other countries through the trade account”.

³⁸ Tradução livre. Original: “With the exporting of these excess savings, and the concomitant importing of foreign demand, international trade and capital flows necessarily resulted in deep imbalances”.

primeira seção do capítulo anterior, o processo que gerou esse desequilíbrio era um projeto de consolidação da classe capitalista dentro dos Estados Unidos via barateamento da mão de obra e fortalecimento da acumulação financeira, ao mesmo tempo que a entrada de capital, ao refortalecer o poder do dólar, relançava o poder dos Estados Unidos em escala mundial. O desequilíbrio seria um efeito colateral do novo arranjo e era constantemente administrado pela atuação conjunta dos EUA e seus aliados no Leste Asiático e na Europa através de negociações das taxas de câmbio e reformas econômicas nesses países. Assim, impedia-se que o desequilíbrio estrutural desse arranjo sistêmico se transformasse em uma crise capaz de impedir a manutenção do arranjo. Entretanto, não impediu a formação de bolhas financeiras sucessivas, como mencionado anteriormente neste capítulo.

A situação se agrava quando o processo de reestruturação produtiva mundial passa a se expandir cada vez mais para a China. Com a entrada desse país e a sua crescente importância para a sustentação do processo, ao ponto de se criar o eixo sino-americano de acumulação, cria-se uma nova situação para o arranjo. A novidade vem do fato de ser um país com uma economia nacional de enorme dimensão e com relativa autonomia geopolítica em relação aos Estados Unidos. Essa autonomia torna mais difícil o processo de ajuste do desequilíbrio estrutural da fase de expansão financeira, colocando em risco a própria sustentação dessa fase. A subseção seguinte aborda as especificidades desse desequilíbrio e a sua relação com a eclosão da crise de 2008.

3.2.2 - O desequilíbrio estrutural do eixo sino-americano e a crise de 2008

A pesquisa de Hung (2016) é essencial para entender como essa relação econômica entre os Estados Unidos e China foi construída sobre um desequilíbrio estrutural que limitaria o próprio desenvolvimento da relação. Hung (2016) parte do mesmo entendimento desta dissertação ao identificar que a crise econômica da década de 1970 foi solucionada a partir da construção da conjuntura de expansão financeira, formada pelos processos de financeirização da economia no centro do sistema e da reestruturação produtiva mundial, apesar de não usar exatamente os mesmos termos, como pode ser constatado no trecho a seguir:

“A expansão das bolhas financeiras e imobiliárias nos Estados Unidos e na Europa e a abertura do Leste Asiático, sobretudo da China, como um centro dinâmico de crescimento que absorveria a maior parte do capital produtivo após os anos 1970 constituíam os componentes chave das soluções para a crise capitalista global”³⁹ (HUNG, 2016, p.146).

³⁹ Tradução livre. Original: “The expansion of the financial and real-estate bubbles in the United States and Europe and the opening of East Asia, above all, China, as a dynamic center of growth that would

Hung (2016) reconhece o papel das relações econômicas entre China e Estados Unidos, aqui entendidas como o eixo sino-americano de acumulação, para o novo fôlego econômico da economia mundial no final do século XX e início do século XXI. Ele segue o trabalho de Rajan (2005) que constata que a financeirização da economia nos EUA e a articulação da China à reestruturação produtiva mundial eram “dois processos interligados responsáveis por, aproximadamente, metade do crescimento global”⁴⁰ (HUNG, 2016, p.147).

Contudo, diferentemente de Pinto (2011), Hung (2016) observa uma tensão subjacente a esse eixo de acumulação. Ele ressalta que esse arranjo sistêmico era escorado no consumo excessivo nos Estados Unidos e na Europa, que por sua vez era financiado pelas compras dos títulos do Tesouro estadunidense pela China e outros países do Leste Asiático. Para o autor, esta é a fonte básica do desequilíbrio estrutural da relação. Hung (2016) segue nesse ponto os trabalhos de Pettis (2013), que demonstra a recorrência de desequilíbrios estruturais no comércio internacional entre os países e defende que a crise de 2008 foi um resultado desse desequilíbrio:

“o desequilíbrio econômico global subjacente à crise financeira de 2008 primariamente como um produto do modelo de contenção do crescimento do consumo adotado por países superavitários, mais notadamente a China [...]. Como uma questão de princípios teóricos, a contenção do consumo sempre causa o aumento na poupança. Se a poupança é maior que o investimento, então o excesso de poupança deve fluir para outros países na forma de exportação líquida de capital. Em contraste, um país com uma entrada líquida de capital deve apresentar mais investimento que poupança. Para a China, a compra de títulos do Tesouro dos EUA é o canal predominante de exportação de capitais, enquanto para os EUA, a venda de títulos do Tesouro para estrangeiros constitui o canal principal de entrada de capital. A regra básica da macroeconomia dita que poupança menos investimento também é igual ao superávit comercial”⁴² (HUNG, 2016, p.148).

absorb most manufacturing capital after the 1970s constituted key components of these solutions to the global capitalist crisis.”

⁴⁰ Tradução livre. Original: “[...] two intertwined processes that accounted for nearly half of global economic growth”.

⁴¹ A título de ilustração apenas do desempenho chinês, constata-se que suas exportações aumentaram de US\$250bi em 2000 para US\$1,3tri em 2008, enquanto seu superávit vai de US\$17bi para US\$400bi, no mesmo período (FERGUSON e SCHULARICK, 2011).

⁴² Tradução livre. Original: “[...] the global economic imbalance underlying the financial crisis of 2008 as primarily a product of the consumption-repressing growth model adopted by the surplus countries, most notably China [...]. As a matter of theoretical principle, repression of consumption always brings rise in saving. If saving is larger than investment, then the excess saving must flow to other countries in the form of net capital exports. In contrast, a country with net inflow of capital must see larger investment than saving. For China, the purchase of U.S. Treasury bond is the predominant channel of capital exports, whereas for the United States the Selling of Treasury bonds to foreigners constitutes a mains channel for capital inflow. The basic rule of macroeconomics dictates that saving minus investment is also equal to trade surplus.

Pode-se entender então que o aumento das exportações do Leste Asiático, especialmente da China, causada pela reestruturação produtiva mundial, sustenta o processo de financeirização da economia no centro do sistema, especialmente nos EUA. Como já dito, nos cenários de economias abertas, a saída de capital e o superávit comercial originado da repressão de consumo e alta poupança de um país vai levar a entrada de capital e déficit comercial, além de consumo excessivo e baixa poupança, em outro país. Sendo então o consumo excessivo sustentado pelo endividamento, viabilizado pela entrada de capital resultante do superávit comercial chinês, na forma de compras dos títulos da dívida estadunidense. Fortalece-se então o entendimento de como os dois processos que formam a conjuntura de expansão financeira se retroalimentam. Por esse motivo, entende-se que o “desequilíbrio nos Estados Unidos e o desequilíbrio na China são mutuamente constitutivos”⁴³ (HUNG, 2016, p.148).

Sobre o desequilíbrio chinês, Hung (2016) ressalta que a alta taxa de poupança e o baixo consumo na China são consequências de três políticas chinesas: repressão salarial, repressão financeira e desvalorização cambial. Todas as três redistribuiriam a renda das famílias para os setores estatais e de exportação. A repressão salarial se dá com a manutenção dos baixos salários através do controle da migração do campo para a cidade, o que faz com que a produtividade aumente mais que os salários, resultando na apropriação desse excedente pelos exportadores. A repressão financeira é resultado das baixas taxas de juros tanto para os depósitos como para os empréstimos. Assim, as famílias depositam sua poupança com baixa taxa de rendimento e exportadores e empresas estatais têm acesso a um crédito barato, configurando mais uma forma de apropriação da poupança das famílias pelos setores estatais e exportadores. O Banco Central Chinês mantém a moeda desvalorizada e impede a sua valorização natural como consequência do aumento de seu superávit, o que incentiva as exportações ao mesmo tempo em que encarece o consumo doméstico. O resultado dessas três políticas é que a poupança das famílias acaba sendo baixa enquanto a do Estado e dos exportadores, alta.

É importante também pensar sobre outro interesse do Estado chinês relacionados à política de manutenção da moeda desvalorizada, além dos já citados. Ferguson e Schularick (2011) também reconhecem o interesse do Estado chinês em manter a competitividade de suas exportações através da moeda desvalorizada. Entretanto, também chamam atenção para a necessidade dessa desvalorização como uma medida de proteção

⁴³ Tradução livre. Original: “the imbalance in the United States and the imbalance in China are mutually constitutive”.

contra prováveis instabilidades financeiras. A moeda desvalorizada garantiria o acúmulo de reservas internacionais que poderiam ser usadas em caso de riscos frente à integração econômica e financeira cada vez mais intensa com o sistema financeiro mundial. Evitar um episódio similar à crise asiática de 1997 seria um objetivo estratégico da política de moeda desvalorizada. Trata-se, portanto, de motivos essencialmente político, uma vez que o Estado chinês não estaria disposto a atrelar a estabilidade política chinesa às flutuações do mercado de capitais internacional.

Uma questão que deve ser levantada às análises de Hung (2016) e Pettis (2013) é que eles parecem considerar que são as políticas chinesas que forçam o desequilíbrio por parte dos Estados Unidos, não levando em consideração que o regime de acumulação financeira dos EUA é uma construção dos próprios grupos dominantes desse país. Para os autores, a economia estadunidense é o alvo dessa exportação de capital e produtos da China devido à liquidez dos seus ativos e do tamanho do seu mercado consumidor. Assim, os “Estados Unidos não teriam outra escolha além de responder ao aumento dos fluxos líquidos de capital com aumento do investimento e aumento do consumo”⁴⁴ (HUNG, 2016, p.149). Como o resultado desse fluxo de capital é o encarecimento do dólar, o que barateia as importações e prejudica os produtores estadunidenses, que não têm incentivos para expandir a produção doméstica. Assim, a expansão do crédito incentivada pelo fluxo de capital chinês causa a expansão do investimento imobiliário e do consumo via endividamento. Esse cenário acabaria “forçando americanos a consumir além dos seus meios”⁴⁵ (HUNG, 2016, p.150 *apud* PETTIS, 2013, p.154, ênfase original). Ferguson e Schularick (2011) ao menos reconhecem a leniência do FED, e outros órgãos responsáveis, por subestimar os riscos sistêmicos das inovações financeiras que vão ser alimentadas por essa intensa entrada de capital.

Hung (2016) e Pettis (2013) defendem então que o desequilíbrio estrutural do eixo sino-americano de acumulação leva a bolhas financeiras e imobiliárias nos EUA, uma vez que o capital investido não encontra bases sólidas para a sua reprodução, tornado esse arranjo cada vez mais insustentável. Uma vez que essas bolhas estouram, os créditos se contraem, e, por sua vez, o consumo colapsa, contraindo as exportações chinesas para os EUA. Isso acaba diminuindo o fluxo de capital que sustenta os próprios investimentos e créditos nos EUA, colocando em risco todo o funcionamento do eixo sino-americano de

⁴⁴ Tradução livre. Original: “United States has no choice but to respond to the growing net inflows of capital with higher investment and higher consumption”.

⁴⁵ Tradução livre. Original: “force Americans to consume beyond their means”.

acumulação. Esse foi o processo desencadeado pela crise das *subprime* no mercado imobiliário estadunidense em 2008, que teve efeitos deletérios em todo o sistema-mundo capitalista, até porque era o funcionamento desse eixo que sustentava a expansão do sistema.

Ferguson e Schularick (2011) também consideram que a crise de 2008 é o limite do funcionamento desse eixo de acumulação, o qual chamam de Chimérica⁴⁶. Isso porque, do lado chinês, foi entendido que os consumidores estadunidenses altamente endividados não poderiam voltar a desempenhar o papel de consumidores de suas exportações, além da exposição de sua economia ao dólar, ao possuírem quase dois trilhões de dólares em reservas. Do lado estadunidense, a consequência de se apoiar no dinheiro barato chinês havia se mostrado catastrófica. Contudo, os autores apontam que os interesses pela manutenção dessa relação ainda eram fortes. Por esse motivo, os autores clamam pelo balanceamento a partir da valorização da moeda chinesa.

Hung (2016) e Pettis (2013) também defendem esses ajustes no eixo sino-americano de acumulação. Contudo, ressaltam que deve ser um esforço combinado e simultâneo entre as duas partes, porque seria impossível os Estados Unidos se tornarem superavitários e reprimirem o consumo se a fonte desse capital externo, a China, não diminuir seu superávit e aumentasse o consumo interno. Além disso, os autores defendem que esse balanceamento não é urgente apenas para os EUA e para a economia mundial, mas também para os próprios chineses, porque as suas exportações e investimentos também entraram em crise em 2008, fazendo com que o aumento nas rendas dos domicílios e no consumo se tornem mais importantes para o desenvolvimento chinês.

O que se observa então é que, ao incorporar a China na reestruturação produtiva mundial que sustenta a financeirização da sua economia, os Estados Unidos perderam o controle que possuíam sobre os dois processos sistêmicos, o que se torna um limite para a própria perpetuação dos processos que formam a conjuntura de expansão financeira. O limite se dá com a eclosão da crise de 2008, que mostra que os Estados Unidos não têm capacidade de forçar os ajustes no eixo sino-americano de acumulação, como faziam com os seus aliados. Em contrapartida, realizar o ajuste na sua economia para realizar um ajuste inverso na economia chinesa significaria fortalecer os salários dos seus trabalhadores para evitar o consumo através do endividamento. Isso colocaria em risco os ganhos de lucratividade vindo desde a contrarrevolução monetarista e a própria

⁴⁶ Uma alusão à criatura quimera (*chimera*, em inglês) da mitologia grega, que combina partes do corpo de leão e de águia, uma combinação inusitada, tal qual a entre os Estados Unidos e China.

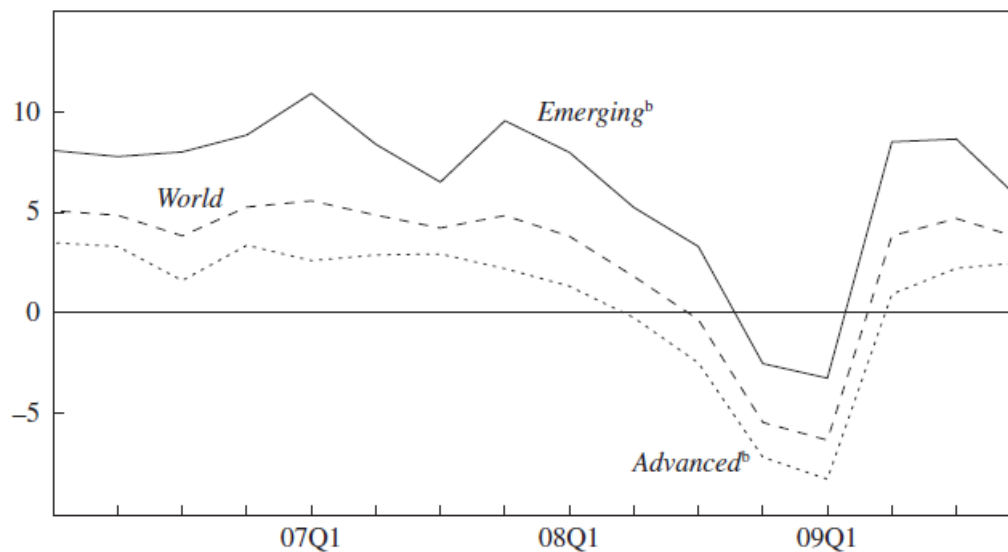
sustentação do seu modelo de acumulação financeira. Pelo lado chinês, consentir com a valorização cambial e as reformas econômicas implicaria na perda da competitividade de suas indústrias, colocando em risco todo o processo de sofisticação industrial e dinamização da sua economia posto em marcha desde as reformas de Xiaoping. Configurado então o impasse, os dois sócios teriam que encontrar formas de superar essa limitação à expansão da acumulação através de medidas negociadas ou medidas autônomas de cada parte, cujos resultados sistêmicos estariam em aberto.

3.3 – Os impactos da crise de 2008 na economia-mundo capitalista

A crise de 2008 entendida como resultado de um limite à expansão do eixo sino-americano de acumulação permite pensar o seu impacto na economia-mundo capitalista de duas formas. Na primeira, a crise seria vista como um evento específico, buscar-se-iam então os impactos imediatos da sua eclosão para a economia-mundo. Na segunda, a partir dos desdobramentos do evento na conjuntura, pensar-se-iam os impactos mais duradouros da sua eclosão.

Começamos com os impactos imediatos da crise. Devido à forte interligação entre os sistemas financeiros dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, a eclosão da crise implicou em uma rápida transmissão dos efeitos da crise dentro dessa região. As falências de instituições financeiras no centro da economia-mundo comprimiram radicalmente o crédito e provocaram um efeito cascata na economia, avançado sobre a economia real, gerando falências de empresas e desemprego. A eclosão da crise provocou a chamada Grande Recessão, envolvendo principalmente os anos de 2007 a 2009 (VOLCKER, 2009; IVANOVA, 2011; SHERMAN, 2011). Os seus resultados nas taxas de crescimento trimestral dos países podem ser vistos no gráfico 1 abaixo.

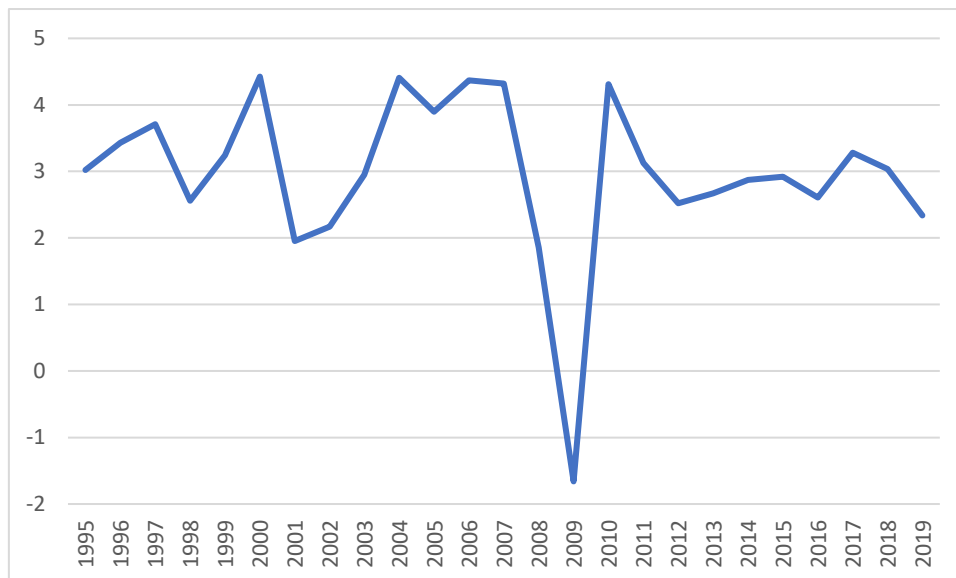
Gráfico 1: Crescimento do PIB nas economias “avançadas” e “economias de mercado emergente” (2006-2009)



Fonte: FMI, Global Data Source e estimativas do FMI via Blanchard, Das e Faruquee (2010).

O gráfico 1 apresenta a intensidade da recessão em um grupo de países selecionados chamados de “avançados”, aqui entendidos como os países centrais da economia-mundo capitalista, e outro grupo de países chamados de “economias de mercado emergentes”, entendidas aqui como países da periferia e da semiperiferia. Nota-se que nos períodos mais severos da recessão, o quarto trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009, o grupo dos países centrais teve taxas de crescimento de -7,2% e -8,3%, respectivamente, enquanto o grupo de países da periferia e semiperiferia apresentaram as taxas de -1,9% e -3,2%, revelando a diferença na intensidade da recessão entre os grupos. O peso da recessão nos países centrais fez, no ano de 2009, a economia-mundo capitalista encolher quase 1,66%, como indica o gráfico 2.

Gráfico 2: Taxas de crescimento do PIB mundial (1999-2019)



Fonte: Banco Mundial. Elaborado pelo autor.

Os países que se encontravam fora do circuito financeiro dos títulos podres da *subprime* foram impactados pela recessão no centro da economia-mundo por dois mecanismos principais: “O primeiro foi a aguda diminuição nas suas exportações e, no caso dos exportadores de commodities, uma aguda diminuição nos seus termos de troca. A segunda foi uma aguda diminuição dos fluxos de capitais”⁴⁷ (BLANCHARD, DAS e FARUQEE, 2010, p.266). A recessão no centro da economia-mundo implicou na redução do consumo e da atividade produtiva nessa região, diminuindo suas importações, de bens industrializados no Leste Asiático e de bens primários importados da América Latina. A necessidade de injeção de capital dentro dos mercados nacionais dos países centrais, aliada à busca dos agentes privados por segurança e liquidez, fez diminuir a entrada dos fluxos financeiros nos países da semiperiferia e periferia. Por isso, os principais impactos imediatos da crise de 2008 na China e no Brasil foram na forma de redução do comércio exterior e diminuição dos fluxos financeiros internacionais, como será visto no próximo capítulo.

Os impactos duradouros da crise de 2008 nos dois países em questão têm relação com o ambiente sistêmico que se formou no pós-crise e podem ser resumidos em dois pontos: a diminuição do dinamismo causado pelo eixo sino-americano de acumulação; e os efeitos duradouros das estratégias dos países centrais para o combate à crise. Sobre o primeiro ponto, o gráfico 2 mostra como a queda do dinamismo econômico no período

⁴⁷ Tradução livre. Original: The first was a sharp decrease in their exports and, in the case of commodity producers, a sharp drop in their terms of trade. The second was a sharp decrease in net capital flow”

pós-crise afetou a taxa de crescimento mundial. A média das taxas de crescimento desde a formação do eixo sino-americano de acumulação na segunda metade da década de 1990 até a eclosão da crise em 2008, foi de 3,3%, enquanto no período posterior à crise foi de 2,5%. A diferença das taxas nos dois períodos mostra que a crise do eixo sino-americano de acumulação teve impactos negativos na dinâmica de toda a economia-mundo capitalista. Assim, o desaquecimento do mercado no centro diminuiu as exportações do Leste Asiático, incluindo a China, reverberando esses impactos na diminuição das suas importações de matérias-primas da América Latina. Como consequência desse desaquecimento, há um acirramento da competição industrial e aumento da capacidade ociosa no mundo, principalmente na China (DE CONTI e BILKSTAD, 2017).

O segundo ponto se refere aos efeitos duradouros das estratégias dos países centrais após a crise de 2008 que desestabilizaram a economia-mundo. As estratégias consistiram em grande medida na expansão monetária, conhecida como *quantitative easing*, que reverteu a queda dos fluxos internacionais de capital no imediato pós-crise, aumentando a liquidez internacional. A expansão monetária dos Bancos Centrais dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão somou um total de US\$ 11 trilhões entre 2008 e 2018 (FERNANDEZ, BORTZ e ZEOLLA, 2018). Esse capital transbordou para a semiperiferia e periferia em busca das taxas maiores de juros, o que incentivou o endividamento nesses países, aumentou a volatilidade nesses mercados e gerou apreciação cambial, sendo que essa última acabou por diminuir a competitividade de seus produtos. A partir de 2013, as especulações sobre a reversão iminente das políticas que formavam o *quantitative easing* e o próprio processo de reversão parcial, conhecido como *tapering*, a partir de 2014, redirecionou o capital de volta para os EUA e demais países do centro, uma vez que as vantagens relativas dos mercados dos países da semiperiferia e periferia haviam acabado (TOOZE, 2018). Esses países se depararam então com a desvalorização do seu câmbio e os consequentes aumento das dívidas em dólares, fora a necessidade de aumentos de juros para tentar conter a saída de capital, criando grande instabilidade econômica.

3.4 – Síntese do capítulo: A crise de 2008 como um impasse sistêmico

Este capítulo se dedicou a compreender a crise de 2008 como um evento causado pela configuração sistêmica da fase de expansão financeira do ciclo estadunidense. Dessa forma, a crise foi analisada como um resultado da relação entre os dois principais processos que guiam a conjuntura: a financeirização da economia e a reestruturação produtiva mundial. Como visto no capítulo anterior, esses dois processos solucionaram a

crise de lucratividade vivida na economia-mundo capitalista na década de 1970 e proporcionaram o relançamento do poder estadunidense no sistema na década seguinte.

Contudo, as próprias dinâmicas dessa conjuntura levavam a uma constante instabilidade, materializada pelas seguidas crises financeiras no período. Sob a liderança dos EUA, essas crises eram administradas com ajustes pontuais de forma a conservar os dois processos que guiam a conjuntura. Nessa ordem de ideias, a crise de 2008 pode ser entendida como uma continuidade da cadeia de crises que se sucedem a partir de 1980, mas a sua novidade vem do envolvimento da China na sua eclosão. A partir de meados da década de 1990, o eixo sino-americano de acumulação passou a ser o principal articulador do funcionamento da financeirização da economia e da reestruturação produtiva mundial e no início do novo século, passou a ser o principal motor da expansão da economia-mundo capitalista. Como era uma continuidade dos dois processos que guiam a conjuntura, o desequilíbrio estrutural foi transferido para o eixo.

Diferentemente das crises anteriores, os dois processos não poderiam ser reproduzidos a partir de uma atuação dos Estados Unidos para forçar ajustes nas taxas de câmbio e de reformas econômicas nas contrapartes dos desequilíbrios. Como visto no capítulo anterior, a China havia se integrado intensamente à economia-mundo capitalista mantendo o seu projeto de socialismo com características chinesas, que incluía a autonomia geopolítica e a capacidade do Estado de liderar a acumulação de capital. Então, devido aos riscos que representavam para seu modelo de crescimento, os ajustes que anteriormente eram levados a cabo pelos aliados estadunidenses não eram do interesse das lideranças chinesas. A fase de expansão financeira chegava então a um impasse sistêmico. A manutenção dos dois processos que guiavam a conjuntura dependia de ajustes que nem a China nem os Estados Unidos eram capazes de realizar porque colocariam em xeque a sustentação dos modelos de acumulação de ambos.

A eclosão da crise de 2008 produziu então impactos imediatos, formados pela redução do comércio internacional e dos fluxos financeiros internacionais, e choques mais duradouros, formados pelas consequências das políticas de combate à crise no centro da economia-mundo e pelo desaquecimento do eixo sino-americano de acumulação. O próximo capítulo se dedica à forma que esses impactos se materializaram na China e no Brasil e às respostas dadas por esses países.

CAPÍTULO 4 – A POSIÇÃO ESTRUTURAL DA CHINA E DO BRASIL APÓS A CRISE DE 2008

O presente capítulo é relacionado ao quarto objetivo da pesquisa e que foi apresentado na Introdução: a comparação dos efeitos da crise de 2008 nas posições estruturais da China e do Brasil. Como foi visto no capítulo anterior, compreende-se a crise de 2008 como um processo mundial, não mais restrito à economia estadunidense, resultado dos próprios desdobramentos da conjuntura de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense. Dessa maneira, busca-se identificar os impactos do esgotamento da sinergia entre os processos de reestruturação produtiva mundial e de financeirização da economia no centro do sistema que caracterizavam as dinâmicas do eixo sino-americano de acumulação.

A primeira seção deste capítulo é voltada para China. Em um primeiro momento, observa-se os impactos imediatos da eclosão da crise de 2008, a redução do comércio exterior e dos fluxos financeiros internacionais nesse país; e como eles realçam os efeitos das políticas contracionistas chinesas em vigor nos anos que precederam a crise. Em um segundo momento, são analisadas as políticas contracíclicas chinesas e como elas, por um lado, combatem contradições do desenvolvimento chinês, principalmente as relacionadas às desigualdades regionais e sociais, e por outro acentuam a tendência ao sobreinvestimento da economia chinesa. Em um terceiro momento, a seção se volta às novas estratégias de desenvolvimento da China no contexto dos impactos duradouros, com a percepção das autoridades chinesas de que as estratégias que conformavam o eixo sino-americano de acumulação não serviriam mais para o novo momento da economia-mundo capitalista.

A segunda seção aborda o Brasil nesse contexto e inicia-se com um estudo dos impactos imediatos da crise no país. No caso do modelo liberal periférico brasileiro, os principais efeitos são a diminuição dos preços das *commodities* e da entrada de capital internacional paralelamente ao aumento da sua saída, que acabam por afetar negativamente o consumo e o investimento no país. Em um segundo momento, a seção se volta ao estudo das políticas de combate à crise, que procuraram principalmente reaquecer o mercado interno e aumentar os investimentos. A seção termina com o estudo da evolução da economia brasileira no contexto dos efeitos duradouros da crise de 2008, com a malsucedida tentativa de reformar o modelo liberal periférico e o seu posterior recrudescimento, que provocou uma nova década de estagnação do país.

O capítulo é finalizado com uma análise dos reflexos das políticas brasileiras e chinesas na evolução da posição estrutural dos dois países. Para isso, utiliza-se o método usado por Arrighi (1998), baseado no coeficiente porcentual do PNB *per capita* da China e do Brasil em relação ao centro da economia-mundo capitalista. A conclusão geral do capítulo é que a crise pôs fim ao momento de ampla expansão da economia-mundo proporcionada pelo eixo sino-americano de acumulação. O fim da expansão desacelerou a aproximação da China dos níveis dos países centrais de comando dos excedentes mundiais, enquanto o Brasil se manteve estagnado no mesmo nível durante o período.

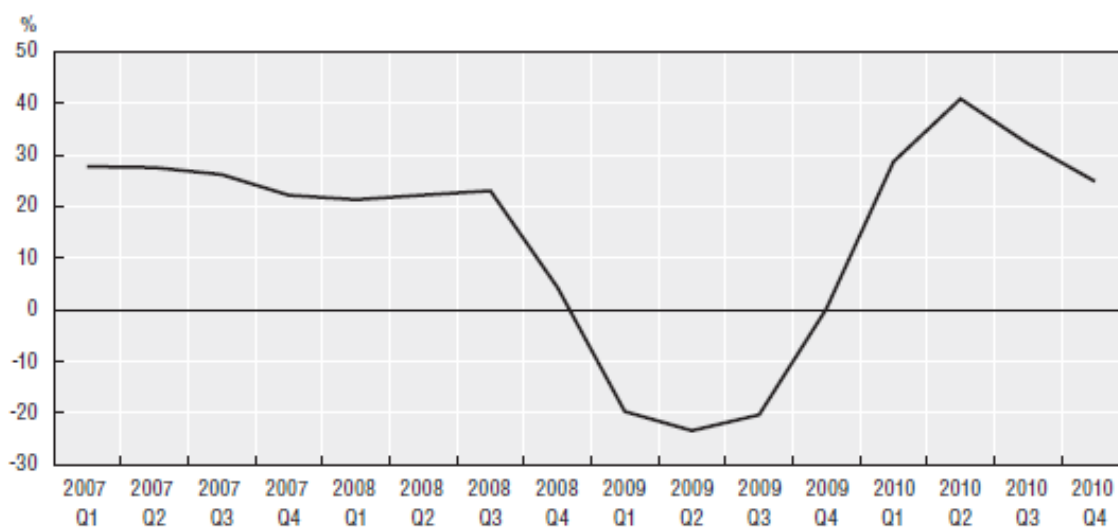
4.1 – A reação chinesa: em busca do “século chinês”

4.1.1 – Os impactos imediatos da crise na China

Seguindo o estudo de Blanchard, Das e Farouqee (2010) exposto no capítulo anterior, os impactos imediatos da crise de 2008 foram propagados para os países de fora do circuito financeiro das *subprime* estadunidenses por meios indiretos. Reforçando que essas formas indiretas se materializaram principalmente no colapso do comércio exterior, devido à diminuição do consumo no centro do sistema; e na diminuição dos fluxos financeiros internacionais, com a diminuição do investimento externo direto e a busca por investimentos de maior segurança pelos investidores internacionais. Devido aos rígidos controles estatais sobre o sistema financeiro nacional e à sua atuação predominantemente doméstica (CINTRA, 2013), a China não estava ligada aos títulos que contaminaram o sistema financeiro internacional. Dessa forma, os principais impactos da crise que atingiram esse país foram por esses meios indiretos.

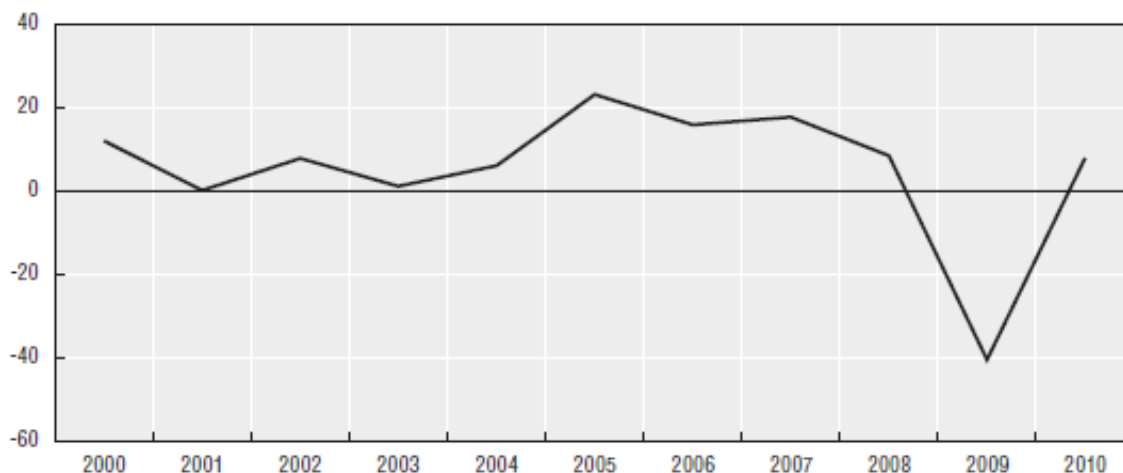
Como já discutido no Capítulo 2, durante a expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense, o crescimento econômico chinês se baseou nos investimentos ligados ao processo de urbanização e de produção. Contudo, parte relevante desses investimentos está relacionada à atividade industrial exportadora chinesa. Como visto, as zonas costeiras exportadoras da China têm forte ligação com o processo de urbanização no país e o aumento de sua capacidade produtiva. Assim, um primeiro impacto relevante da crise no país se deu através da diminuição do seu comércio exterior. A diminuição das exportações atingiu fortemente a China no quarto trimestre de 2008 e só começou a se recuperar no segundo semestre de 2009, como pode ser visto no gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3: Crescimento trimestral das exportações chinesas (2007-2010)



Fonte: General Administration of Customs of China *apud* Wong (2011).

Gráfico 4: Contribuição das exportações líquidas para o crescimento (porcentagem) chinês (2007-2010).



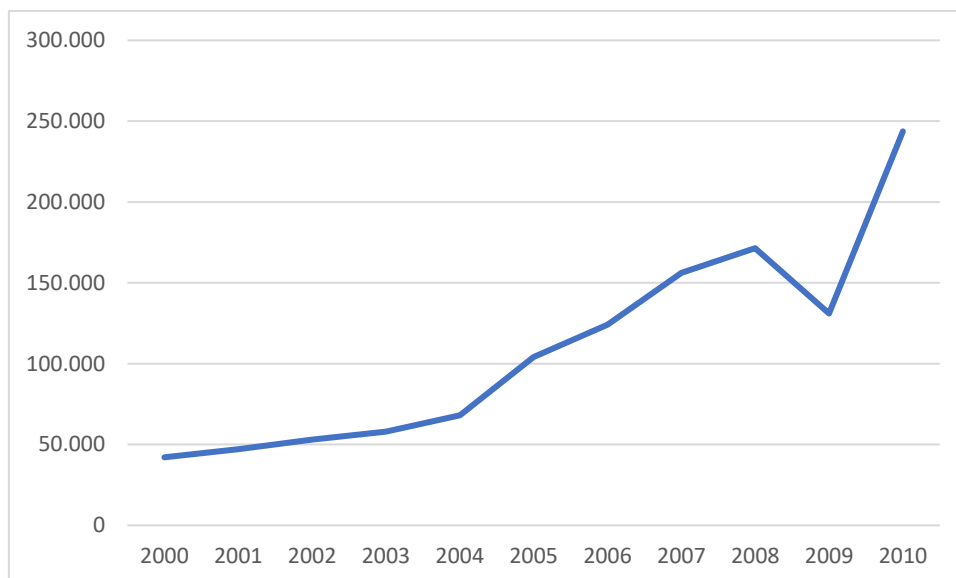
Fonte: China Statistical Yearbook *apud* Wong (2011).

Contudo, é importante ressaltar que a queda das exportações parece não ter afetado significativamente o crescimento econômico da China como um todo, uma vez que a sua contribuição para o crescimento chinês era mais qualitativo que quantitativo, como visto no capítulo 2. A contribuição limitada das exportações para o crescimento Chinês pode ser vista nesse mesmo episódio da queda das exportações ao final de 2008 e início de 2009. Em 2009, “as exportações caíram 24,7% nos primeiros cinco meses do ano em comparação ao mesmo período do anterior, e a queda do crescimento econômico foi de cerca de 02, a 0,4 p.p.” (FANG, YANG e MEIYAN, 2009, p.105). Outra evidência para esse baixo impacto das exportações no crescimento econômico total da China está na comparação do crescimento do PIB em 2009 como um todo e a queda da contribuição das exportações para esse crescimento. Como observado no gráfico 4 acima, apresentado

por Wong (2011), a contribuição das exportações líquidas para o crescimento do PIB nesse ano foi de -41%. Apesar dessa subtração do crescimento por parte das exportações, a economia chinesa cresceu 9,4% no mesmo ano de acordo com o Banco Mundial. Portanto, esse primeiro meio indireto de contaminação da crise de 2008 teve um impacto econômico limitado na China.

Deve-se então observar a segunda forma de propagação da crise para a China, que foi a redução nos fluxos financeiros internacionais, principalmente na forma de diminuição da entrada do investimento estrangeiro direto. Como mostrado no Capítulo 2, o investimento estrangeiro direto na China é importante para a aquisição de novas tecnologias, atração de novos projetos de construção de infraestrutura produtiva e entrada de dólares para evitar a fragilidade externa. Como mostra o gráfico 5 abaixo, apesar da eclosão da crise em 2008, houve um aumento da entrada desse capital, totalizando US\$ 171,534 bilhões de dólares. Chow (2010) ressalta que a China foi o maior receptor de investimento direto estrangeiro entre os países em desenvolvimento e o terceiro maior de uma maneira geral. A crise só impactou negativamente o volume de entrada desse capital em 2009, quando o valor diminuiu para US\$ 131,057 bilhões de dólares. Contudo, no ano seguinte, esse valor voltou a subir para um novo recorde histórico, alcançando a cifra de US\$ 243,703 bilhões de dólares, ou seja, apesar de uma diminuição de cerca de 24% na entrada de investimento externo direto em 2009, já no ano seguinte houve uma recuperação desse volume, com um aumento de 46% em relação a 2009. Isso resulta em uma recuperação quase duas vezes maior que a diminuição ocorrida. Contudo, Chow (2010) chama atenção para o comportamento da bolsa de valores de Shanghai, a principal do país. Seu índice perdeu dois terços do seu valor de 31 de dezembro de 2007 a 31 de dezembro de 2008. O gráfico 6 permite enxergar a acentuada queda do índice a partir de 2008 e perceber que o índice nunca mais voltou ao ponto inicial da queda, apesar de seu patamar médio a partir de 2009 ser mais alto que o patamar médio no período anterior à crise de 2008.

Gráfico 5: Entrada de Investimento Direto Externo na China (2000-2010) em bilhões de dólares.



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Gráfico 6: SSE Composite Index (outubro de 1995 – abril de 2021).



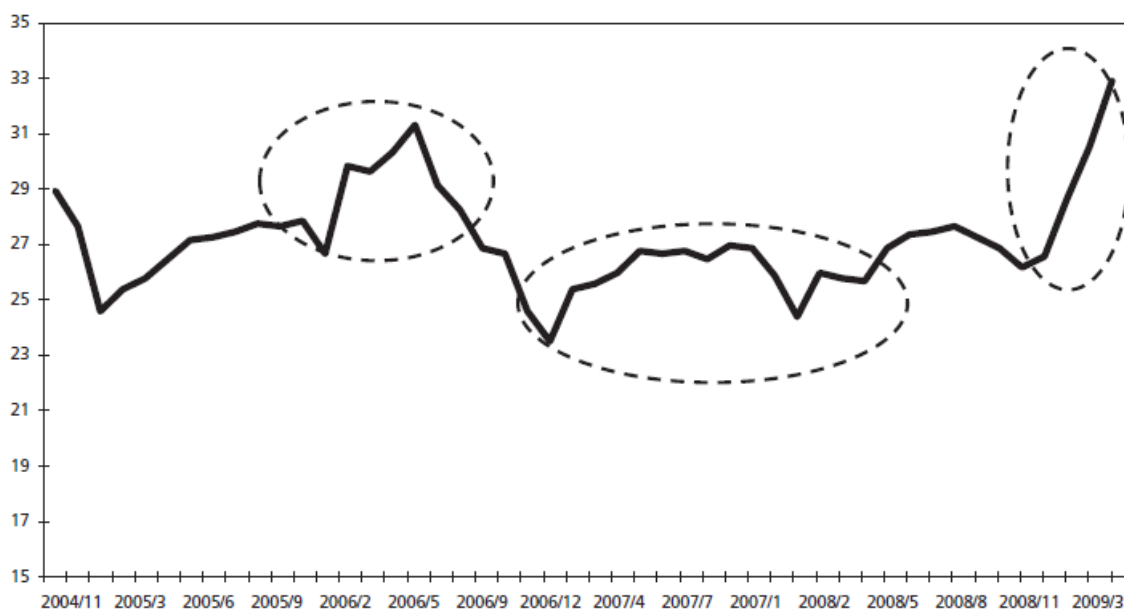
Fonte: Google via Shanghai Stock Exchange.

Vistas as duas formas de contágio indireto da crise na China, é importante abordar agora como a crise impactou o investimento, o principal fator do crescimento econômico chinês. Para isso, entretanto, é preciso entender como o governo chinês estava guiando a sua política fiscal antes da eclosão da crise. De acordo com Wong (2011), devido às elevadas taxas de crescimento do início do século XX, uma pressão inflacionária começou a se formar. Em novembro de 2007, o governo chinês decidiu adotar medidas contracionistas, entre as quais, a desaceleração do investimento. O investimento em ativos fixos na China no período 2004 a 2009 pode ser visto no gráfico 7. A diminuição no patamar de investimento durante o ano de 2007 foi resultado das políticas macroeconômicas para conter a alta dos preços (FANG, YANG e MEIYAN, 2009).

Contudo, como mostra o gráfico 7, a tendência de diminuição do patamar de investimento inaugurada no segundo semestre de 2006 e mantida em 2007 é revertida ao final de 2008 e início de 2009. Essa reversão é explicada pela eclosão inesperada da crise

de 2008. Fang, Yang e Meiyang (2009) e Wong (2011) mostram como essa diminuição do investimento desaqueceu a economia chinesa além do esperado devido à soma dos impactos da redução do comércio exterior chinês, que atingiu fortemente o setor secundário. Isso porque se na China “o crescimento econômico geralmente se segue ao investimento, é razoável deduzir que a contração do investimento em 2007 levou à desaceleração econômica, enquanto a crise financeira simplesmente reforça a expectativa de investimentos prudentes, o que se traduz em baixo crescimento econômico em 2009” (FANG, YANG, MEIYAN, 2009, p.106).

Gráfico 7: Investimentos em ativos fixos na China entre 2004-2009 (em porcentagem do PIB).

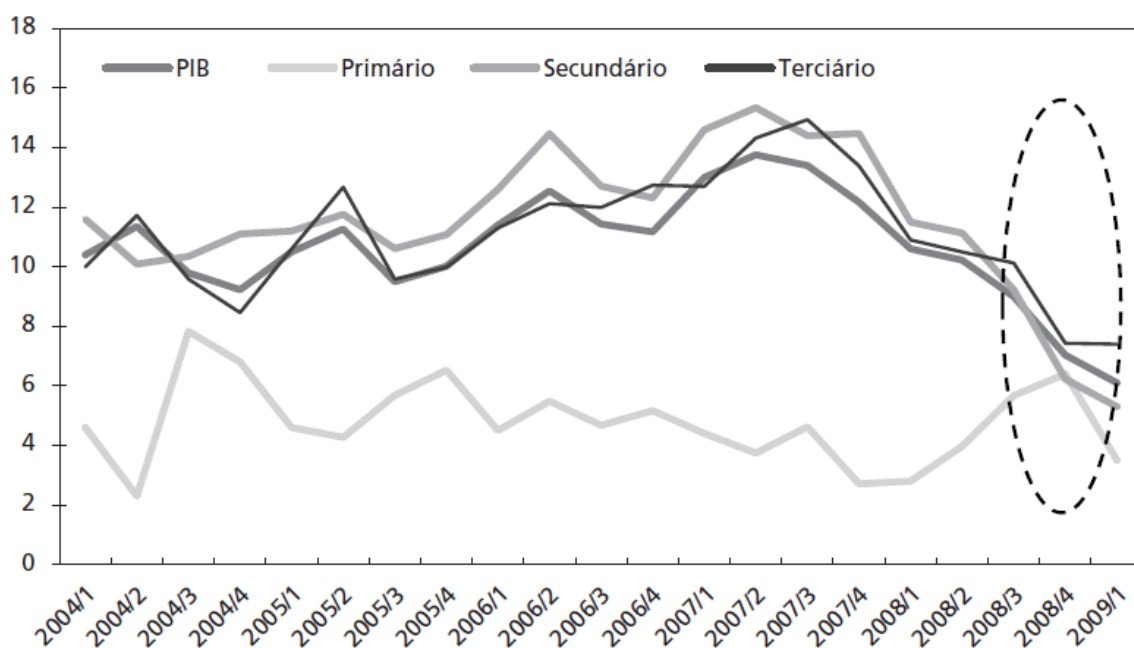


Fonte: China Economic Information Center via Fang, Yang e Meiyang (2009).

Em suma, o principal impacto imediato da crise de 2008 na China foi no setor secundário. Isso porque os efeitos da política contracionista no setor foram intensificados pela redução do comércio exterior causada pela eclosão da crise. No gráfico 8, consta o crescimento trimestral do PIB e dos seus três setores entre 2004 e 2009. Observa-se que a dinâmica do setor secundário, principalmente, guia a dinâmica do PIB. Em 2007, devido às políticas contracionistas, há uma clara diminuição das taxas de crescimento dos setores secundário e terciário, que faz o PIB seguir essa linha. Em 2008, essa tendência é reforçada pela diminuição do comércio exterior provocada pela crise, fortalecendo a tendência de diminuição do PIB. “No quarto trimestre de 2008, a taxa de crescimento do setor secundário era 6,2%, no primeiro trimestre de 2009 era 5,3%. É raro o setor secundário crescer menos que a economia global em dois trimestres consecutivos” (FANG, YANG e MEIYAN, 2009, p.103). Enquanto isso, o crescimento do PIB chinês

foi de 7% no último trimestre de 2008 e 6,1% no trimestre seguinte, sendo a taxa mais baixa dos últimos dez anos, de acordo com Fang, Yang e Meyian (2009).

Gráfico 8: Taxas de crescimento trimestrais do PIB chinês e dos seus setores (2004-2009).



Fonte: National Bureau of Statistics via Fang, Yang e Meiyian (2009).

Os efeitos da crise no setor secundário tiveram duas consequências importantes para a manutenção da legitimidade do Estado chinês: a redução da sua receita e o aumento do desemprego. Wong (2011) mostra como a receita do governo já vinha caindo em 2008 como resultado das políticas contracionistas, mas em janeiro de 2009 houve uma redução de 17,1%. Se a tendência de redução continuasse, colocaria em questão a capacidade de gastos do governo e a manutenção do crescimento do país. O desemprego foi um resultado da diminuição das exportações, lembrando que o setor exportador é responsável por grande volume de emprego e pela migração do campo para a cidade, como visto no Capítulo 2. Em 2008, 20 milhões de empregos deixaram de existir, de acordo com Chow (2010).

Nesta subseção se buscou mostrar que a crise de 2008 impactou a China pelos meios indiretos da redução do comércio exterior e dos fluxos financeiros internacionais, cujos efeitos foram sentidos a partir do último trimestre de 2008. Contudo, esses impactos foram intensificados pela política macroeconômica contracionista em curso desde 2007, que resultou em um desaquecimento da economia chinesa maior do que o esperado pelas autoridades. As políticas adotadas pela China estão examinadas na próxima subseção.

4.1.2 – As políticas chinesas de combate à crise de 2008

As políticas de combate aos impactos da crise na China foram implementadas rapidamente e marcaram uma reversão das políticas macroeconômicas dos anos anteriores. Wong (2011) considera que essa rápida resposta à crise teve um precedente na ocasião da crise asiática de 1997, quando o Estado chinês lançou rapidamente um programa de estímulo fiscal, considerado o responsável por evitar a propagação dos efeitos dessa crise para o país. Além disso, o autor ressalta que o Estado chinês estava em boas condições para enfrentar a nova crise, diferentemente da crise anterior. Desde a reforma fiscal de 1994, foram reconstruídos os mecanismos de receita do Estado, foi adotada uma disciplina fiscal que mantinha os déficits orçamentários em menos de 1% do PIB na maioria dos anos e os gastos públicos foram aumentados. Contudo, Fang, Yang e Meiyang (2009) ressaltam que, diferentemente do contexto da crise de 1997, a de 2008 atingiu uma China muito mais aberta, o que poderia tornar o choque externo mais intenso.

Portanto, quando a crise chegou na China, o Estado chinês tinha uma experiência recente de combate a contágios de crises internacionais e melhor capacidade de resposta. Assim, rapidamente, em novembro de 2008, o governo chinês anunciou o pacote de medidas, que podem ser organizadas em ações de política monetária; política fiscal; e política social e de proteção do emprego, que serão abordadas em seguida.

Como já dito anteriormente, houve uma inflexão na política monetária chinesa de uma política restritiva para uma política moderadamente flexível, cujo objetivo macroeconômico era manter “o crescimento econômico estável e relativamente rápido, por meio de diferentes instrumentos, incluindo injeções de recursos, empréstimos e taxas de juros” (FANG, YANG e MEIYANG, 2009, p.110). O objetivo era aumentar a liquidez da economia chinesa para incentivar o consumo e o investimento. Nesse sentido, no segundo semestre de 2008, a taxa de juros de curto prazo foi reduzida de 7,47% para 5,58% (WONG, 2011). Em dezembro de 2008, a taxa média ponderada da taxa de juros dos empréstimos em renminbi estava em 6,23%, “uma redução de 1,96 p.p. desde o pico em agosto, e de 1,6 p.p. em relação ao início do ano” (FANG, YANG e MEIYANG, 2009, p.111).

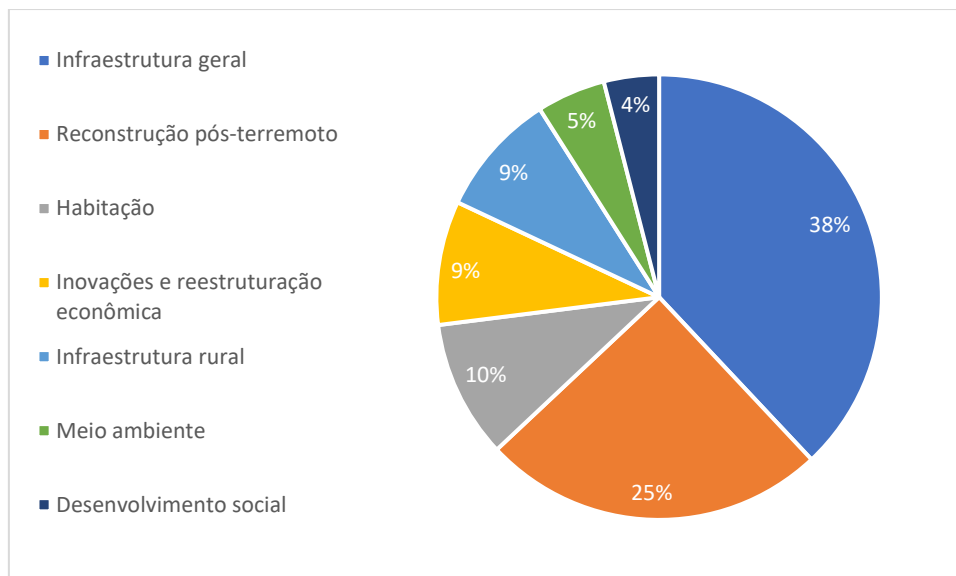
Aliada a essa diminuição das taxas de juros, houve também a expansão do crédito para empresas e consumidores. Essa expansão veio junto a um pacote de reforma financeira apresentado pelo Conselho de Estado em dezembro de 2008, que incluía novos mecanismos de crédito para pequenas e médias empresas (WONG, 2011). No mesmo

mês, o governo também injetou 100 bilhões de renminbis nos bancos públicos para o aumento de empréstimos, que deviam chegar a quatro trilhões de renminbis ainda em 2008 (WONG, 2011).

A política fiscal veio na forma de um pacote de estímulos ao investimento, o maior de todos os países do G-20 (KHATIWADA, 2009). O valor inicial destinado para esse pacote era de cerca de 4 trilhões de renminbis, ou US\$ 586 bilhões, equivalente a 13,88% do PIB chinês de 2008, a serem gastos nos 27 meses entre o quarto trimestre de 2008 e 2010. O financiamento desse pacote não veio exclusivamente do governo central, mas também dos governos locais, empresas e bancos públicos, sendo o primeiro responsável inicialmente por 1,18 trilhões de renminbis, enquanto os demais atores seriam responsáveis pelos outros 2,8 trilhões (PONTES, 2018). Contudo, a parcela do governo central foi sofrendo aumentos até alcançar o valor de 1,6 trilhões de renminbis, um aumento de 36% em relação ao valor inicial (WONG, 2011).

Como mostra o gráfico 9 abaixo, o pacote foi desenhado para cobrir sete áreas prioritárias: infraestrutura geral (38%); recuperação de áreas afetadas por terremotos em Sichuan (25%); habitação subsidiada (10%); inovações e reestruturação econômica (9%); infraestrutura rural (9%); redução de emissões e preservação ambiental (5%); e desenvolvimento social (4%) (FANG, YANG e MEYAN, 2009). Wong (2011) chama atenção para o fato de alguns desses projetos já terem sido planejados antes da crise, enquanto outros eram realmente novos. Os projetos já planejados haviam sido incorporados ao pacote para serem acelerados. Khatiwada (2009) ressalta que esses gastos públicos em bens e serviços incluíam a aceleração da construção da infraestrutura rural, e da rede de trens de alta velocidade, a atualização das linhas de energia e construção de aeroportos. A pesquisadora também ressalta que o desenvolvimento social era destinado principalmente para áreas rurais, com investimentos em educação e saúde.

Gráfico 9: Distribuição percentual por áreas de prioridades do pacote chinês de estímulos.



Fonte: National Development and Reform Commission via Fang, Yang e Meiyuan (2009). Elaboração própria.

Desenhado para evitar a desaceleração da economia chinesa, o pacote visava dois objetivos: defender os setores estratégicos da economia e evitar o caos social. Para alcançar o primeiro objetivo, o pacote incluía subsídios e cortes de impostos aos pilares industriais da China, ou seja

“aquelas indústrias consideradas essenciais para a segurança nacional chinesa, crescimento econômico e competitividade de longo prazo, como a automobilística, siderúrgica, naval, têxteis, equipamentos, eletrônicos e tecnologia da informação, indústria leve (produtos de consumo), petroquímica, metalúrgica e logística”⁴⁸ (CHOW, 2010, p.72).

Para evitar o caos social, os investimentos do pacote de estímulos visavam a geração de empregos, principalmente na área rural e nas áreas ligadas às exportações, contemplando trabalhadores atingidos pela queda do comércio exterior. Além desses investimentos, é importante citar também incentivos fiscais e redução de encargos econômicos para as empresas. Fang, Yang e Meiyuan mostram que o governo chinês destinou 3,51 bilhões de iuanes para o apoio a pequenas e médias empresas, além de medidas para incentivar as empresas a manterem o emprego de imigrantes, evitando então o desemprego urbano ou uma migração de retorno para as zonas rurais. As políticas mais importantes nesse setor podem ser divididas em cinco:

⁴⁸ Tradução livre. Original: “(those industries deemed essential to China’s national security, economic growth, and long-term competitiveness), such as automobiles, steel, shipbuilding, textiles, machinery, electronic and information technology, light industry (consumer products), petrochemicals, metals, and logistics”.

“i) empresas com dificuldades financeiras ficam autorizadas a atrasar o pagamento dos fundos de segurança social; ii) os seguros médicos, de acidente de trabalho, de desemprego e de maternidade podem ser temporariamente reduzidos, à exceção de pensões; iii) os fundos do seguro-desemprego podem ser usados para ajudar as empresas em dificuldades financeiras a manter os postos de trabalho; iv) as empresas com dificuldades financeiras são encorajadas a oferecer treinamento para seus empregados; e v) problemas de compensação econômica de empresas com dificuldades financeiras devem ser resolvidos de forma apropriada”. FANG, YANG e MEIYAN, 2009, p.112).

Esse conjunto de políticas monetária, fiscal e social evitaram uma acentuada e persistente desaceleração da economia chinesa. Pontes (2018) mostra que os efeitos dessas políticas anticíclicas já podem ser percebidos no primeiro trimestre de 2009 através da expansão da demanda agregada e aumento do investimento. O autor aponta também que o crédito bancário chegou a 7,3 trilhões de renminbis na metade de 2009. Houve também uma recuperação do PIB, com aumento de 8,6% no terceiro trimestre de 2009 e 13% no seguinte. Em termos absolutos, o emprego teve um crescimento total de cerca de 8,5 milhões nos três primeiros trimestres de 2009. Analisando essas políticas, é possível perceber como elas serviram para evitar a desaceleração da economia chinesa, mas também serviram para tentar combater também as contradições do desenvolvimento chinês apresentadas no Capítulo 2, principalmente a desigualdade de renda e a desigualdade entre o campo e a cidade. Contudo, essas políticas não combateram todas as contradições e, inclusive, acentuaram uma bem importante, a tendência ao sobreinvestimento na economia chinesa. Essa é uma característica da economia chinesa que continua a preocupar as autoridades chinesas, como será visto na próxima subseção, destinada a analisar o desenvolvimento chinês após a crise de 2008.

4.1.3 – A China pós-2008: combate às contradições de desenvolvimento e preparação para a possível ascensão

A crise de 2008 foi um marco na estratégia de desenvolvimento da China. Antes da sua eclosão, o país seguia um caminho muito alinhado às estratégias econômicas e políticas estadunidenses, formando o já apresentado eixo sino-americano de acumulação. Nesse momento, as autoridades chinesas tinham esperanças que o alinhamento econômico com os EUA serviria, para além dos ganhos econômicos, para o aprendizado por parte dos atores econômicos chineses, públicos e privados, das melhores práticas empresariais e regulatórias. Essa percepção mudou após a eclosão da crise. Fortaleceu-se uma posição de desconfiança e descrédito sobre as práticas capitalistas nos EUA, solidificando um entendimento pelas autoridades chinesas de que havia chegado o

momento de a China seguir um caminho mais autônomo em relação às políticas de Washington (CHOW, 2010).

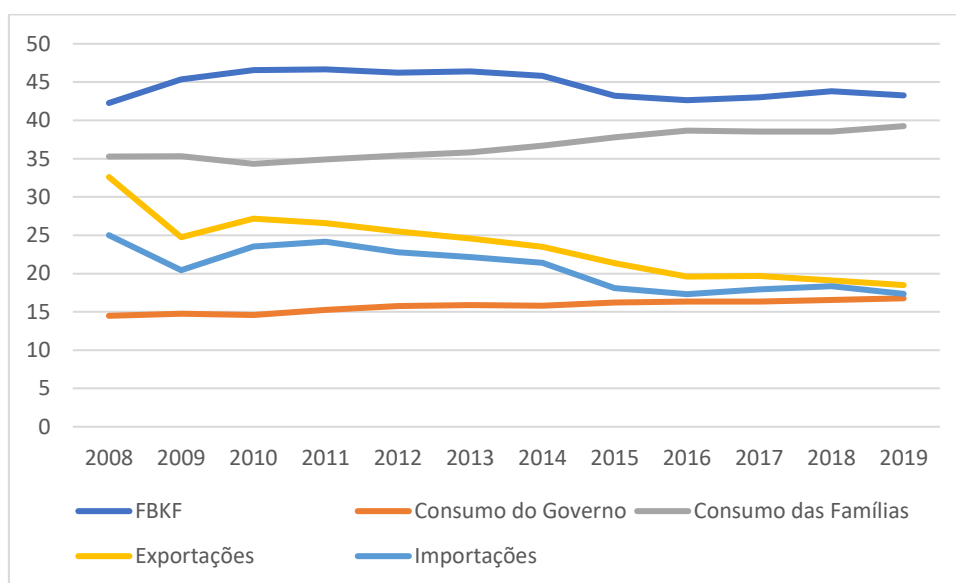
Essa alteração do caminho chinês passava por duas mudanças importantes na estratégia chinesa. A primeira era aumentar o peso do consumo interno e diminuir a importância do investimento na composição do seu PIB. Essa mudança era importante para que a parcela da produção exportada para os países do centro do sistema-mundo capitalista fosse redirecionada para o mercado interno, diminuindo a dependência chinesa da oscilação dos mercados externos. Para alcançar esse objetivo, seria necessário o fortalecimento do mercado interno chinês, com medidas já colocadas em práticas no próprio pacote de estímulos contra a crise, e mudanças estruturais na economia chinesa que causam a repressão da renda das famílias, como as demonstradas no Capítulo 3 desta dissertação. A segunda mudança importante na estratégia chinesa era o redirecionamento de parte relevante do seu excedente de capital para outros destinos além dos títulos do tesouro dos EUA. A relevância dessa medida não era somente a diminuição da importância do mercado financeiro estadunidense para alocação dos excedentes chineses, mas também direcionar esse capital para investimentos que aumentassem e diversificassem a demanda pela capacidade instalada na China, cada vez mais ociosa devido tanto à desaceleração econômica mundial como ao sobreinvestimento chinês.

Essas mudanças já estavam sinalizadas desde o 11º Plano Quinquenal da China (2006-2010), mas de forma muito tímida e marcada como um objetivo almejado e sem prazos explícitos. Nos dois planos subsequentes, o décimo segundo (2011-2015) e décimo terceiro (2016-2020), esses objetivos se tornam cada vez mais claros, detalhados e com projetos bem desenhados (HIRATUKA, 2018). Essa mudança pode ser explicada pela complexificação da economia chinesa no período e pelo fato de os efeitos da crise de 2008 terem acelerado a necessidade dessas mudanças, uma vez que a crise colocou dúvidas sobre a capacidade de autorreprodução dos processos que formavam o padrão de acumulação do eixo sino-americano.

Até o presente momento, essas transformações na economia chinesa ainda não foram concluídas. O alto investimento do país se manteve e o consumo ainda não conseguiu se tornar o principal componente do PIB chinês, como pode se ver no gráfico 10 abaixo. Essa demora gera ainda mais desequilíbrios para a economia-mundo capitalista, uma vez que aumentou a capacidade ociosa no país (tabela 1). Em um contexto em que os países tentam se recuperar da crise via aumento das exportações, a capacidade ociosa chinesa acirra a competição mundial e afeta negativamente setores

industriais de outros países, como foi o caso do Brasil, a ser analisado na seção seguinte deste capítulo.

Gráfico 10: PIB chinês decomposto pela ótica da demanda (2008-2019)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Tabela 1: Taxas chinesas de utilização da capacidade em setores selecionados em 2008 e 2014 (%).

Aço		Alumínio		Cimento		Refino de Petróleo		Vidro plano		Papel/Papelão	
2008	2014	2008	2014	2008	2014	2008	2014	2008	2014	2008	2014
80	71	79	76	76	73	80	65	88	78	90	84

Fonte: European Union Chamber of Commerce in China (2016), via Carneiro (2017).

Até aqui vimos que, no período pós-crise, o Estado chinês adotou iniciativas importantes para modificar as bases de sustentação da acumulação, de modo a torná-la cada vez mais independente das estratégias de acumulação estadunidenses. É nessa perspectiva que devem ser interpretadas as mais importantes iniciativas econômicas da China no período: Plano *Made in China 2025*⁴⁹, a Nova Rota da Seda⁵⁰, a Parceria Regional Econômica Abrangente⁵¹ e os novos bancos internacionais de investimento,

⁴⁹ O Plano *Made in China 2025*, lançado em 2015 e incorporado ao 13º Plano Quinquenal, visa incentivar a produção e inovação chinesa em 10 setores: veículos com novas fontes de energia; tecnologia da informação de nova geração; biotecnologia; novos materiais; indústria aeroespacial; engenharia oceânica e navios de alta tecnologia; equipamentos ferroviários avançados; robótica; equipamentos de energia; e maquinário agrícola.

⁵⁰ A Nova Rota da Seda foi lançada em 2013 e também foi incorporada ao 13º Plano Quinquenal. O projeto se tornou a iniciativa mais importante de projeção internacional chinesa, sendo uma iniciativa de integração econômica via principalmente projetos de infraestrutura via terra e via mar com países da Ásia, África e Europa.

⁵¹ A Parceria Regional Econômica Abrangente é um acordo de livre-comércio assinado em novembro de 2020 entre os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, em inglês) e mais cinco países asiáticos: Austrália, Brunei, Camboja, China, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Laos, Malásia, Mianmar, Nova Zelândia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã.

como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura⁵² e o Novo Banco de Desenvolvimento⁵³. Todas essas iniciativas estão relacionadas ao objetivo maior de criar novas formas de sustentação externa da economia chinesa e, simultaneamente, diminuir a relevância dos Estados Unidos para a economia chinesa. Essas iniciativas são importantes para ativar a capacidade ociosa chinesa resultada do sobreinvestimento; diminuir as desigualdades regionais dentro da China, uma vez que atrai novos investimentos para as províncias interioranas; incentivar inovações chinesas e sua inserção no mercado mundial; garantir mercados para os produtos chineses, principalmente o de alta tecnologia; criar novos destinos para aplicação das reservas internacionais chinesas; aumentar a utilização do renminbi internacionalmente⁵⁴; incentivar o aumento da base salarial chinesa ao sofisticar cada vez mais o parque produtivo do país, o que exige uma mão-de-obra mais capacitada (Cintra e Pinto, 2017; Hiratuka, 2018; Gama e Camargo, 2018; Pontes, 2018).

Percebe-se então que o período posterior à crise de 2008 é de reestruturação da acumulação chinesa, em que o Estado chinês busca conscientemente alterar a sua posição estrutural no sistema ao instituir políticas que aumentam o peso de processos regionais e internos no desenvolvimento econômico. Conseqüentemente, decresce a relevância das dinâmicas do centro do sistema-mundo para o seu processo de acumulação, inclusive rivalizando cada vez mais com essa região em atividades econômicas em processo de se tornarem centrais para a liderança da acumulação mundial⁵⁵. Por causa da relevância das suas conexões com a economia-mundo capitalista, uma reestruturação chinesa implica em uma reestruturação de todo o sistema-mundo. Contudo, se essa reestruturação vai levar ao lançamento de uma nova fase de expansão material de um ciclo sistêmico centrado na China, é algo que apenas o desenrolar da história pode apontar.

⁵² O AIIB é um banco de desenvolvimento multilateral liderado pela China e composto por 103 países, que entrou em vigor em dezembro de 2015, com um capital integralizado de 50 bilhões de dólares.

⁵³ O NDB é um banco multilateral de desenvolvimento lançado em 2014 no âmbito dos BRICS, com um capital inicial de 50 bilhões de dólares.

⁵⁴ Importante ressaltar que “pelo menos, no horizonte visível, sua expansão ocorrerá no âmbito do sistema monetário global dominado pelo dólar flexível. É justamente essa dependência que leva Pequim a promover a internacionalização do renminbi: quanto mais empresas conseguirem liquidar suas importações e exportações, e seus investimentos no exterior (sobretudo na Ásia) em renminbi, menos o Banco Central da China necessitará efetuar depósitos no sistema financeiro americano” (CINTRA e PINTO, 2017, p.393).

⁵⁵ O caso da disputa pela tecnologia 5G e a guerra comercial travada pelo governo Trump são emblemáticos dessa nova fase de acirramento da competição econômica entre EUA e China.

4.2 – A reação brasileira: a tentativa de surfar a “marolinha”

4.2.1 – Os impactos imediatos da crise no Brasil

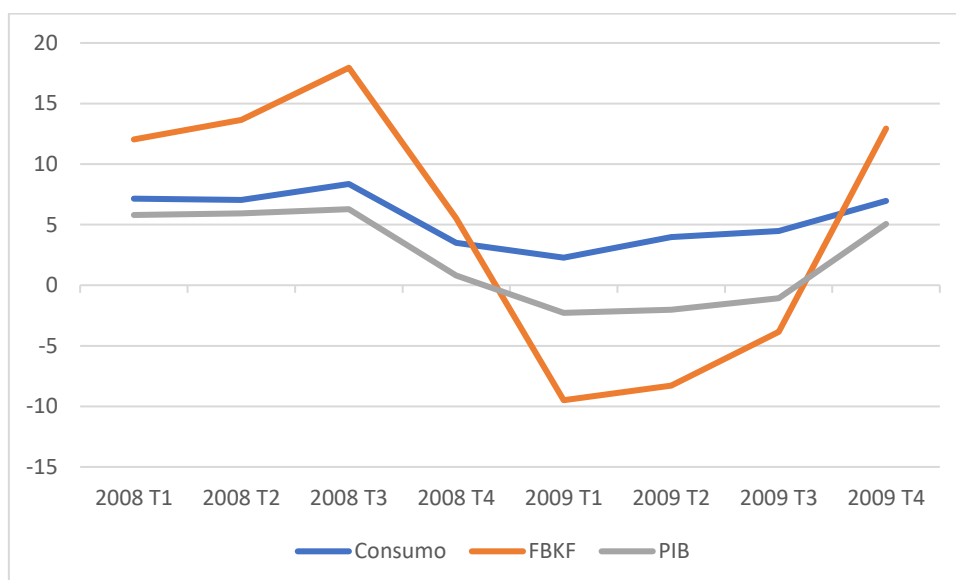
Assim como no caso chinês, os impactos imediatos da crise de 2008 atingiram o Brasil através da diminuição do comércio internacional e dos fluxos financeiros internacionais. Contudo, os motivos para ter sido por vias indiretas, assim como os efeitos que causaram, foram diferentes nos dois países devido aos papéis distintos que eles desempenham na economia-mundo capitalista e pelas diferenças nos respectivos modelos de acumulação, que no caso do Brasil era o modelo liberal periférico, analisado no Capítulo 2. Esta subseção analisa então como os dois efeitos indiretos da crise impactam o modelo liberal periférico brasileiro.

O setor financeiro brasileiro não é fechado e nem fortemente controlado pelo Estado como o da China, mas também não foi atingido diretamente pela crise por não estar envolvido diretamente no circuito financeiro dos títulos podres emitidos nos EUA. Araújo e Gentil (2011) ressaltam que o setor bancário brasileiro é muito concentrado em poucas grandes instituições que consideravam mais lucrativo e seguro aplicar em títulos públicos brasileiros do que os derivativos que geraram a crise no centro do sistema. As instituições financeiras mais atingidas por efeitos da crise foram as de menor porte, que se capitalizavam “via emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e vinculando-os a contratos de derivativos cambiais, o que incorreu em perdas expressivas após a desvalorização cambial” (ARAÚJO e GENTIL, 2011, p.11). Logo, percebe-se que o setor financeiro brasileiro estava protegido dos impactos diretos da crise, causados pelo grande envolvimento o circuito das *subprime*. O país foi atingido principalmente pela desvalorização cambial, provocada pela redução do comércio internacional e dos fluxos financeiros internacionais.

O primeiro impacto sentido no Brasil pela eclosão da crise foi através da redução dos fluxos financeiros internacionais, configurado no país como uma diminuição na entrada do capital internacional paralela a um aumento na saída do capital buscando segurança e recompor perdas na matriz. A forte saída de capitais se deu a partir do último trimestre de 2008, principalmente nos investimentos em portfólio e nos empréstimos de fontes estrangeiras (ARAÚJO E GENTIL, 2011; PAULA, MODENESI E PIRES, 2013; BARBOSA, 2013). A repatriação de capital se deu também através do aumento da remessa de lucros e dividendos das subsidiárias de multinacionais estrangeiras localizadas no Brasil, para compensar perdas em outros mercados. Paula, Modenesi e Pires (2013)

apontam que a saída de capital foi de US\$ 22 bilhões no último trimestre de 2008. A redução dos empréstimos estrangeiros foi relevante para a economia brasileira porque “20% da oferta de crédito interno no Brasil tinha como fonte de financiamento (*funding*) a captação de recursos fora do país. Assim, quando a crise se acirrou e a oferta de crédito caiu, os bancos brasileiros responderam com uma contração da sua oferta interna de crédito” (BARBOSA, 2013, p.80). Dessa forma, a redução dos fluxos financeiros internacionais tem o efeito no Brasil de reduzir o consumo e o investimento, via contração do crédito, além de provocar uma depreciação do real, via a saída de capital. O impacto no PIB da diminuição do consumo e do investimento podem ser vistos no gráfico 11, abaixo. Note-se que as curvas têm a mesma direção, sendo a diminuição no investimento mais severa que a do PIB e a do consumo. O que leva a concluir que os investimentos estavam mais articulados com a dinâmica dos fluxos internacionais de capital.

Gráfico 11: Variação real trimestral de crescimento do Consumo, Investimento e PIB do Brasil

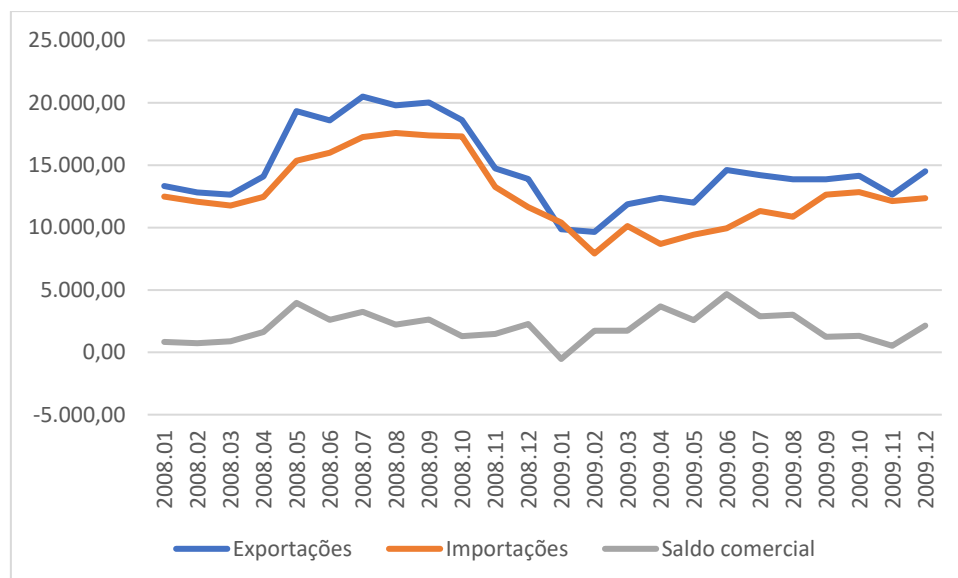


Fonte: IPEA. Elaboração própria.

A redução do comércio internacional atinge o Brasil a partir do papel que passou a desempenhar com a consolidação do eixo sino-americano de acumulação, o de fornecedor de matérias primas para consumo e transformação na China, principalmente. Como já visto no capítulo 2, esse eixo guiou a dinâmica de acumulação mundial e causou uma elevação nos preços das *commodities*, o que foi muito positivo para a economia brasileira. Com a diminuição de dinamismo desse eixo na eclosão da crise de 2008, diminuíram os preços e as quantidades das *commodities* exportadas pelo Brasil (ARAÚJO E GENTIL, 2011; PAULA, MODENESI E PIRES, 2013; BARBOSA, 2013). Como pode ser visto no gráfico 12, as exportações e importações brasileiras começam a diminuir a

partir do último trimestre de 2008, mas, apesar de um déficit comercial de cerca de US\$ 535 milhões em janeiro de 2009, mantém-se positiva nesse período de retração. Contudo, a retração comercial, junto com a fuga de capitais, reforçou a tendência de desvalorização do real. Paula, Modenesi e Pires (2013) calculam que a depreciação cambial foi de 42,6% de 1º de setembro a 31 de dezembro de 2008.

Gráfico 12: Balança comercial mensal de bens e serviços do Brasil (2008-2009)



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

O efeito na economia da queda do comércio exterior e diminuição da entrada de capital internacional foi uma recessão técnica, com a desaceleração do PIB no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009 de 5% somados esses seis meses (BARBOSA, 2013). O setor industrial foi muito atingido por essa contração econômica, com a indústria de transformação sofrendo uma queda de 28% nos meses de novembro e dezembro de 2008, implicando numa queda da utilização da capacidade instalada de 84% de setembro de 2008 para 76% em janeiro de 2009 (ARAÚJO e GENTIL, 2011). No mercado de trabalho, a retração econômica se transformou em desemprego, que alcançou a taxa de 9% em março de 2009 (ARAÚJO E GENTIL, 2009). Barbosa (2013) e Araújo e Gentil (2011) também percebem um terceiro canal de transmissão da crise para o Brasil além do comércio e do fluxo financeiro. Esse terceiro canal é o das expectativas, que ao se tornarem negativas, contribuíram para a contração do crédito e para decisões de empresas e famílias adiarem, e até mesmo cancelarem, investimentos e consumo. Dessa forma, as expectativas negativas dos agentes econômicos contribuíram para a desaceleração das atividades econômicas no país.

4.2.2 – As políticas brasileiras de combate à crise de 2008

Diferente do contexto das crises da década de 1990, em 2009, o Brasil dispunha de condições melhores para enfrentar essa nova crise externa, com destaque para o grande volume de reservas internacionais possibilitadas pela sua articulação ao eixo sino-americano de acumulação. Como Paula, Modenesi e Pires (2013) ressaltaram, essas condições permitiram pela primeira vez desde a década de 1980, que uma crise externa não levasse a uma deterioração fiscal do país. Ao contrário, frente aos efeitos negativos da crise de 2008 na economia brasileira, o governo foi capaz de adotar medidas contracíclicas, baseadas em políticas fiscal e monetária expansionistas. Essas políticas tinham três objetivos principais: expandir a liquidez da economia e manter a solidez do setor bancário; manter aquecido o consumo interno; e expandir os investimentos.

O primeiro grupo de medidas, destinadas a combater a reversão da liquidez da economia e a impedir repercussão da crise bancária no Brasil, foi tomada basicamente pelo Banco Central do Brasil (BCB), BNDES e os bancos públicos comerciais. Primeiro, o BCE reduziu os depósitos compulsórios das instituições financeiras e autorizou o uso de até 40% para que as instituições financeiras de maior porte incorporassem as de médio e pequeno porte, mais afetadas pelos efeitos da crise (BARBOSA, 2013; ARAÚJO e GENTIL, 2011). Enquanto a redução do compulsório não surtia efeito na expansão do crédito, o governo usou os Bancos públicos, principalmente o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES, para aumentar a oferta de crédito. Enquanto os dois primeiros se direcionavam o crédito para as famílias e micro e pequenas empresas, o terceiro fez frente no financiamento privado de longo prazo com base em fontes externas de captação e no investimento em infraestrutura (BARBOSA, 2013; ARAÚJO e GENTIL, 2011). Enquanto esses mecanismos eram acionados, o BCB mantinha inalterada a taxa básica juros, em 13,75% de setembro de 2009 a janeiro de 2009, quando iniciou o seu processo de redução até chegar a 8,75% em julho de 2009, permanecendo nesse patamar até abril de 2010 (BARBOSA, 2013; ARAÚJO e GENTIL, 2011). Essa demora em reduzir uma taxa de juros já alta para o padrão internacional teve “impactos contracionistas, constituindo uma componente recessiva interna aos impactos recessivos de uma crise externa de grandes proporções” (ARAÚJO e GENTIL, 2011, P.16).

No campo externo, o BCB utilizou parte das reservas internacionais para o financiar exportadores e suprir as necessidades de liquidez do setor bancário brasileiro (BARBOSA, 2013; ARAÚJO e GENTIL, 2011; PAULA, MODENESI e PIRES, 2013).

Nesse sentido, o BCB vendeu US\$ 23 bilhões de suas reservas internacionais no último trimestre de 2008 no mercado à vista e em leilões de venda com compromisso de recompra (ARAÚJO e GENTIL, 2011; PAULA, MODENESI e PIRES, 2013). Essas operações não impediram a desvalorização do câmbio em 54% de agosto de 2008 a dezembro de 2008 (ARAÚJO e GENTIL, 2011). Contudo, também não implicaram na diminuição drástica das reservas internacionais, que em setembro de 2008 alcançavam US\$ 207,5 bilhões, passando para US\$ 204 bilhões em outubro e fechando o ano em US\$ 206,8 bilhões (ARAÚJO e GENTIL, 2011). Assim, a liquidez brasileira foi incentivada pelo setor público, que não passou por maiores dificuldades pelo movimento nos países centrais também no sentido de expansão da liquidez⁵⁶.

O segundo grupo de medidas, pensadas para combater o desaquecimento do mercado interno, também foi beneficiado pelo grupo anterior de medidas, uma vez que a expansão da liquidez incentivava o aumento do consumo. Esse grupo também contou com medidas fiscais expansionistas. Com a eclosão da crise, o governo se negou a alterar o seu programa de gastos públicos, aumentando as transferências de renda e os gastos com o funcionalismo. Foi mantida a política de aumento do salário-mínimo, que elevou as despesas com os salários dos servidores, a previdência social, o abono salarial e o seguro-desemprego. Também cresceu o número de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família (BARBOSA, 2013; ARAÚJO e GENTIL, 2011; PAULA, MODENESI e PIRES, 2013). Assim, o governo conseguiu manter a renda da população que trabalhava ou era atendida pelo serviço público.

Em paralelo a essas ações de fortalecimento da demanda agregada, estavam as desonerações fiscais, que foram estimadas em 0,3% do PIB de 2009 (ARAÚJO e GENTIL, 2011). Além de diminuir o custo de produção das empresas, contribuindo para a manutenção do emprego no setor privado e para incentivar o investimento privado, as desonerações também diminuía os preços para incentivar o consumo. Os setores contemplados pelas desonerações foram basicamente os de bens de consumo duráveis, inicialmente sendo direcionadas para o setor automotivo, estendendo para os eletrodomésticos de linha branca e para o setor moveleiro (BARBOSA, 2013; ARAÚJO e GENTIL, 2011; PAULA, MODENESI e PIRES, 2013). Além disso, Barbosa (2013) também ressalta a redução da tributação nos investimentos em bens de capital e no

⁵⁶ As políticas expansionistas nos países centrais acabam transbordando para as demais regiões, aliviando a situação fiscal de muitos países, como é o caso do Brasil (BARBOSA, 2013; ARAÚJO e GENTIL, 2011).

Imposto de Renda das famílias de classe média, com a criação permanente de mais duas faixas intermediárias de tributação.

Observa-se então como essas políticas de aquecimento do mercado interno, assim como a decisão governamental de manter seu programa de despesas primárias, também estavam ligadas ao terceiro grupo de medidas, as orientadas para a expansão do investimento. Essas medidas consistem, basicamente, em: prosseguimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ampliando os gastos em infraestrutura, principalmente na área de transportes e logística; expansão do investimento da Petrobras na exploração e produção de petróleo; e ao lançamento do programa de moradia popular Minha Casa Minha Vida (MCMV), com a meta de construir um milhão de unidades habitacionais em 2009 e 2010 (BARBOSA, 2013; ARAÚJO e GENTIL, 2011; PAULA, MODENESI e PIRES, 2013). Barbosa (2013) chama atenção para a concentração de investimentos em construção civil, uma indústria intensiva em trabalho e pouco intensiva em importações. Além desses investimentos, Paula, Modenesi e Pires (2013) apresentam também o financiamento do BNDES de R\$100 bilhões a taxas subsidiadas para a expansão do investimento privado.

Contudo, Araújo e Gentil (2011) criticam a demora na expansão desses investimentos. Os autores mostram que os investimentos federais permaneceram estagnados entre dezembro de 2008 e março de 2009, só voltando a se expandir após o anúncio da redução do *superávit* primário nesse mês de março. Considerando que as taxas de juros só foram diminuídas a partir de janeiro de 2009, como dito anteriormente, pode-se perceber como a demora na resposta do governo pode ter retardado a recuperação econômica. Ademais, Araújo e Gentil (2011) também criticam a própria existência do *superávit*, que em 2009 foi de 2,06% do PIB, cerca de R\$ 64,5 bilhões, uma ampla margem que podia ter sido preenchida por políticas anticíclicas. Os autores criticam a justificativa dada, que era necessário para o controle da dívida pública, uma vez que o que mais incidia no endividamento eram os juros e a valorização cambial. Esse fato mostra como o modelo liberal periférico não foi abandonado mesmo durante a maior crise mundial em 70 anos. Apesar disso, Araújo e Gentil (2011) mostram que a taxa de investimento em relação ao PIB, considerando as três esferas da federação e empresas estatais federais, foi de 4,38%, a maior dos 15 anos anteriores, quando o modelo liberal periférico foi adotado no Brasil.

A combinação dessas políticas cumpriu os seus objetivos de reaquecimento da economia brasileira, que já apresentava sinais de recuperação no próprio ano de 2009,

mais especificamente no segundo e terceiro trimestres, quando cresceu 1,1% e 1,2% respectivamente (ARAÚJO e GENTIL, 2011, p.13). Em 2010, o PIB crescerá 7,5%. De acordo com Barbosa (2010), as causas dessa recuperação foram o investimento, que cresceu 4,6% no período de 2009 a 2010 e o consumo das famílias, com expansão média de 5,6%. O autor ressalta que ambas as taxas são maiores que a própria taxa de crescimento do PIB no período. É necessário destacar que a recuperação brasileira está muito ligada à recuperação no centro do sistema e no Leste Asiático. Com o reaquecimento do comércio internacional, houve uma recuperação nos preços das *commodities*. Araújo e Gentil (2011) ressaltam que essa recuperação criou na pauta de exportações brasileira um “rápido movimento de especialização regressiva durante o primeiro semestre de 2009, quando a participação dos produtos básicos sobe de 37% em setembro de 2008 para 47%”. (ARAÚJO e GENTIL, 2011, p.28).

A análise do setor externo é importante porque o modelo de desenvolvimento brasileiro tende a aumentar a vulnerabilidade externa do país. Barbosa (2013) mostra que as exportações de bens e serviços ficaram praticamente estagnadas nos anos de 2009 e 2010, quando as importações tiveram um crescimento real médio de 9,8% ao ano. A situação das contas externas não se deteriorou por causa da entrada de capital externo promovida pelas medidas expansionistas das economias centrais e atraído pelas altas taxas de juros pagos pelo BCB. Nesse sentido, o autor aponta a volta da apreciação da moeda brasileira, que passou de R\$2,34 no final de 2008, para R\$1,66 no final de 2010. Araújo e Gentil (2011) mostram que essa valorização do câmbio acabou por impactar no crescimento da dívida líquida em R\$74,5 bilhões. Contudo, essa combinação de fatores ainda permitiu ao Brasil aumentar o seu estoque de reservas internacionais, que em janeiro de 2010 chegava a quase US\$250 bilhões (BARBOSA, 2013).

Apesar das críticas de Araújo e Gentil (2011) de que, ao manter a geração de superávits primários, o governo brasileiro teria adotado uma política fiscal conservadora em comparação com os demais países, em apenas dois trimestres, a política econômica conseguiu contornar os efeitos da crise. A partir do final de 2010, o governo começaria a desarticular esse arranjo anticíclico por acreditar necessária uma estabilização da economia nacional para a manutenção do modelo liberal periférico, temendo o retorno de pressões inflacionárias.

4.2.3 – O Brasil pós-2008: uma nova década de estagnação

Apesar de a economia brasileira ter se recuperado rapidamente dos efeitos da crise, a década seguinte foi marcada por um período de estagnação econômica. A década de 2010 inicia com a tentativa de realizar um processo de pequenas alterações no modelo liberal periférico, a partir do que ficou conhecido como a Nova Matriz Econômica (NME), que pretendia fazer com que o investimento guiasse o crescimento brasileiro. Com o fracasso dessa política, abre-se a fase que vem até a atualidade de recrudescimento do modelo liberal periférico, retirando o dinamismo do modelo ao não expandir o investimento e se voltar para desarticular os mecanismos incentivadores do consumo. A pequena expansão da economia brasileira no período se daria via exportações, principalmente da indústria extrativista e do agronegócio, em um cenário de reversão produtiva.

A desativação das políticas expansionistas de combate à crise no final de 2010 e às vésperas do início do governo de Dilma Rousseff (2011 a 2016), inaugurou um período em que se tenta conferir novo dinamismo do modelo liberal periférico via adoção da Nova Matriz Econômica. O objetivo era “reorientar o crescimento dando primazia à diversificação industrial e ampliação da infraestrutura tendo como categoria chave, o investimento autônomo” (CARNEIRO, 2017, p.16). Esse objetivo seria alcançado a partir da manipulação de preços relativos pelo Estado (principalmente os juros, câmbio, trabalho e energia) e a utilização do BNDES e da Petrobrás para guiar os investimentos, com maior participação do setor privado. O intuito era diminuir o poder do tripé econômico na condução do crescimento do país. A NME seria construída com “a redução dos juros, a desvalorização do real, a contenção de gastos e investimentos públicos e uma política de desonerações tributárias cada vez mais ampla, além da expansão do crédito do BNDES e o represamento das tarifas de energia” (CARVALHO, 2018, p.59).

Em pouco tempo, essa tentativa de reforma do modelo liberal periférico para transformar o investimento privado em motor do crescimento brasileiro entra em crise por um conjunto de causas: a deterioração fiscal resultante da condução macroeconômica que impediu o controle dos preços relativos⁵⁷; a incapacidade do setor privado de expandir

⁵⁷ O controle dos preços se deu principalmente via desvalorização cambial, diminuição das taxas de juros, diminuição dos custos do trabalho e diminuição dos preços de energia elétrica. A política de controle da volatilidade da taxa de câmbio foi bem-sucedida inicialmente e resultou na menor volatilidade desde a instauração do câmbio flexível em 1998 (CARNEIRO, 2017), mas a perda de competitividade das exportações, a pressão inflacionária e a reversão de liquidez no centro do sistema inviabilizou a manutenção da desvalorização (CARVALHO, 2018). A diminuição da taxa de juros também foi levada a

os investimentos como esperado⁵⁸; a crise na Petrobras e no setor industrial associado⁵⁹; e o ambiente da economia mundial que piorou a deterioração fiscal⁶⁰. O expansionismo da política fiscal entre 2012 e 2014 não resultou em novo ciclo de dinamismo porque “esse estímulo fiscal se deu sobretudo por meio de subsídios e desonerações, que se mostraram pouco efetivos em dinamizar a demanda agregada, e em detrimento dos investimentos públicos” (CARVALHO, 2018, p.87), que teriam efeitos multiplicadores capazes de redinamizar a economia. O período de tentativa de reformas termina em 2015, quando se inicia um ajuste fiscal em que o governo tenta combater a deterioração fiscal e conter o desequilíbrio da relação dívida/PIB. Contudo, o governo não consegue manter o apoio político necessário para atravessar a tempestade perfeita que se formou⁶¹ e é derrubado.

Os dois governos seguintes, Temer (2016 a 2018) e Bolsonaro (2019 à atualidade), seguem e aprofundam a agenda de consolidação fiscal. Saad-Filho (2020) lista três principais medidas tomadas por Temer nessa direção:

“(1) a mudança nos contratos da exploração do petróleo para favorecer o capital transnacional em detrimento da Petrobras, com desmantelamento e desnacionalização parciais da empresa (outubro de 2016); (2) uma emenda

cabo entre 2011 e 2013, quando as taxas reais de juros chegaram ao menor patamar desde 1994 (CARNEIRO, 2017), mas com a reversão de liquidez internacional e a pressão inflacionária, essa política também é abandonada. A diminuição dos custos do trabalho se deu por meio das desonerações fiscais, que inicialmente eram destinadas a setores industriais específicos, mas que foram se generalizaram, saindo de R\$ 200 milhões em 2012 para R\$ 1,5 bilhões em 2014, equivalente a 0,5% do PIB (CARVALHO, 2018; CARNEIRO, 2017). A diminuição dos preços de energia elétrica seria inicialmente de 18% para residências e 32% para indústria e comércio, mas foi inviabilizada pela grande estiagem que acometeu o Brasil em 2014-2015 e pela reversão política em 2015 para combater a deterioração fiscal (CARVALHO, 2018; CARNEIRO, 2017).

⁵⁸ O objetivo do governo era diminuir os custos do setor privado, fazer parcerias público-privadas e financiar as empresas privadas para que elas conseguissem expandir o investimento. O que ocorreu, contudo, foi que nas áreas prioritárias, Transporte, Energia, Telecomunicações e Água e Saneamento, o investimento aumentou 0,5% do PIB quando comparado com o período 2006/2010 (CARNEIRO, 2017). Apesar de as margens bruta de lucro estarem estáveis entre 2011 e 2014, as líquidas declinam devido ao custo da dívida (em grande parte em dólar). Carneiro (2017) mostra que enquanto os custos de produção aumentam 4,6%, o custo das dívidas aumenta 80%. O crescimento do investimento privado caiu de 17,9% em 2010 para 0,8% em 2012; em máquinas e equipamentos, caiu de 1,5% para 0,2% no mesmo período (CARVALHO, 2018).

⁵⁹ A rentabilidade da Petrobras foi atingida pela desvalorização do real, pela queda no preço internacional do petróleo, a política de conteúdo nacional, o aumento do seu endividamento e dos seus planos de investimento em refino e de extração da camada pré-sal. Além disso, também foi atingida, junto com os setores produtivos ligados a ela, pela Operação Lava-Jato, que levou a cancelamento de contratos, investimentos e até falência de empresas (CARNEIRO, 2017; BARBOSA, 2020).

⁶⁰ Se durante o combate à crise, a semiperiferia e periferia foram beneficiados pela liquidez resultada do *quantitative easing* no centro do sistema, esse cenário mudaria em 2010-2012 por causa da crise do euro e principalmente a partir de 2013, com o início da reversão de liquidez com o fim da política expansionista do FED, o *tapering*.

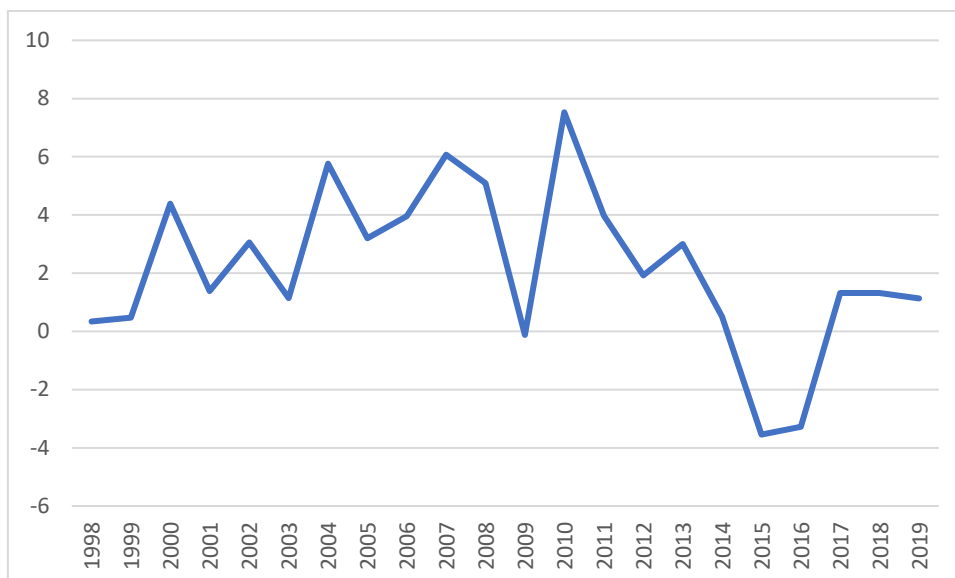
⁶¹ Pinto *et al* (2019) decorrem sobre a relação entre a crise econômica, a crise política e a crise institucional que levam ao fim dos governos PT até a ascensão de Bolsonaro.

constitucional congelando gastos primários (excluindo o pagamento de juros da dívida pública interna) em termos reais por 20 anos (dezembro de 2016); (3) uma reforma legal drasticamente liberalizante do mercado de trabalho (julho de 2017); e (4) uma determinada tentativa de reformar pensões e segurança social que permaneceu pendente” (SAAD-FILHO, 2020, p.13-14).

A pendente reforma da previdência foi concluída no governo Bolsonaro. Apesar de não ser a reforma radical proposta pelo governo, baseada no modelo chileno, foi um esforço de redução de gastos do Estado para a adequação momentânea do orçamento brasileiro ao novo teto de gastos (BARBOSA, 2020). A continuidade da política econômica dos dois governos é perceptível, sendo a política econômica de Bolsonaro ainda mais radical em dois aspectos, de acordo com Barbosa (2020). O primeiro, a contração dos gastos públicos na primeira metade de 2019 para além do que era exigido pelo teto de gastos. A segunda, a manutenção do patamar da taxa de juros em um cenário de tendência de inflação baixa e a sua lenta diminuição. A taxa Selic foi mantida em 6,5% até julho de 2019, quando começou a ser diminuída até chegar a 4,25% no início de 2020. Esses dois comportamentos diminuíram o espaço para uma maior recuperação da economia, apesar de um leve aumento do PIB e pequena diminuição do desemprego e da capacidade ociosa no ano de 2019. De acordo com Barbosa (2020), as maiores conquistas dos governos Temer e Bolsonaro estão na política monetária, com a redução da inflação e da taxa básica de juros no Brasil. Contudo, dada a desaceleração econômica no período, não há sinal de que seja uma realidade sustentável.

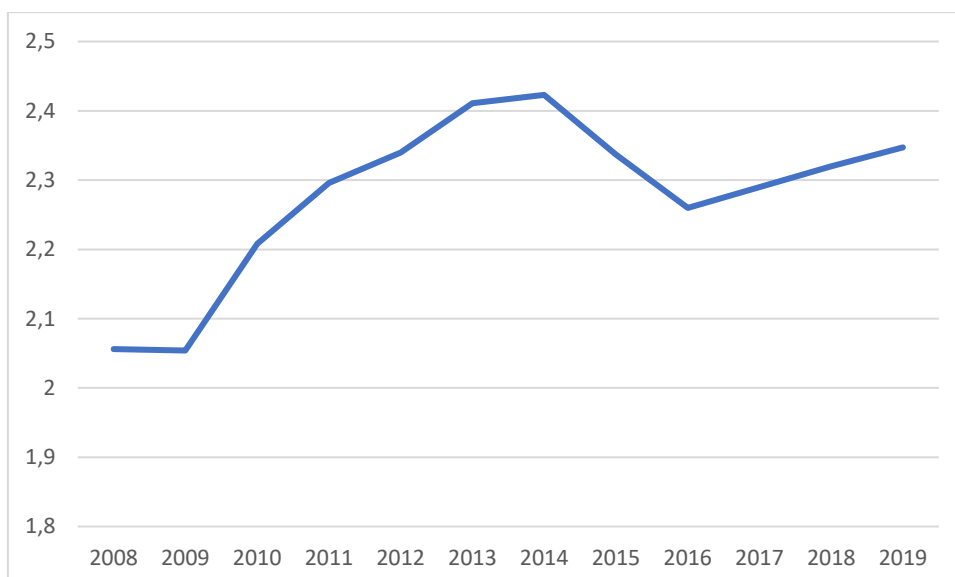
O resultado dessa década de inconsistência da política econômica e aprofundamento do modelo liberal periférico foi a estagnação. Os gráficos 13 e 14 apresentam as taxas de crescimento do PIB e o valor do PIB deflacionado em 2010, respectivamente. Observa-se que o Brasil não conseguiu voltar ao patamar das taxas de crescimento pré-crise, mesmo com o extraordinário crescimento de 7,5% em 2010. A média de crescimento do PIB nos dez anos anteriores à crise (1998-2007) foi de 2,97%, enquanto a média no período de eclosão e pós-crise foi de 1,57%, um pouco maior que a metade da média do período anterior. Isso traduz um PIB com um crescimento muito discreto no período pós-crise. Comparando o PIB de 2008 ao de 2019, há um aumento de apenas US\$ 219 bilhões, cerca de 9,3% nesses 12 anos.

Gráfico 13: Taxas de crescimento do PIB (1998-2019).



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Gráfico 14: PIB brasileiro em dólares constantes a 2010 (trilhões).

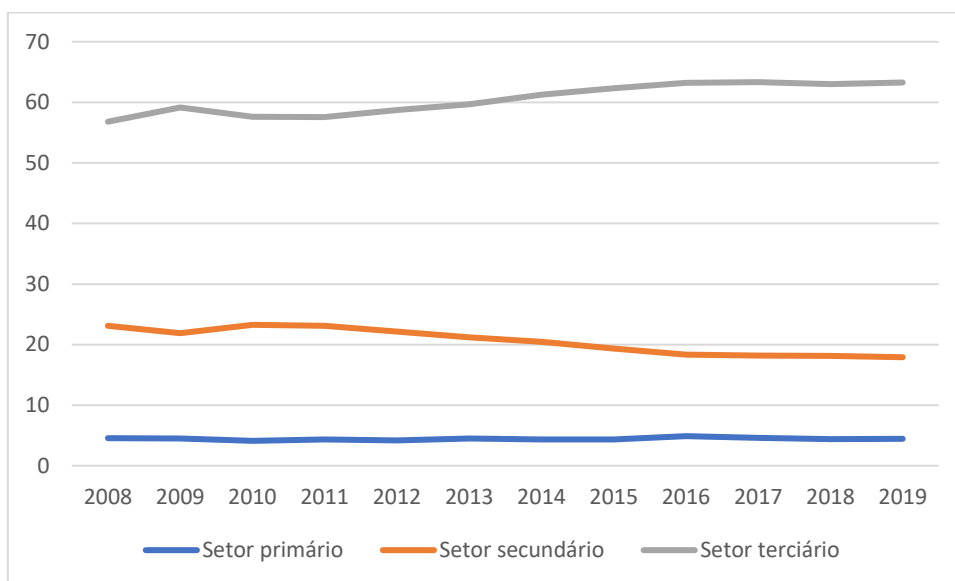


Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Ao se analisar a composição do PIB brasileiro no período, observa-se também uma pequena variação na divisão do produto entre os setores da economia, como visto no gráfico 15. O setor primário se manteve entre 4,1% e 4,8%, enquanto as variações de maior destaque estão nos setores secundário e terciário. O setor secundário, que conseguia se manter em um pouco acima dos 20% do PIB, diminuiu até chegar a 17,9% em 2019. O setor terciário, que equivalia a 56,8% do PIB em 2008 e passou a responder por 63,2% do PIB em 2019. Essa variação também pode ser observada ao se analisar o emprego em cada setor, como mostra o gráfico 16. Contudo, nessa dinâmica, tanto o setor primário como o secundário perdem espaço para o terciário. Considerando que no setor primário

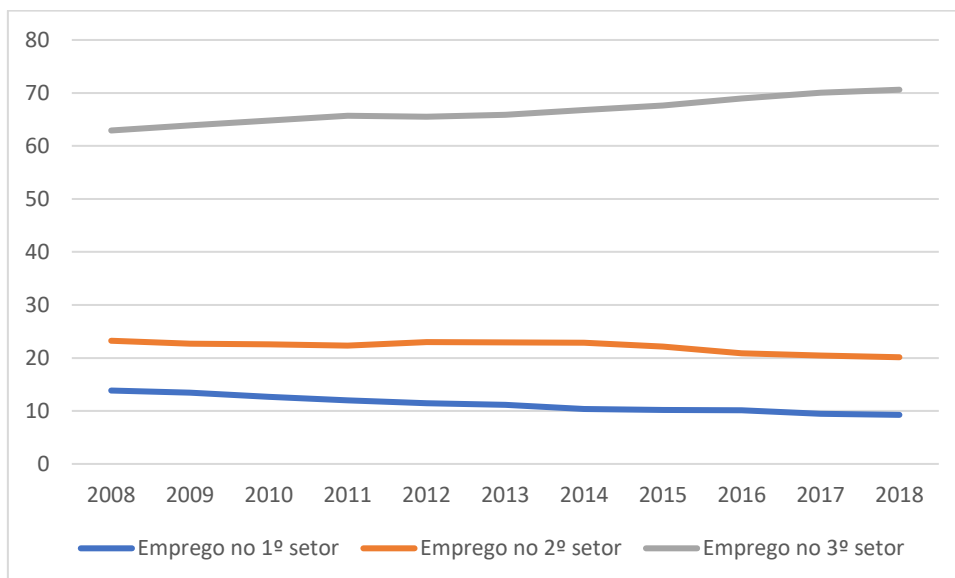
não houve diminuição equivalente de produto, os dados podem indicar um ganho de produtividade do setor primário brasileiro, que não houve no secundário.

Gráfico 15: Porcentagem de cada setor da economia brasileira no PIB (2008-2019).



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Gráfico 16: Porcentagem do emprego em cada setor da economia brasileira (2008-2019).

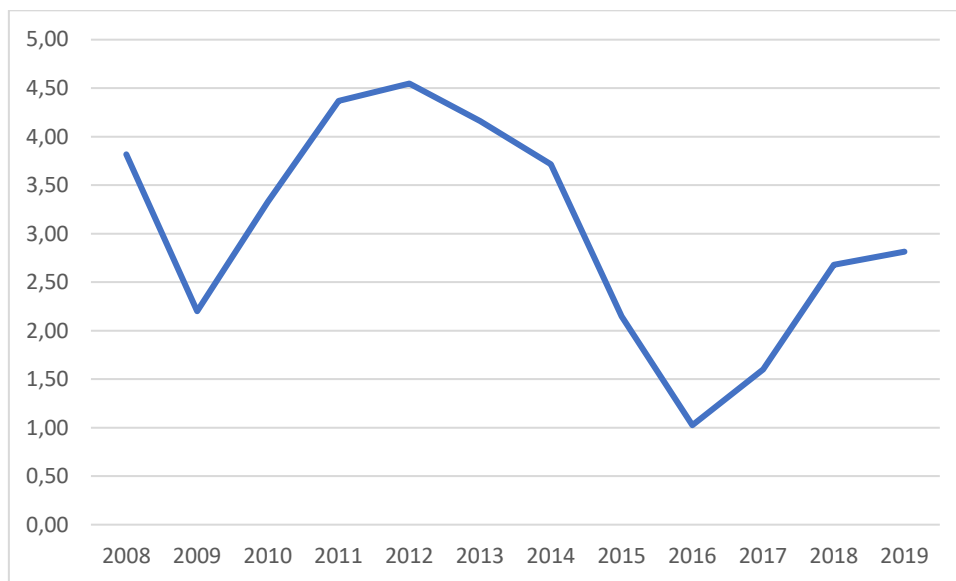


Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Infere-se dos dados que a indústria foi a mais atingida no período pós-crise, apesar do esforço inicial do governo Dilma Rousseff de incentivar a diversificação e a produtividade do setor industrial. Manteve-se a tendência de perda do espaço da indústria no PIB brasileiro, que já era perceptível no período anterior à crise, da expansão financeira do ciclo de acumulação estadunidense, como observado no Capítulo 2. O papel de exportador de matérias-primas e alimentos para sustentar principalmente o crescimento do Leste Asiático é mantido e pode ser observada na estabilidade do setor

primário brasileiro e na própria dinâmica do setor industrial. O gráfico 17 mostra que a variação do produto da indústria extrativa em porcentagem do PIB no período pós-crise acompanha a demanda externa. Diminuiu com a eclosão da crise, recuperou-se com o resultado das políticas expansionistas no Leste Asiático, nos EUA e Europa; voltou a cair com a diminuição nos preços internacionais de *commodities* no final de 2014; e subiu a partir de 2016, com a recuperação relativa desses preços.

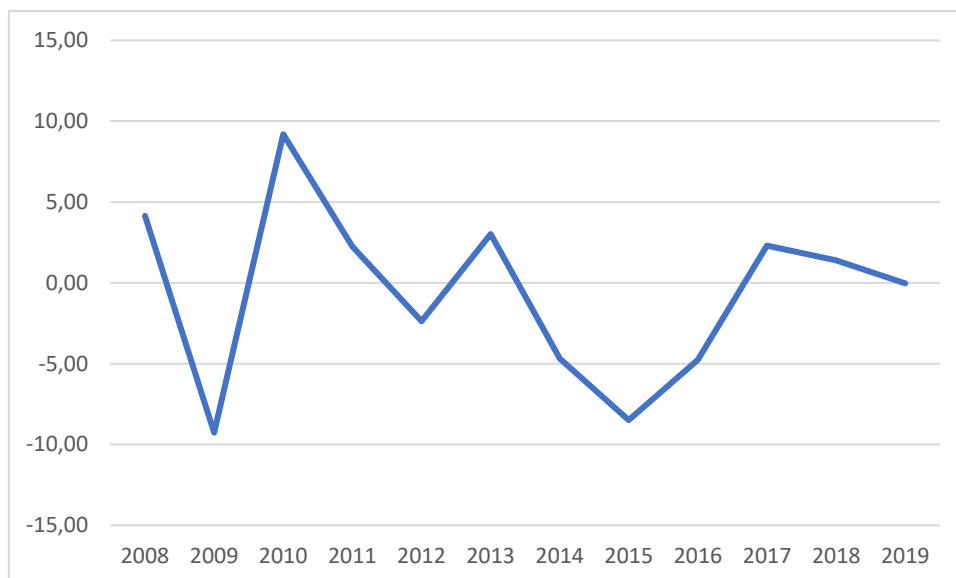
Gráfico 17: Variação do produto da indústria extrativa em porcentagem do PIB (2008-2019)



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

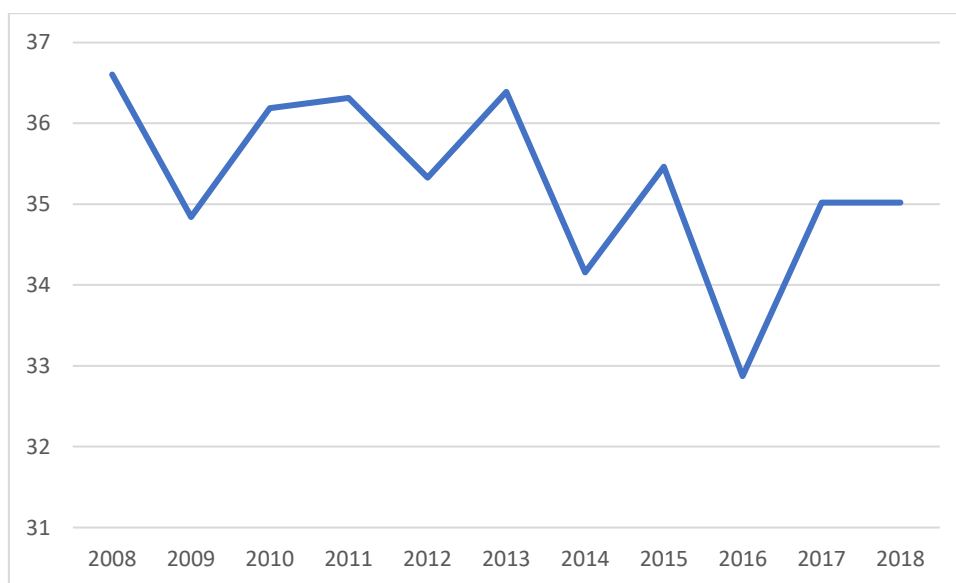
Enquanto a indústria extrativa está atrelada aos movimentos da economia-mundo capitalista, a indústria de transformação brasileira sofre as consequências da gestão errática da política econômica nesse período, como pode ser observado no gráfico 18. De 2008 a 2019, em apenas três momentos as taxas de crescimento da indústria foram positivas: no ano de 2010 (9,19%), resultado das políticas contracíclicas contra a crise; no ano de 2013 (3%), como consequência inicial das políticas de incentivo do governo Dilma Rousseff; e em 2017 (2,3%) e 2018 (1,39%), devido aos efeitos de redução de juros e desvalorização cambial no governo Temer. Movimento similar pode ser visto na indústria de média e alta tecnologia, como observado no gráfico 19, que mostra a porcentagem do valor adicionado das indústrias de média e alta tecnologia no produto industrial de 2008 a 2018. É importante destacar que, até 2018, esses setores não voltaram ao patamar de 2008, ou seja, mesmo conseguindo se recuperar do declínio acentuado dos efeitos imediatos da crise, não foram capazes de superar a estagnação do período do modelo liberal periférico.

Gráfico 18: Variação real do PIB da indústria de transformação (2008-2019)



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Gráfico 19: Valor adicionado das indústrias de média e alta tecnologia, incluindo construção, como percentagem da produção industrial (2008-2019).



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Vista através do comportamento das exportações e importações brasileiras⁶², a estagnação do setor industrial se torna uma verdadeira regressão produtiva, como mostram Sarti e Hiratuka (2017, p.11), que já percebiam a tendência de transbordamento para o exterior da demanda industrial brasileira no período pré-crise, identificam o acentuamento dessa tendência depois da crise de 2008. Esse fato explica também a

⁶² Os trabalhos de Carvalho e Carvalho (2011) e Lopes (2017) são importantes para compreender a dimensão da regressão produtiva brasileira, sendo o segundo trabalho inclusive um esforço a partir de uma perspectiva histórica-mundial similar à construída nesta dissertação.

dificuldade de as empresas industriais aumentarem a sua produção com as medidas do governo Dilma, uma vez que, com a desvalorização cambial, além do aumento dos custos com a dívida em dólar dessas empresas, houve também o aumento com os custos de bens intermediários importados. Esse processo levou ao “aprofundamento da especialização regressiva da estrutura industrial, à redução do grau de industrialização (relação entre o VAM [valor adicionado manufatureiro] e o PIB) e a perda da participação no VAM global e regional” (SARTI e HIRATUKA, 2017, p.12).

A análise das consequências da reação brasileira à crise mostra que o país não foi capaz de desenhar políticas públicas que melhorassem a capacidade do país de expandir a sua apropriação do excedente mundial. O setor industrial, o que confere maiores efeitos multiplicadores à economia, principalmente na incorporação de novas tecnologias, é o mais afetado no período. Se durante a expansão financeira, anterior à eclosão da crise, o setor viva uma situação de rigidez estrutural, como abordado no Capítulo 2, após a crise, essa rigidez se tornou uma regressão produtiva. Com o fracasso dos planos para dinamizar a economia através do investimento e a crise política e econômica que se seguiu, o país ficou à deriva em meio aos fluxos de capitais e mercadorias das dinâmicas da economia-mundo capitalista. Dinâmicas que o Brasil passa a ter pouca influência sobre, sendo resultadas de conflitos entre as diferentes estratégias de ordenamento da economia-mundo capitalista por parte dos Estados Unidos e da China, principalmente.

4.3 – A evolução da posição estrutural da China e do Brasil na economia-mundo capitalista (1980-2019)

4.3.1 – Análise da posição estrutural da China e do Brasil

Uma vez analisados os impactos imediatos da crise, as políticas de combate a eles e os desdobramentos dessas políticas e dos impactos duradouros da crise no período pós-2008 da China e do Brasil, é chegado o momento de saber como esses processos se refletem na posição estrutural da China e do Brasil na economia-mundo capitalista. Babones (2005) apresenta o que seriam três grupos de estudos que tentam operacionalizar empiricamente, de diferentes maneiras, o conceito de posição estrutural no sistema-mundo capitalista. Dois desses grupos, o de análise de redes sociais (SNYDER e KICK, 1979; NEMETH e SMITH, 1985; KICK, 1987; SMITH e WHITE, 1992; e VAN ROSSEM, 1996) e do *continuum* de *status* e poder (TERLOUW, 1992; KENTOR, 2000; e VAN ROSSEM, 1996) operacionalizam o conceito de posição estrutural dos Estados ao combinar variáveis econômicas e políticas em seus modelos. Apesar dos ganhos das

conclusões desses estudos para o desenvolvimento do conceito⁶³, Babones (2005) encontra algumas distorções importantes causadas pelas metodologias usadas que limitam tanto a capacidade de representar e operacionalizar as posições estruturais como a possibilidade de desenvolvimento de novos trabalhos a partir de suas metodologias.

De acordo com Babones (2005), o terceiro grupo de estudos, baseados no nível de renda, tem como maior representante o trabalho de Arrighi e Drangel (1986). Diferentemente dos dois outros grupos de estudos, os pesquisadores nesse caso estão preocupados exclusivamente em medir a posição estrutural dos Estados na hierarquia mundial de riqueza, como registrado no trecho a seguir:

“uma posição em relação à divisão mundial do trabalho e nunca para nos referirmos a uma posição no sistema interestatal. Ao fazer isso, não sugerimos que o comando das arenas econômica e política mundiais não esteja estritamente interrelacionado. Pelo contrário, queremos enfatizar que a separação dos dois tipos de comando é uma peculiaridade da economia capitalista mundial (em oposição aos impérios mundiais), que deve ser submetida a um detalhado exame empírico e teórico, em vez de ser suposta através da postulação de sua identidade” (ARRIGHI e DRANGEL, 1998, p.144).

O que os autores estão defendendo a partir dessa forma de medir a posição estrutural dos Estados em uma economia-mundo capitalista é que, diferentemente dos sistemas históricos de impérios-mundo, a economia-mundo capitalista é unificada por uma divisão mundial do trabalho em um mundo caracterizado pela fragmentação política. Assim, pretender medir a posição estrutural de um Estado na hierarquia mundial de riqueza, sem levar em consideração características políticas, não nega as implicações políticas dessa posição na hierarquia, mas as isolam para uma medição estrita dos ganhos de cada país na divisão mundial do trabalho. Sendo então essa separação das hierarquias uma escolha metodológica e não um reconhecimento científico e político da separação das duas esferas de acumulação. Dessa forma, esse método evita as possíveis distorções presentes nos outros grupos mencionados acima. Arrighi e Drangel (1998) defendem então que essa combinação dos aspectos políticos e econômicos deve ser feita posteriormente, com um maior desenvolvimento teórico e empírico para essas questões. Pelos mesmos motivos desses autores, nesta pesquisa foi adotada a mesma estratégia de pensar a posição estrutural da China e do Brasil estritamente na hierarquia mundial de riqueza. Acreditamos que, mesmo com essa limitação, os achados da nossa pesquisa

⁶³ De acordo com Babones (2005), os trabalhos do grupo de análise de redes sociais são os que melhor permitem analisar as posições estruturais como regiões de papéis específicos desempenhados na economia-mundo, enquanto os do grupo do *continuum* permitem enxergar uma hierarquia de países no sistema-mundo capitalista com base no acúmulo de características políticas e econômicas.

poderão contribuir com estudos futuros que empreguem novas metodologias para se medir a posição estrutural da China e do Brasil no sistema-mundo capitalista como um todo.

Tendo esclarecido então o principal objetivo do tipo de medição da posição estrutural dos Estados nesta dissertação, devemos mostrar como essa medição foi realizada. Arrighi e Drangel (1998) seguem o raciocínio elaborado por Wallerstein (2000) de que todos os Estados abrigam em suas jurisdições uma combinação de atividades produtivas periféricas e centrais. Além disso, é importante destacar a impossibilidade de se identificar atividades como intrinsecamente periféricas ou centrais, uma vez que o sistema-mundo capitalista é marcado pela mudança contínua e aquilo que é atividade central em um momento deixa de sê-lo em outro. Nas palavras dos autores, “uma atividade específica ser [central ou periférica] depende de suas relações sempre mutáveis de cooperação e de competição com todas as outras atividades da economia mundial” (ARRIGHI e DRANGEL, 1998, p.162). Assim, a identificação do *status* de uma atividade produtiva seria sempre uma identificação contingencial, relacionada com todas as demais atividades produtivas daquele momento específico na economia-mundo capitalista.

Seguindo os pressupostos da Economia Política dos Sistemas-Mundo, a lógica capitalista, que orienta as atividades produtivas, faz com que os agentes estatais e privados busquem controlar as atividades mais lucrativas de um determinado momento. Essa é a definição básica de atividades centrais que os autores usam para pensar a estratificação da economia-mundo capitalista sem precisar identificar quais seriam essas atividades em cada período. Decorre desse pressuposto que “as atividades de núcleo orgânico comandam recompensas agregadas que incorporam a maioria dos, se não todos os, benefícios globais da divisão mundial do trabalho, enquanto que as atividades de periferia comandam recompensas agregadas que incorporam poucos, se é que incorporam algum, daqueles benefícios” (ARRIGHI e DRANGEL, 1998, p.162).

Esse é o caminho pelo qual os dois autores vão elaborar maneiras de verificar empiricamente a estratificação da economia-mundo capitalista. Arrighi e Drangel (1998) defendem que, se um Estado possui uma maior parcela de atividades centrais dentro de sua jurisdição, maior a parcela de ganhos da divisão mundial do trabalho será detida pelos residentes desse Estado, sendo o inverso também verdadeiro. Assim, “as diferenças no comando sobre os benefícios totais da divisão mundial do trabalho devem necessariamente se refletir em diferenças comensuráveis no PNB per capita dos Estados em questão” (ARRIGHI e DRANGEL, 1998, p.163).

Arrighi e Drangel (1998) então constroem a estratificação da economia-mundo capitalista a partir do PNB per capita, que é “uma medida indireta e aproximada da combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia que se encontram dentro da jurisdição de um dado Estado” (ARRIGHI e DRANGEL, 1998, p.163). A decisão de elaborar a estratificação a partir do logaritmo do PNB *per capita*, em dólares a taxas de câmbio de mercado deveu-se a que os dois autores estavam “mais interessados nas diferenças relativas do que nas diferenças absolutas entre os Estados [...] mais interessados nas diferenças de comando sobre os recursos econômicos mundiais do que nas diferenças em padrões reais de vida” (ARRIGHI e DRANGEL, 1998, p.163). Ao final do estudo, constaram que a economia-mundo capitalista se apresentava estratificada nas três zonas preconizada por Wallerstein (2000), cada uma agrupando países com retornos da divisão mundial do trabalho que permitia os classificar como periféricos, semiperiféricos e centrais⁶⁴.

Em nossa pesquisa adotamos os mesmos pressupostos de Arrighi e Drangel (1998) para analisar o que a eclosão da crise de 2008 altera na posição da China e do Brasil na estratificação da hierarquia mundial de riqueza desde o início da expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense. Para tanto, são separados dois períodos, 1980-2008 e 2008-2018. Os gráficos abaixo (20 e 21) mostram a estratificação da hierarquia mundial de riqueza em cada um dos três anos selecionados (1980, 2008 e 2018). No eixo horizontal estão os níveis de renda em log PNB *per capita* e no vertical a porcentagem populacional, sendo a linha a distribuição de frequência no ano selecionado do percentual da população mundial por intervalos de renda, suavizada pela média móvel de três intervalos de renda. As tabelas (2 e 3) que acompanham os gráficos mostram a posição da China e do Brasil na estratificação mostrada nos gráficos.

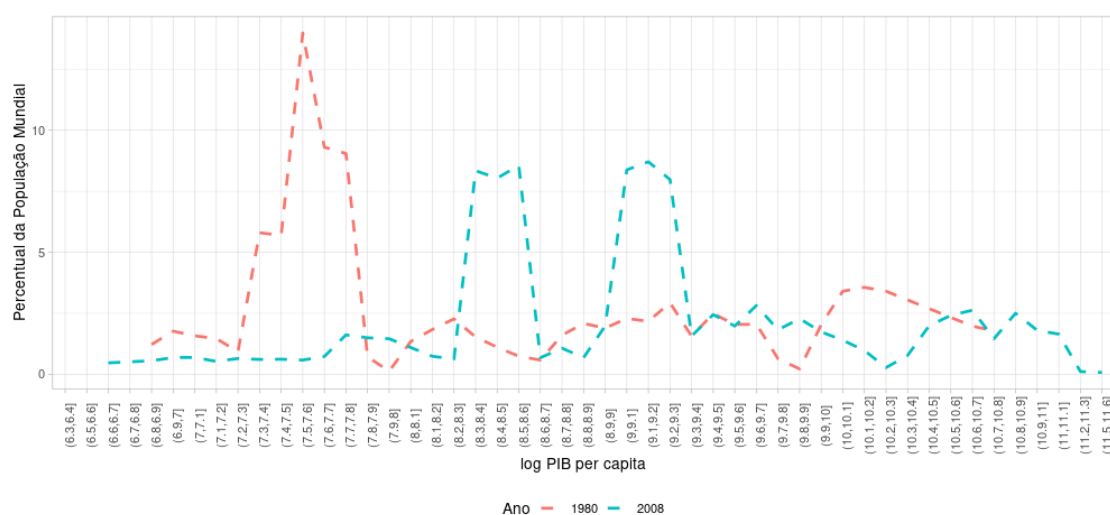
⁶⁴ É importante ressaltar que essa estratificação se baseia em dados de 1938 a 1983 do Banco Mundial. Karatasli (2017) segue os mesmos pressupostos de elaboração da pesquisa que Arrighi e Drangel (1986), sendo que estende o período estudado até alcançar a formação do sistema-mundo capitalista no século XVI, utilizando dados do *Maddison Project Database*, além de atualizar o método estatístico para uma distribuição melhor dos Estados nos log PNB *per capita*. Seu resultado não mostra uma estabilidade trimodal da estratificação da economia-mundo capitalista, mas uma evolução de uma distribuição única entre 1500-1700, para uma bipartite em 1700-1900 e, a partir de então, a estrutura trimodal encontrada por Arrighi e Drangel (1986), sendo que desde 1990, há um movimento de estruturação em quatro partes, com uma periferia inferior e uma periferia superior; essa última se aproximando da semiperiferia. Esses resultados não contradizem a elaboração inicial de Wallerstein (2000), como pode ser visto na página 184 do artigo de Karatasli (2017). Os resultados indicam que a economia-mundo capitalista tem se caracterizado por equilíbrios dinâmicos e pontuais, com uma hierarquia mundial de riqueza que tem se transformado durante períodos de crise de hegemonia e transição, abrindo espaço para novas configurações de hierarquias.

Iniciando a análise do gráfico 20, é importante destacar como a financeirização da economia e a reestruturação produtiva mundial alteram a configuração da economia-mundo capitalista a partir da observação das diferenças entre as linhas referentes aos anos de 1980, início da conjuntura, e 2008, momento de crise da mesma conjuntura. Há uma rearticulação da estratificação de acordo com a evolução da apropriação dos excedentes pelos países no período. Notadamente, há uma concentração muito maior da população mundial em 1980 na periferia da economia-mundo, enquanto em 2008 essa concentração diminui, aumentando o volume da população mundial nos estratos intermediários de renda. Essa análise vai ao encontro do que Arrighi (2002) apontou, abordado no Capítulo 2, que, a partir da expansão financeira, a semiperiferia e periferia podiam ser classificadas em dois grupos, um seria composto pelos países mais beneficiados pela conjuntura; o outro pelos países que perdiam a sua competitividade em meio aos dois processos que passavam a organizar a acumulação sistêmica no período. Assim como também corrobora o diagnóstico de Karatasli (2017) sobre o período de transição da configuração da hierarquia mundial de riqueza iniciado a partir da década de 1990.

Começando com a análise do primeiro período (1980-2008), o gráfico 20 e a tabela 2 mostram que a China estava na periferia da economia-mundo capitalista (7.5,7.6) no início da expansão financeira. Com os processos de reforma interna e de articulação à conjuntura, analisados no Capítulo 2, a China conseguiu mudar a sua posição estrutural na estratificação da riqueza mundial até chegar a níveis intermediários de renda (9,9.1). Quanto ao Brasil, constata-se que o país já estava nesses níveis intermediários no início da expansão financeira (9,9.1) e com o decorrer da conjuntura, não há uma alteração relevante dessa posição (9.4,9.5).

Assim, a interpretação realizada no Capítulo 2 de que a China é bastante beneficiada pela nova conjuntura enquanto o Brasil não apresenta ganhos tão expressivos, por causa dos papéis distintos que cada um passa a desempenhar, é corroborada pelas variações das posições dos dois países no gráfico. Como a China ocupa um papel cada vez mais essencial para a reprodução dos dois processos principais para a expansão da acumulação mundial no período, seus ganhos são maiores e são refletidos em uma maior movimentação na estratificação de riqueza mundial. Sendo o Brasil um sócio menor nesses dois processos, com atividades de menor apropriação relativa dos excedentes, sua posição na hierarquia de riqueza é alterada de maneira pouco notável.

Gráfico 20: Estratificação da hierarquia mundial de riqueza (1980-2008)



Fonte: CWEdata.

Tabela 2: Posição da China e do Brasil na estratificação da hierarquia mundial de riqueza (1980-2008)

year	Country	pop	perpop	gdppc	log_group
1980	Brazil	123020.00	2.80	8249.00	(9,9,1]
1980	China	981235.00	22.33	1930.00	(7,5,7,6]
2008	Brazil	194394.17	2.91	13164.01	(9,4,9,5]
2008	China	1318559.28	19.77	8190.11	(9,9,1]

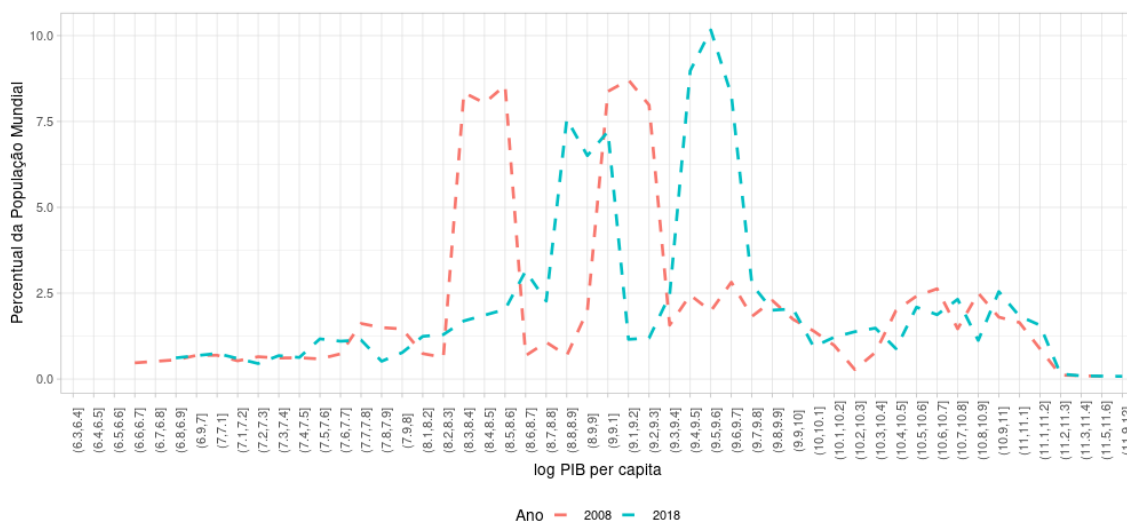
Fonte: CWEdata.

No período pós-crise de 2008, representado no gráfico 21 abaixo, vemos uma alteração menor entre as linhas que representam a estratificação em 2008 e 2018, o que pode ser atribuído à diferença de tempo entre os períodos, assim como pela intensidade das mudanças observados em cada um deles. Nos 29 anos que marcam a expansão financeira antes da crise, as mudanças causadas pela consolidação dos processos de financeirização da economia e reestruturação produtiva mundial dinamizaram a economia-mundo de forma a rearticular intensamente a distribuição de riqueza na população mundial. Nos dez anos posteriores à crise, não houve uma rearticulação tão notável na apropriação do excedente entre os Estados tanto pelo tempo menor passado como pelo período de transição que parece se instaurar na economia-mundo capitalista. Como visto no Capítulo 3, a crise de 2008 simboliza um limite à reprodução nas mesmas bases dos dois processos que guiam a expansão financeira, inaugurando então um período de rearticulação dos modelos de acumulação tanto da China quanto dos Estados Unidos, os dois sócios majoritários da acumulação de riquezas de então. Como essas rearticulações ainda não estão consolidadas, ainda não há estratégias de desenvolvimento que possam redinamizar e reestruturar a acumulação mundial ao redor delas, como é

esperado pela dinâmica de longa duração da sucessão dos ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 1996). Portanto, o ritmo de acumulação diminuiu em comparação ao período anterior e, conseqüentemente, há uma menor diferença na estratificação da distribuição da riqueza da economia-mundo capitalista.

Ao observar as diferenças das posições da China e do Brasil nos dez anos posteriores à crise, essa diminuição de dinamismo se mostra novamente. Ambos alteram suas posições, mas não saem dos níveis intermediários de renda, com a China chegando ao ponto (9.4,9.5) e o Brasil chegando ao (9.5,9.6). Novamente, a China é o país que apresenta uma maior mobilidade, enquanto o Brasil mantém um ritmo mais lento de mudança. Esses ritmos mostram o que foi constatado nas seções anteriores deste Capítulo, com as mudanças no modelo chinês para desacelerar o seu crescimento, enquanto o Brasil se encontra em mais um período de estagnação, com a manutenção de uma inserção passiva que coloca o país ainda mais à mercê dos processos da economia-mundo, influenciados cada vez mais pelo fim da simbiose econômica entre a China e os Estados Unidos.

Gráfico 21: Estratificação da hierarquia mundial de riqueza (2008-2018)



Fonte: CWEdat.

Tabela 3: Posição da China e do Brasil na hierarquia mundial de riqueza (2008-2018)

year	Country	pop	perpop	gdppc	log_group
2008	Brazil	194394.17	2.91	13164.01	(9.4,9.5]
2008	China	1318559.28	19.77	8190.11	(9,9.1]
2018	Brazil	211307.77	2.82	14033.57	(9.5,9.6]
2018	China	1385439.41	18.50	13101.71	(9.4,9.5]

Fonte: CWEdat.

Dado que a análise da posição estrutural dos Estados a partir da estratificação da hierarquia mundial de riqueza nos dois períodos ao redor da crise de 2008 pode ser uma análise um tanto estática, perdendo o caráter dinâmico da movimentação dos dois Estados na economia-mundo capitalista, a próxima subseção aborda a evolução da posição estrutural da China e do Brasil no mesmo período, mas a partir do comando econômico relativo de cada país sobre a riqueza mundial.

4.3.2 – A evolução da posição estrutural da China e do Brasil a partir do comando econômico relativo

Para observar a dinâmica da evolução da posição da China e do Brasil na hierarquia de riqueza da economia-mundo, foi utilizada a metodologia desenvolvida por Arrighi (1998) para estudar a ascensão do Leste Asiático, mais especificamente do Japão. O autor partiu dos mesmos pressupostos de Arrighi e Drangel (1986) abordados na subseção anterior, mas utiliza o

“coeficiente, expresso como porcentagem, do PNB per capita de uma região ou jurisdição em relação ao PNB per capita daquilo que chamaremos de “núcleo orgânico” da economia mundial. Esse coeficiente mede a diferença de renda que separa aquela região ou jurisdição e o núcleo orgânico – um agregado definido aqui como consistindo de todos os Estados que, aproximadamente no último meio século, ocuparam as posições mais altas na hierarquia global de riqueza e, em virtude daquela posição, estabeleceram (individual ou coletivamente) os padrões de riqueza a que todos os outros Estados aspiram” (ARRIGHI, 1998, p.54).

Arrighi (1998, p.55) considera esse coeficiente “como o melhor indicador disponível da posição daquela região ou jurisdição na hierarquia de riqueza da economia mundial”. Para medir a evolução da localização dos dois países na hierarquia mundial de riqueza, aqui foi usado o coeficiente, em porcentagem, do PNB *per capita* da China e do Brasil em relação ao PNB *per capita* do centro do sistema⁶⁵. Foi utilizado o PNB *per capita* em dólares constantes de 2010, disponibilizado no banco de dados do Banco Mundial⁶⁶. Será observado, o comportamento desse coeficiente entre 1980, início da expansão financeira do ciclo estadunidense, e 2019, período que inclui a crise de 2008 e

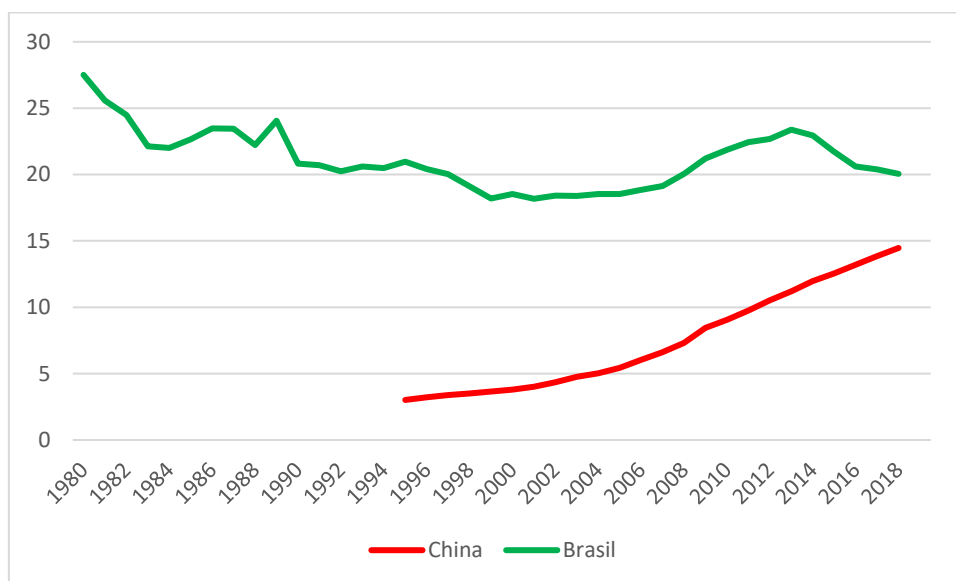
⁶⁵ Arrighi (1998) considera os seguintes países como centrais: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, os países escandinavos, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, Alemanha, Áustria, Suíça, França, Austrália e Nova Zelândia. Esta dissertação usou os mesmos, com a inclusão do Japão e da Itália, seguindo os resultados encontrados por Arrighi (1998).

⁶⁶ Os dados referentes ao PNB *per capita* da China e do Brasil foram retirados do banco de dados do Banco Mundial, disponível em: < <https://databank.worldbank.org/home.aspx>>.

também os seus desdobramentos. O aumento desse coeficiente indica uma ascensão na hierarquia mundial de riqueza e, por consequência, a diminuição indica o movimento contrário.

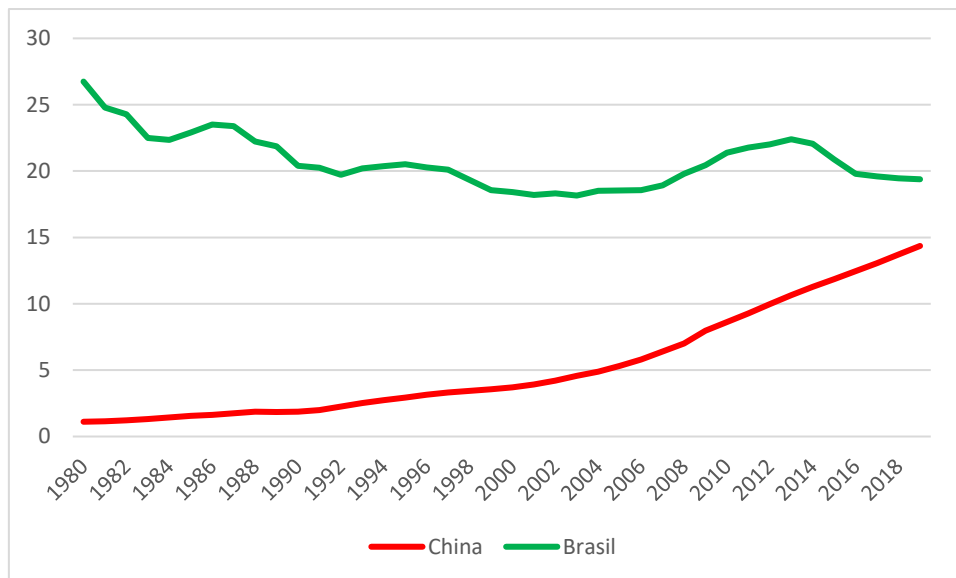
Deve-se esclarecer que o banco de dados do Banco Mundial não dispunha do PNB *per capita* chinês do período de 1980 a 1994, nem dos dados referente à Suíça em todo o período (necessários para compor o PNB *per capita* médio do centro). Contudo, essa subtração não tem impactos tão importantes para o estudo porque a intenção é observar as diferenças proporcionais. Além disso, como mostrado por Karatasili (2017), apesar de a utilização do PNB *per capita* ser o ideal para esse tipo de estudos, na sua ausência, a utilização do PIB *per capita* também é bastante significativa para observar a distribuição de riqueza global. O autor ressalta que “essa limitação, entretanto, não é muito prejudicial porque as diferenças reais nas estimativas do PIB *per capita* em relação ao PNB *per capita* perdem significância quando olhamos para a distribuição geral em escala ‘global’”⁶⁷ (KARATASLI, 20117, P.173) De fato, fizemos os mesmos cálculos usando o PIB *per capita*, que está disponível para todos os países, e não foi observada uma diferença estatística significativa, como pode ser visto nos gráficos 22 e 23.

Gráfico 22: Coeficiente (%) do PNB *per capita* da China e do Brasil em relação ao centro (1980-2018)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

⁶⁷ Tradução livre. Original: “this limitation, however, is not very damaging because actual differences in GDP *per capita* versus GNI *per capita* estimates lose significance when we look at the overall distribution on a ‘global’ scale”.

Gráfico 23: Coeficiente (%) do PIB *per capita* da China e do Brasil em relação ao centro (1980-2018)

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Observando a curva da China nos dois gráficos, o que mais se destaca é o constante crescimento da apropriação de excedentes durante a fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense. O país passa de cerca de 1% do PIB *per capita* do centro no início dessa conjuntura, em 1980, para cerca de 14% em 2018. É um ritmo de crescimento extraordinariamente alto. Pela importância que a China tem na economia-mundo capitalista, pode ser uma surpresa que seu coeficiente seja mais baixo que o do Brasil, porém, deve-se ressaltar que a China é o país mais populoso do planeta. Sendo um coeficiente *per capita*, o peso da sua enorme população acaba gerando esse reflexo no coeficiente. O peso da população pode ser visto na tabela 4 e é algo que mostra o quão forte foi o nível de apropriação de excedentes mundiais por parte da China. Apesar do seu peso populacional e do crescimento da sua população nesse período, o coeficiente conseguiu traduzir uma forte trajetória de crescimento, mostrando a força econômica chinesa nessa conjuntura mundial.

Se a curva da China mostra uma ascensão constante, a curva do Brasil mostra regressão e estagnação. O coeficiente do PNB *per capita* brasileiro em relação ao centro era 27% no início da expansão financeira e passou para cerca de 20% em 2018. Nota-se então uma perda de espaço da apropriação brasileira dos excedentes mundiais. É importante destacar que o Brasil perde espaço em um cenário que o PNB *per capita* do centro não é constante, se expandindo, como pode ser visto no gráfico 24. Assim, há dois fatores que aumentam a distância entre os PNB *per capita* do Brasil e do centro: o aumento menor do PNB e o aumento maior da população. Observa-se então que o

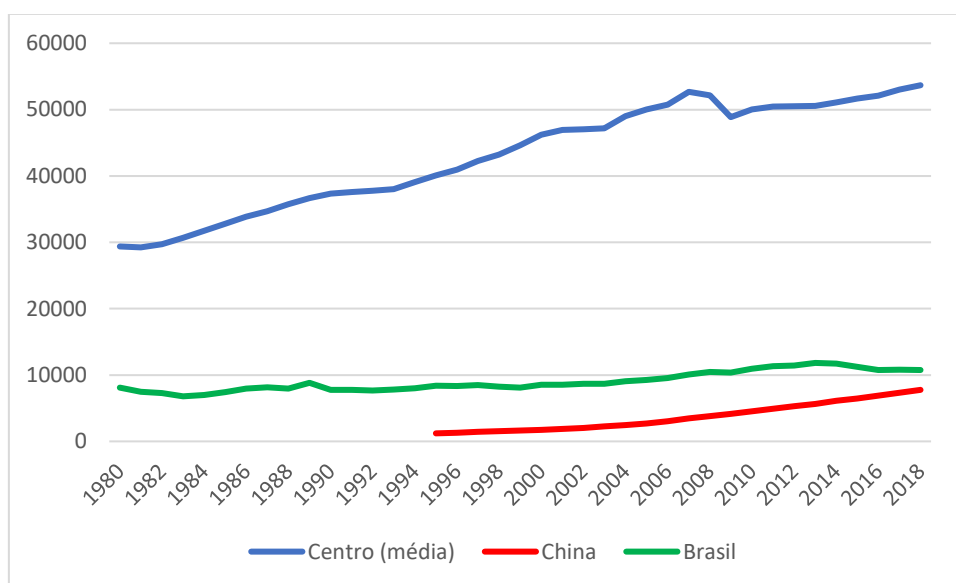
coeficiente brasileiro diminuiu em um total que cresce constantemente, enquanto o coeficiente chinês está em um caminho oposto, revelando a força da sua apropriação do excedente mundial. Isso mostra o quanto o Brasil desde 1980, ou seja, por quase quarenta anos, vem perdendo dinamismo econômico, enquanto a China conseguiu ter uma dinâmica de ascensão.

Tabela 4: Coeficiente e população da China e do Brasil em relação ao PNB *per capita* do centro.

		1998	2008	2018
China	Coeficiente	3,51%	7,32%	14,46%
	População	1,241 bilhão	1,324 bilhão	1,392 bilhão
Brasil	Coeficiente	19,11%	20,05%	20,05%
	População	169 milhões	192 milhões	209 milhões
Centro (excluindo Suíça)	PNB <i>per capita</i>	US\$ 43.234,95	US\$ 52.143,76	US\$ 53.670,73
	População	770 milhões	818 milhões	870 milhões

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Gráfico 24: PNB *per capita* do centro, da China e do Brasil.



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Tendo analisado as trajetórias opostas da China e do Brasil na apropriação do excedente mundial durante a expansão financeira como um todo, é necessário observar como a crise de 2008 impactou nessa evolução. Nos dez anos anteriores à crise, a China passou de um coeficiente de 3,6% em 1999 para 7,3% em 2008, um aumento pouco superior a 100%. Portanto, a formação do eixo sino-americano de acumulação na década de 1990 e a sua evolução até a eclosão da crise permitiu enormes ganhos de acumulação na China, diminuindo a diferença da sua posição com o centro. No caso do Brasil, os ganhos foram muito menores. O país passou do coeficiente de 18,19% em 1999 para 20,05% em 2008, um crescimento aproximado de 10%. Tendo desempenhado o papel de

supridor de matérias-primas e alimentos para o eixo sino-americano, os ganhos brasileiros foram muito menores do que o da China, que desempenhava papel de protagonista junto aos Estados Unidos na dinâmica do eixo.

Nos dez anos posteriores à crise, toda a economia-mundo capitalista foi atingida pelo fim do dinamismo do eixo sino-americano de acumulação. O coeficiente chinês cresceu aproximadamente 59% entre 2009 e 2018, passando de 9,05% em 2009 para 14,46% em 2018. Ou seja, há uma brusca diminuição do seu ritmo de crescimento, apesar de continuar em uma trajetória de diminuição da sua distância em relação ao centro da economia-mundo. O coeficiente do Brasil passou de 21,20% em 2009 para 20,05% em 2018, voltando ao patamar de 2008 (tabela 4). É importante notar que a desaceleração é sentida também no centro da economia-mundo. Como pode ser visto no gráfico 24, o PNB *per capita* do centro cresceu aproximadamente 20% no período de 1999 a 2008 e cerca de 9% no período de 2009 a 2018. Essa diminuição mostra que o pós-crise significa para a economia-mundo capitalista um momento de transição, em que a dinâmica anterior de expansão perde sua força e ainda não há uma dinâmica capaz de conduzir o sistema como um todo para uma nova expansão.

O estudo da evolução da posição estrutural da China e do Brasil a partir do comando econômico relativo reforça também a análise de Arrighi (2002) quanto aos grupos de países mais e menos beneficiados pelos processos que se consolidam na expansão financeira. A China, com a taxa de crescimento do seu coeficiente de 100%, é uma representante do grupo que se beneficiou mais da expansão financeira. O Brasil, com 10% de crescimento em seu coeficiente, representa os que se beneficiavam menos. Com a eclosão da crise de 2008, o arranjo que guiou a expansão financeira se viu em um impasse sistêmico, emergindo a necessidade de novas articulações para sustentar a expansão da economia-mundo. A crise marca então uma diminuição na expansão da economia-mundo como um todo, com o ritmo de crescimento do Brasil indicando até uma taxa negativa, que manteve o país estagnado no nível em que se encontrava quando a crise eclodiu.

4.4 – Síntese do capítulo: As trajetórias opostas da China e do Brasil

Este capítulo se dedicou à análise dos impactos da crise de 2008 na China e no Brasil, as suas estratégias de combate a eles e os efeitos desses processos na posição estrutural dos dois países. Conclui-se que, ao arrefecer o dinamismo marcado pelo período de formação e auge do eixo sino-americano de acumulação, a crise de 2008

diminuiu o ritmo da evolução da posição estrutural dos dois países, tanto em relação às posições na estratificação de renda quanto ao comando econômico relativo.

Os impactos imediatos da crise na China incidiram sobre medidas contracionistas em curso e que visavam a administração de preços internos, intensificando os efeitos pretendidos inicialmente. Executadas rapidamente após a eclosão da crise, as políticas expansionistas chinesas buscavam combater a desaceleração econômica e alguns dos desequilíbrios do seu processo de desenvolvimento vindo desde às reformas de 1978. Entretanto, acabaram exacerbando um deles, o sobreinvestimento. Sanados os impactos imediatos, a economia chinesa passa a buscar se adaptar à nova realidade sistêmica de exaustão do eixo sino-americano de acumulação. A tentativa de adaptação chinesa foi marcada pelas iniciativas de reequilibrar a importância do investimento e do consumo interno para o seu desenvolvimento. Esta é uma iniciativa ainda em andamento e que envolve a busca pela sofisticação do seu parque industrial e a articulação de um ambiente interno e regional que incentive a expansão econômica. Como consequência, espera-se que essa iniciativa também diminua a importância do centro da economia-mundo para essa expansão. Esses processos se expressam na posição estrutural da China através do seu avanço na hierarquia mundial de riqueza. Apesar do ritmo mais acelerado antes da crise de 2008, a China consegue manter esse avanço, mostrando que as novas estratégias têm efeitos positivos na ascensão chinesa.

No caso brasileiro, os impactos imediatos da eclosão da crise foram a intensa saída de capitais e a diminuição da quantidade e do valor das suas exportações, em grande parte *commodities*. As políticas de combate a esse efeito visavam manter o mercado consumidor aquecido, expandir a liquidez da economia e os investimentos. A solidez macroeconômica, construída no período em que foi um sócio menor do eixo sino-americano, e os efeitos positivos da recuperação chinesa permitiram ao Brasil superar rapidamente a recessão. O país passava então a enfrentar os impactos duradouros da crise de 2008 em um contexto de tentativa de reforma do seu modelo liberal periférico, que fracassa em grande medida devido à instabilidade do contexto sistêmico, que gera significativos impactos negativos ao setor industrial brasileiro. Deve ser notado que a desarticulação do dinamismo sistêmico pré-crise afeta bastante o dinamismo brasileiro, que não consegue se adaptar à nova realidade e, ao reforçar o seu modelo liberal periférico, fica cada vez mais à mercê de processos sistêmicos que não controla. A vulnerabilidade desse modelo de acumulação é refletida na pequena evolução da sua posição na estratificação da riqueza mundial tanto antes da crise, como depois. Em relação

ao comando econômico relativo, a tendência de diminuição desde o início da expansão financeira só é interrompida com a articulação do Brasil ao eixo sino-americano de acumulação. Contudo, os efeitos duradouros da crise e o acirramento do modelo liberal periférico revertem esses ganhos, que voltam ao ponto que estava em 2008.

Conclui-se que os impactos imediatos da crise de 2008 têm um efeito de pouca relevância na evolução da posição estrutural da China e do Brasil. Contudo, os impactos duradouros, com a redução do dinamismo da economia-mundo capitalista, diminuem a intensidade da evolução das posições desses países, e no caso brasileiro instaura até mesmo uma reversão. Observou-se como as diferenças entre os impactos estão ligados aos papéis que os dois países desempenham na economia-mundo, reforçados pelos modelos de acumulação implantados durante a conjuntura. Enquanto a China construiu um modelo capaz de controlar a forma de articulação à economia-mundo capitalista, o Brasil ergueu um modelo que entregava ao mercado o comando dessa articulação. Assim, a China conseguiu somar ganhos cada vez maiores com o desenrolar da conjuntura, chegando ao ponto de se tornar essencial para a manutenção dos processos que a formavam, enquanto o Brasil se apropriava de ganhos menores. Com a diminuição do dinamismo, a China está sendo capaz de criar meios de avançar em suas posições, enquanto o Brasil segue a tendência de perda de dinamismo e das posições conquistadas.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta dissertação era comparar os impactos da crise de 2008 na posição estrutural da China e do Brasil na economia-mundo capitalista. Para realizar esse objetivo, foi necessário percorrer quatro etapas. A primeira foi a caracterização dos principais processos que organizam a conjuntura que abarca o fenômeno da crise, comparando também como a China e o Brasil se articulavam a esses processos. A segunda foi a identificação das características dos processos conjunturais que levaram à eclosão da crise e as consequências desta para a economia-mundo capitalista. A terceira consistiu em apresentar os impactos da crise na China e no Brasil e as respostas dadas pelos países. A última etapa foi a identificação e a comparação dos impactos na posição estrutural dos dois países. Este capítulo apresenta e reflete sobre os principais resultados de cada etapa.

Seguindo o conceito dos ciclos sistêmicos de acumulação, identificamos a partir de pesquisa bibliográfica que o ciclo estadunidense ingressou em 1980 na sua fase de expansão financeira. Essa nova conjuntura era sustentada principalmente pelos processos de financeirização da economia e de reestruturação produtiva mundial, que se viabilizavam mutuamente. Esses processos se consolidam quando foram instrumentalizados pelos EUA para recuperar as taxas de lucro de suas empresas e para sustentar o seu poder mundial.

Entendemos que as diferenças entre as articulações da China e do Brasil à nova conjuntura estão ligadas em primeiro lugar às mudanças em seus modelos de acumulação contemporâneas às formações dos dois processos sistêmicos. A China foi pouco afetada pelas circunstâncias sistêmicas que rearticulam a conjuntura na década de 1970 porque o modelo de acumulação que adotava até 1978 estava muito pouco integrado à economia-mundo capitalista. Com as reformas de Deng Xiaoping, o novo modelo se inseria gradualmente à economia-mundo, com o Estado controlando essa integração. De maneira oposta, o Brasil foi severamente impactado pela crise sinalizadora porque o seu modelo de acumulação estava fortemente integrado aos processos sistêmicos que guiavam a conjuntura anterior, portanto, a exaustão daqueles processos implicou na exaustão do seu próprio modelo. O modelo atual foi construído de modo a se adaptar à conjuntura de expansão financeira, necessitando fragilizar o aparato estatal que intervinha na forma de integração do país à economia-mundo.

As reformas dos respectivos modelos resultaram em papéis muito distintos dos países no sistema-mundo capitalista a partir de 1980. A China se integrou ao ambiente produtivo regional do Leste Asiático que sustentava a expansão financeira sistêmica. À

medida que se integrava a esse ambiente, passava a centralizá-lo ao redor de sua economia nacional, tornando-se cada vez mais importante para a sustentação da própria conjuntura. Com a intensificação dessa integração, formou-se o eixo sino-americano de acumulação, que passou a articular toda a expansão da economia-mundo a partir da segunda metade da década de 1990. Por manter o controle do Estado sobre a sua economia, a China foi capaz de traduzir a integração em ganhos crescentes na sofisticação do seu parque industrial e da sua capacidade de acumular excedentes em seu território. O Brasil, por sua vez, ao desarticular seu aparato estatal, transformou o mercado no principal controlador de sua integração. O país passou então a enviar capital para a acumulação financeira nos países centrais, o que realçava sua vulnerabilidade externa e limitava sua capacidade de alterá-la. Na condição de grande exportador de *commodities*, contribuía para o funcionamento do eixo sino-americano, o que permitiu reverter a trajetória decrescente do seu coeficiente de comando econômico relativo que vinha desde o início da nova conjuntura. Contudo, com a eclosão da crise de 2008, essa recuperação relativa perde fôlego e o país volta para a trajetória de reversão anterior.

Esperamos que esta dissertação tenha mostrado evidências de que os próprios processos que solucionaram a crise sinalizadora da hegemonia dos EUA foram responsáveis pela eclosão da crise de 2008. Com a pesquisa bibliográfica, constatou-se que as explicações que focavam exclusivamente na financeirização da economia estadunidense para explicar a crise não se atentavam, ou colocavam em segundo plano, as características do arranjo sistêmico que a gestou. Os processos de financeirização da economia e de reestruturação produtiva, apesar de se retroalimentarem, geravam um desequilíbrio estrutural inerente à sua dinâmica. Esse desequilíbrio levava à formação de bolhas especulativas que se sucederam durante a conjuntura.

Contudo, enquanto os principais atores responsáveis por guiar os dois processos eram os Estados Unidos e os seus aliados do período após a Segunda Guerra Mundial, os EUA foram capazes de administrar essa instabilidade via a articulação das taxas de câmbio e a execução de reformas econômicas nos países aliados. A novidade nesse processo veio da formação do eixo sino-americano de acumulação, que elevou a China ao papel de principal parceira dos EUA na condução do desequilíbrio estrutural da conjuntura. Diferentemente dos aliados estadunidenses, a relativa autonomia geopolítica da China permitia-lhe colocar os seus interesses à frente dos interesses dos Estados Unidos. Como a fórmula para administração do desequilíbrio estrutural ia contra os interesses chineses, a manutenção do arranjo da expansão financeira chegava a um limite.

Na perspectiva adotada nesta dissertação, a eclosão da crise de 2008 passa a ter duas categorias de impactos para os países de fora do circuito financeiro dos títulos *subprime*. A primeira categoria são os impactos imediatos, resultados da recessão profunda que abateu os países centrais, que consistiam na diminuição do comércio internacional e dos fluxos financeiros internacionais. A segunda categoria são os impactos duradouros, resultados do fim da sinergia do eixo sino-americano de acumulação, consistindo então no desarranjo sistêmico que leva à diminuição do dinamismo mundial e a tentativas por parte dos países centrais de recuperar seus dinamismos principalmente via expansionismo monetário.

Reconhecidos os impactos da crise de 2008, passou-se a examinar como os impactos interagem com os modelos chinês e brasileiro e quais foram as respostas direcionadas a combatê-los. Ambos os países sofreram com a redução do comércio internacional. A recessão nos países centrais diminuiu o mercado das exportações chinesas, o que causou uma desaceleração econômica na China ao se somar aos efeitos da política contracionista que buscava ajustes internos no desenvolvimento chinês. O Brasil sofreu os efeitos da redução do comércio internacional principalmente via diminuição das importações chinesas de suas *commodities*, cujos preços também diminuíram. Dessa forma, enquanto o setor industrial chinês foi o mais atingido pela redução dos fluxos comerciais internacionais, no Brasil, o setor primário foi o mais atingido inicialmente, refletindo as diferenças entre os papéis que os dois países desempenhavam na economia-mundo capitalista.

A redução dos fluxos financeiros internacionais teve consequências piores no Brasil que na China. Enquanto no país asiático esse impacto se materializou como uma redução dos investimentos diretos externos no ano de 2009, se recuperando logo no ano seguinte, no Brasil implicou não somente na redução da entrada de capitais, como também no aumento da saída. Essa diferença se dá pelas peculiaridades dos modelos de cada país. A abertura do Brasil à livre movimentação de capital fazia parte do tripé macroeconômico que administrava o modelo, incentivando a integração do país aos circuitos financeiros internacionais que sustentavam a acumulação financeira. Na China, havia um forte controle estatal da conta de capitais que impedia que tal volatilidade ocorresse. Então, além da desaceleração econômica, o Brasil também viu sua moeda depreciar nesse momento imediato da eclosão da crise.

As respostas aos efeitos imediatos da crise dos dois países possuem mais semelhanças que diferenças, porém essas diferenças se mostraram muito relevantes nos

anos posteriores. A semelhança entre as respostas se dá principalmente pela forma, pacotes de estímulos fiscais, expansão da liquidez e políticas sociais para manutenção do emprego, buscando estabilidade social e aquecimento do mercado interno. Ambos os países estavam em boas condições macroeconômicas para lidar com os choques externos, resultados dos ganhos que tiveram no período de formação e auge do eixo sino-americano de acumulação. Uma diferença importante entre essas respostas está ligada à diferença entre os modelos de cada país. A China lançou o maior pacote fiscal dos países do G20, adotando um leve déficit, e o Brasil, por sua vez, apesar do esforço fiscal, manteve a sua política de geração de superávit primários mesmo no contexto da crise. Os pacotes de ambos visavam combater também alguns desequilíbrios dos seus modelos, porém acabaram reforçando outros. No caso chinês, o principal desequilíbrio reforçado foi a tendência ao sobreinvestimento, o que aumentou a capacidade ociosa no país e posteriormente gerou efeitos negativos na produção mundial. No caso brasileiro, as políticas de aquecimento do mercado interno fizeram a demanda transbordar para o mercado internacional, atingindo negativamente principalmente o setor secundário, estagnado desde o início da conjuntura de expansão financeira.

Os resultados positivos das políticas de combate aos impactos imediatos da crise de 2008 foram sentidos pelos países logo no segundo semestre de 2009. Contudo, o período pós-crise foi marcado pelos efeitos duradouros da crise. O que esperamos ter mostrado nesta dissertação é que os desdobramentos das ações da China e do Brasil nesse período ainda estão em aberto, dado que esses processos ainda estão em andamento. Na China, foi um período de consolidação dos avanços na conjuntura de expansão financeira, com o lançamento de importantes iniciativas para fazer com que o seu processo de desenvolvimento dependesse mais de dinâmicas regionais e internas, diminuindo a importância dos países centrais para o seu desenvolvimento. No Brasil, o período foi de muita instabilidade, iniciada com uma tentativa fracassada de reformar o modelo liberal periférico, que desaguou em um acirramento do modelo. Como consequência, os pequenos ganhos que a articulação ao eixo sino-americano proporcionou começaram a ser desmontados e o setor industrial, que lutava para se manter no nível do início da expansão financeira, iniciou um período de claro retrocesso com o fortalecimento da desindustrialização no país.

Conclui-se então que o arrefecimento do eixo sino-americano causado pela crise de 2008 gerou um período em que as tendências identificadas durante a conjuntura de expansão financeira foram reforçadas. Essa constatação foi reafirmada pelo estudo

quantitativo da evolução da posição estrutural da China e do Brasil tanto pela ótica das posições na estratificação de renda mundial, como pela do coeficiente do comando econômico relativo dos dois países. As duas análises apontaram para uma diminuição do ritmo da evolução da China, do Brasil e da economia-mundo capitalista como um todo no período posterior à crise (2009-2019), em comparação com o período anterior (1980-2008). Essa constatação corrobora a visão da crise de 2008 como o fim da simbiose do eixo sino-americano de acumulação e, dada a centralidade do funcionamento desse eixo para a sustentação dos processos de financeirização da economia e reestruturação produtiva mundial, corrobora também a interpretação da crise como uma limitação à evolução da própria expansão financeira. Uma vez que os processos ainda estão se desenvolvendo, como já dito anteriormente, ainda é cedo para categoricamente qualificar esse limite como o fim da conjuntura ou apenas um limite a ser ultrapassado a partir da rearticulação dos processos que a sustentam.

Analisando especificamente os dados sobre a evolução da China e do Brasil na estratificação de renda mundial, encontramos ritmos distintos de evolução. De 1980 até 2008, a China conseguiu se elevar dos estratos de renda inferiores para os intermediários, mostrando o quão beneficiada foi pelos processos da nova conjuntura. No mesmo período, o avanço do Brasil foi em uma escala muito menor, parecendo acompanhar a evolução da economia-mundo como um todo, não apresentando ganhos tão relevantes com o novo momento sistêmico. No período de 2008 a 2018, a movimentação de ambos diminuiu de ritmo, seguindo a tendência sistêmica. Porém a China ainda apresenta uma evolução maior que a do Brasil, apesar de não ser o suficiente para a igualar ao nível de renda dos países centrais, ao menos por enquanto.

Quando nos voltamos para a análise do comando econômico relativo, buscamos comparar a dinâmica exclusiva de evolução dos dois com a evolução dos países centrais. Com esses dados, vemos que aumentam ainda mais as diferenças entre a China e o Brasil no período. A China evoluiu de um coeficiente de 1,1% do comando econômico relativo ao comando médio dos países centrais em 1980 para 7% em 2008, revelando mais uma vez como os processos conjunturais se traduziram em ganhos econômicos para o país. O Brasil, no mesmo período, passou do coeficiente de 26,7% para 19,7%, o que ressalta como a construção do modelo liberal periférico e sua articulação à conjuntura fez retroceder ganhos conquistados na fase de expansão material do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense. No período posterior à crise, o coeficiente chinês passou de 7,97% em 2009 para 14,35% em 2019, enquanto o brasileiro foi de 20,44% em 2009 para

19,37% em 2019. Constatamos então como o período pós-crise teve efeito opostos na trajetória dos dois países. Enquanto a China conseguiu construir estratégias que mantiveram a trajetória de avanço do seu poder econômico relativo, apesar de ser em menor intensidade que no período anterior, o Brasil não foi capaz de seguir o mesmo caminho, experimentando inclusive retrocesso parcial de ganhos que havia conquistado com a articulação ao eixo sino-americano de acumulação em paralelo às políticas de incentivo ao investimento e ao mercado interno.

Ao iniciarmos esta pesquisa, acreditávamos que os impactos da crise de 2008 teriam o efeito de reforçar no pós-crise as tendências observadas no período anterior à crise. Assim, após a crise de 2008, esperávamos encontrar um fortalecimento da ascensão da China e um acirramento da estagnação brasileira que pudesse até mesmo configurar um retrocesso. Entretanto, não havíamos considerado que os efeitos duradouros da crise fossem provocar uma diminuição do dinamismo da economia-mundo como um todo. Assim, apesar de a análise bibliográfica e de dados setoriais das economias da China e do Brasil indicarem a intensificação das tendências, seria necessário esperar a viabilidade da consolidação dessas tendências em processos que redinamizem o sistema-mundo capitalista e permita o seu reflexo nos dados sobre a posição estrutural analisados.

Acreditamos que esta dissertação contribui para o campo das Relações Internacionais ao se debruçar sobre a temática da crise de 2008 e realizar o esforço para pensar sua articulação e consequências para a evolução do sistema-mundo moderno e para importantes atores, como a China e o Brasil. Ademais, ela abre caminhos para novos estudos que explorem aspectos que o desenho desta pesquisa não permitiu explorar mais profundamente. Reflitamos brevemente sobre três desses aspectos que consideramos no momento os mais relevantes para o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas a esta.

Devido ao arcabouço teórico-metodológico baseado nos ciclos sistêmicos de acumulação e à temática da crise de 2008, esta dissertação se limitou exclusivamente à relação entre o tempo conjuntural e a um evento, a crise de 2008. Como os ciclos sistêmicos privilegiam o estudo da sucessão de conjunturas para compreender as mudanças estruturais, a concentração em uma única fase de um desses ciclos acaba por diminuir a capacidade explicativa desse conceito para a mudança estrutural do sistema-mundo capitalista. Todavia, para estudar a evolução estrutural, algum trabalho deve ser feito sobre as conjunturas que a compõem. Assim, ao ocupar esse espaço, esta dissertação

se torna uma contribuição e um convite para pesquisas futuras que escolham estudar a relação entre o evento e a conjuntura aqui abordados com as estruturas que os envolvem.

Essa reflexão sobre abordar uma temporalidade mais ampla também deve ser feita em relação aos países aqui examinados. Considerando que tratamos de países de fora do centro da economia-mundo capitalista, a busca pela compreensão da relação entre a movimentação estudada nesta dissertação e as trajetórias anteriores devem render importantes contribuições sobre a relação entre elas, assim como também é importante considerar a influência dos alicerces formados no período estudado para trajetórias futuras. No caso da China, devido à sua progressiva centralidade no sistema histórico, o aprofundamento nas particularidades do seu modelo de acumulação também é importante para se pensar a longa duração, principalmente se o que estiver ocorrendo nesse país realmente se consolidar como socialismo com características chinesas. Esta dissertação não pôde se dedicar a esse aspecto, mas consideramos uma temática essencial para novos estudos sobre a evolução estrutural do sistema-mundo capitalista.

A expansão do horizonte espacial também é mais um caminho que se abre a partir dos nossos resultados. Foram estudados dois países de grande relevância para as regiões que são parte. Assim, já há aqui um modelo para se pensar as formas de articulação das duas regiões como um todo aos processos conjunturais e à crise de 2008. Futuras pesquisas com essas novas fronteiras podem revelar propriedades estruturais às quais os dois países estão inseridos e não tivemos espaço para identificar aqui. Assim, a ampliação dos recortes temporais e espaciais podem ser uma forma de aprofundar o entendimento dos próprios fenômenos que examinamos nesta dissertação.

O terceiro caminho aberto aqui tem relação com a separação metodológica entre os aspectos econômicos e os políticos. Por mais que tenhamos desde o início nos atentado para os aspectos políticos dos processos examinados aqui, a metodologia usada isolava esses aspectos, dedicando-se exclusivamente ao estudo da hierarquia mundial de riqueza. Com a análise do lado econômico desses processos realizada, é possível pensar formas de se combinar essa contribuição com novas metodologias que busquem identificar as relações entre as dinâmicas das movimentações na hierarquia mundial de riqueza com a movimentações na hierarquia mundial de poder. Além disso, consideramos relevante também que novos estudos busquem se virar para a dinâmica política entre as forças sociais que disputam o comando dos dois Estados aqui estudados. Compreender essas dinâmicas podem fortalecer o entendimento sobre as escolhas desses Estados que levaram

às variações das posições deles na hierarquia de riqueza da economia-mundo capitalista observadas nesta dissertação.

Em síntese, os resultados desta dissertação permitem entender a relevância da crise de 2008 para o sistema-mundo moderno e observar as mudanças e permanências que ela provoca na conjuntura de expansão financeira estadunidense, na China e no Brasil. Abre-se, a partir de então, uma agenda de pesquisa bastante diversa. A expansão do recorte temporal e espacial e a inclusão dos aspectos políticos podem gerar importantes contribuições sobre os rumos percorridos pelas três entidades aqui estudadas (a economia-mundo capitalista, a China e o Brasil) e permite vislumbrar também os rumos a serem percorridos nesse momento atual de rearticulação do sistema-mundo moderno. Contudo, sobre esse último ponto, ainda é cedo para sabermos quais movimentações se consolidarão em novas formas de organizar a acumulação de riqueza e de poder na economia-mundo capitalista, se serão capazes de construir uma nova conjuntura sistêmica, ou até mesmo construir novas estruturas que superem as que hoje organizam e caracterizam o atual sistema social histórico como capitalista. Apenas o desenrolar da História poderá revelar o tipo de rearticulação em que estamos inseridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANESI, S.; DE GIORGI, G.; NOSAL, J. 2017. Credit Growth and the financial crisis: a new narrative. *NBER Working Papers 23750*, National Bureau of Economic Research, Inc.

AMIN, S. 2005. China, Market Socialism, and U.S. Hegemony. *Review*, vol.28, n.3, p.259-279.

ANTUNES, R. 2002. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). *Caderno CRH*, n.37, jul/dez, p.23-45.

ARAÚJO, V.; GENTIL, D., 2011. Avanços, recuos, acertos e erros: uma análise da resposta da política econômica brasileira à crise financeira internacional. Textos para discussão IPEA 1602. Rio de Janeiro.

AREND, M. 2009. 50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre.

AREND, M., 2013. O Brasil e o longo século XX: condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. In: VIEIRA, R. (Org), *Brasil, China e os EUA na atual conjuntura da Economia-Mundo Capitalista*. Editora UNESP, Marília.

ARRIGHI, G. 1996. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Editora UNESP/Contraponto.

ARRIGHI, G. 1998. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Editora Vozes.

ARRIGHI, G. 2002. The African crisis: World Systemic and regional aspects. *New Left Review*, n.15, p.5-36.

ARRIGHI, G. 2007. *Adam Smith in Beijing*. Londres e Nova Iorque, Verso.

ARRIGHI, G. 2008. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo, Boitempo.

ARRIGHI, G. e DRANGEL, J. 1986. "Stratification of the World-economy: An exploration of the Semiperipheral Zone". *Review (Fernand Braudel Center)* 10(1), p. 9-74.

ARRIGHI, G. e DRANGEL, J. 1998. A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona periférica. In: ARRIGHI, G. 1998. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Editora Vozes, p. 137-206.

ARRIGHI, G.; HUI, P.; HUNG, H.; SELDEM, M. 2003. Historical capitalism, East and West. In: ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDEN, M. 2003. *The Resurgence of East Asia*. Londres e Nova Iorque, RoutledgeCurzon.

ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDEN, M. 2003. *The Resurgence of East Asia*. Londres e Nova Iorque, RoutledgeCurzon.

BABONES, S. J. 2005. The Country-Level Income Structure of the World-Economy. *Journal of World-Systems Research*, XI, I, July, p.29-55.

BARBOSA, N. 2010. Latin America: counter-cyclical policy in Brazil: 2009-09. *Journal of Globalization and Development*, vol.1, n.1, p.1-12.

BARBOSA, N., 2013. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Boitempo, São Paulo.

BARBOSA, N. 2020. De Dilma a Bolsonaro: la política económica de Brasil de 2011 a 2019. *El Trimestre Económico*, vol.LXXXVII (3), n.347, julio-septiembre, p.597-634.

BARROSO, A.; SOUZA, R. 2013. Apresentação. In: BARROSO, A.; SOUZA, R. (Org.) *A Grande Crise Capitalista Global 2007-2013*. São Paulo: Editora Anita e Fundação Maurício Grabois.

BARROSO, A. 2019. *Dimensões e tendências da grande crise capitalista contemporânea (2007-2017)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

BERBEROGLU, B. 2011. The Global Capitalist Crisis and its aftermath. In: BERBEROGLU, B. (Org.). *Beyond the Global Capitalist Crisis: The World Economy in Transition*. Burlington: Ashgate.

BÉRTOLA, L; OCAMPO, J. A. *O Desenvolvimento Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. 2013. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. In: Bielschowsky, R., *Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*, vol. 1, p. 137-210. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Brasília.

BLANCHARD, O.; DAS, M.; FARUQEE, H., 2010. The initial impact of the crisis on emerging market countries. In: *Brooking's Papers on Economic Activity*, spring, Washington.

BORDO, M., 2008. An historical perspective on the crisis of 2007-2008. *NBER Working Paper Series*, Cambridge.

BRUNO, M.; CAFFE, R. 2017. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. *Economia e Sociedade*, vol.26, número especial, p.1025-1062.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em Crise: A Economia Brasileira no último quarto do Século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARNEIRO, R. 2017. Navegando a contravento (Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff). *Texto para Discussão*, n.289, Unicamp, IE.

CARVALHO, D. F.; CARVALHO, A. C. 2011. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. In: *Revista Economia Ensaios*, 26 (1), Uberlândia, jul/dez.

CARVALHO, L. 2018. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia.

CARVALHO, L.; KUPFER, D. A transição estrutural da indústria brasileira: da diversificação para a especialização. *Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia da ANPEC*, 2007.

CARVALHO, L.; RUGITSKY, F., 2015. Growth and distribution in Brazil the 21st century: revisiting the wage-led versus profit-led debate. *Working Paper Series FEA-USP*, n. 2015-25, São Paulo.

CHERNILO, D. 2006. Social Theory's Methodological Nationalism: Myth and Reality. *European Journal of Social Theory*, vol. 9 n.1, p. 5-22.

CHESNAIS, F. 2005. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo.

CHOW, D. 2010. China's Response to the Global Financial Crisis: Implications for US-China Economic Relations. *The Global Business Law Review*, vol. 1, n. 1. p. 47-81.

CINTRA, M.; PINTO, E. 2017. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 37, n.2 (147), p.381-400.

CINTRA, M. 2013. A dinâmica do sistema financeiro chinês. In: BARROSO, A.; SOUZA, R. (Org.). *A Grande Crise Capitalista Global 2007-2013*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois.

COUTINHO, L. 1992. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudanças. *Economia e Sociedade*, vol.1, n.1 agosto.

CROTTY, J., 2009. Structural causes of the global financial crisis: a critical assessment of the new financial architecture. *Cambridge Journal of Economics*, n. 33, p. 563-580. Cambridge.

DE CONTI, B.; BILKSTAD, N., 2017. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser. *Texto para discussão*, Unicamp, IE, n. 292, Campinas.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. 2005. O neoliberalismo sob hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, F. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo.

DREIFUSS, R. 1964: *A conquista do Estado*. RJ: Editora Vozes, 1981.

EDEY, M. The Global Financial Crisis and Its Effects. *Economic Papers*, vol.28, n.3, p.186-195.

EICHENGREEN, B., 2008. Origins and responses to the current crisis. *CESifo Forum*, vol. 9, n. 4, p. 6-11, Munich.

EVANS, T. 2011. Cinco explicações para a crise financeira internacional *Revista Tempo do Mundo*, vol.3, n.1.

FANG, C.; YANG, D.; MEIYAN, W., 2009. Crise e oportunidade: resposta da China à crise financeira global. *Revista Tempo do Mundo*, vol. 1, n.1, Brasília.

FERGUSON, N.; e SCHULARICK, M. 2011. The end of Chimerica. *International Finance*, vol 14 n.1, p.1-26.

FERNANDEZ, R.; BORTZ, P.; ZEOLLA, N. 2018. The politics of quantitative easing. Amsterdam: SOMO.

FILGUEIRAS, L. 2006. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. *Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R., 2007. *A Economia Política do Governo Lula*. Contraponto, Rio de Janeiro.

FINDLAY, R.; O'ROURKE, K. *Power and Plenty: trade, war, and the world economy in the second millennium*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

FIORI, J. L. C. 2008. O Sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, J. L. C.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. (Org.) *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, p. 173-277.

FOSTER, J. B. e MAGDOFF, F. 2009. *The Great Financial Crisis*. Monthly Review Press: Nova Iorque.

GAMA, F; e CAMARGO, C. 2018. From Farmers to Firms: United States and China in a Shifting World Order. *Conjuntura Internacional*, vol.15 n.2, p.11-21.

GONÇALVES, R. *Desenvolvimento às avessas: Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GORE, C. 1996. Methodological Nationalism and the Misunderstanding of East Asian Industrialization. *The European Journal of Development Research*, vol. 8 n.1, p.77-122.

GUTTMAN, R. 2008. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças; *Novos Estudos – CEBRAP*, n.82, p.11-33.

HARVEY, D. 2011. *O enigma do capital*. São Paulo, Boitempo.

HELLEINER, E. 1994. *States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca e Londres, Cornell University Press.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. 2016. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. *Revista Tempo do Mundo*, vol.2, n.1.

HIRATUKA, C., 2018. Changes in the Chinese development strategy after the global crisis and its impacts in Latin America. In: *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 22, n. 1, p.1-25, Rio de Janeiro.

HUANG, Y. 2008. *Capitalism with Chinese characteristics: entrepreneurship and the state*. Cambridge, Cambridge University Press.

HUNG, H. 2008. Rise of China and the global overaccumulation crisis. *Review of International Political Economy*, vol.15, n.2, p.149-179.

HUNG, H. 2016. *The China boom: why China will not rule the world*. Nova Iorque: Columbia University Press.

IVANOVA, M. 2011. Money, housing, and world market_ the dialectic of globalised production. *Cambridge Journal of Economics*, n.35, p.853-871.

JABBOUR, E.; DANTAS, A. 2021. Ignacio Rangel na China e a “Nova Economia do Projeto””. *Economia e Sociedade*, vol.30, n.2(72), p.287-310.

JENKINS, R., 2010. China’s Global Expansion and Latin America. *Journal of Latin American Studies*, vol.42, n.4, p. 809-837.

KARATASLI, S. 2017. The Capitalist World-economy in the Longue Durée: Changing Modes of the Global Distribution of Wealth, 1500-2008. *Sociology of Development*, vol.3 n.2, p. 163-196.

KENTOR, J. 2000. *Capital and Coercion: The Economic and Military Processes that have shaped the World Economy 1800-1990*. New York: Garland Publishing.

KHATIWADA, S., 2009. Stimulus packages to counter global economic crisis: a review. Geneva: IILS (Texto para Discussão, n. 196).

KICK, E. L. 1987 World-System Structure, Nationalist Development, and the Prospects for a Socialist World Order. In: BOSWELL, T.; BERGSEN, A. (Orgs.) *America's Changing Role in the World-System*. New York: Praeger, p.127-155.

KINDLEBERGER, C. e ALIBER, R. 2005. *Manias, panics, and crashes*. Hoboken, John Wiley & Sons, Inc.

KUPFER, D.; e CARVALHO, L. 2007. Síndrome macroeconômica, competitividade e crescimento. Comentários. In: Fórum Especial Internet, 2. Rio de Janeiro: 28 e 29 de março de 2007. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos, 2007. Mimeo.

KRIPPNER, G. 2005. The financialization of the American economy. *Socio-Economic Review*, vol. 3, p. 173-208.

KRIPPNER, G. 2011. *Capitalizing on crisis: The political origins of the rise of Finance*. Cambridge, Harvard University Press.

LI, M. 2008. *The Rise of China and the Demise of the Capitalist World-Economy*. London: Pluto Press.

LOPES, M. A., 2003. Um tempo para a história. In: LOPES, M. A. (Org). *Fernand Braudel: Tempo e História*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

LOPES, V. 2017. A reprimarização das exportações brasileiras em uma perspectiva histórico-mundial de longa e média durações. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis.

MANOKHA, I.; CHALABI, M. 2011. The latest financial crisis: IR goes bankrupt. *Research Questions*, nº38.

MARTINS, C. E. 2009. A teoria da conjuntura e a crise contemporânea. *Polis Revista Latinoamericana*, n 24. CISPO.

MEDEIROS, C. 1997. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, M.; FIORI, J. L. C. (Org.). *Poder e dinheiro*. Rio de Janeiro: Vozes.

MEDEIROS, C. 1999. China: entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, J. L. (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes.

MEDEIROS, C. 2006. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. *Revista de Economia Política*, vol.26, n.3(103), p.381-400.

MEDEIROS, C. 2010a Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao “nacionalismo metodológico”. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol.19 n.3 (40), p.637-645, dez.

MEDEIROS, C., 2010b. O Ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios. *Textos Avulsos*, n.3. Observatório da economia global, Campinas.

MEDEIROS, C. 2013. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*. Brasília, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

MIRANDA, J. C.; TAVARES, M. C. 1999. Brasil: estratégias de conglomeração. In: FIORI, J. L. (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes.

MORAIS, I. 2012. Cadeias produtivas globais e agregação de valor: a posição da China na indústria eletroeletrônica. *Revista Tempo do Mundo*, vol.4, n.3.

NAUGHTON, B. 2007. *The Chinese economy: transitions and growth*. Cambridge, The MIT Press.

NEMETH, R.; SMITH, D. A. 1985. International Trade and World-System Structure: A Multiple Network Analysis. *Review*, 8, p.517-560.

- NOGUEIRA, I. 2021. O Estado na China. *OIKOS*, vol.20, n.1, p.6-16.
- OCAMPO, J.; PARRA, M. 2006. The Dual Divergence: Growth Successes and Collapses in the Developing World since 1980. *DESA Working Paper* n.24, junho.
- OURIQUES, H. R., 2011. A ascensão do Leste Asiático: uma síntese sobre a interpretação de Giovanni Arrighi. *Teoria & Pesquisa*, v.20, p.149-165.
- OURIQUES, H. R., 2013. O Ressurgimento da China e suas consequências para a América Latina e o Brasil. In: VIEIRA, R. (Org), *Brasil, China e os EUA na atual conjuntura da Economia-Mundo Capitalista*. Editora UNESP, Marília.
- OURIQUES, H. R.; e VIEIRA, P. A. 2017. A condição semiperiférica do Brasil na economia-mundo capitalista: novas evidências. *Revista Carta Internacional*. Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p.199-228.
- PALAT, R. A. 2012. Much ado about nothing? World-historical implications of the reemergence of China and India. *International Critical Thought*, 2(2), p.139-155.
- PALMA, J. 2009. Flying geese and waddling ducks: the diferente capabilities of East Asia and Latin America to “demand-adapt” and “supply-upgrade” their export productive capacity. In: CIMOLI, D.; DOSI, G.; STIGLITZ, J. (Org.). *The Political Economy of Capabilities Accumulation: the Past and Future of Policies for Industrial Development*. Oxford, Oxford University Press.
- PAULA, L.; MODENESI, A.; PIRES, M., 2013. The tale of the contagion of two crises and policy responses in Brazil. *Textos para discussão IE-UFRJ* 016-2013.
- PEREZ, C. 2002. *Technological Revolutions and Financial Capital: The Dynamics of Bubbles and Golden Ages*. Cheltenham: Edward Elgar.
- PEREZ, C. 2009. The double bubble at the turn of the century: technological roots and structural implications. *Cambridge Journal of Economics*, n.33, p.779-805.
- PEREZ, C. 2011. Finance and technical change: a long-term view. *African Journal of Science, Technology, Innovation and Development*. Vol.3, n.1, p.10-35.

PETTIS, M. 2013. *The Great Rebalancing: trade, conflict and the Perilous Road Ahead for the World Economy*. Princeton: Princeton University Press.

PINTO, E., 2009. Política econômica do Governo Lula e os limites do crescimento. In: GOMES, F.; PINTO, E. *Desordem e Regresso: o período de ajustamento neoliberal no Brasil, 1990-2000*. Mandacaru, São Paulo.

PINTO, E., 2011. O Eixo sino-americano e a inserção externa brasileira: antes e depois da crise. *Texto para Discussão 1652*, IPEA, Brasília.

PINTO, E.; PINTO, J.; SALUDJIAN, A.; NOGUEIRA, I.; BALANCO, P.; SCHONERWALD, C.; BARUCO, G. 2019. A Guerra de Todos Contra Todos e a Lava-Jato: A crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 54, set-dez, p.108-147.

PONTES, R., 2018. A Gestão da crise financeira de 2008 pela China: o papel do Estado na implementação de políticas anticíclicas e desafios subsequentes. *Brazilian Journal of International Relations*, vol. 7, n. 1, p. 203-223, Marília.

PROTTI, A. T. 2015. China: uma análise do papel das exportações e do investimento doméstico para o modelo de desenvolvimento econômico no período recente. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. 1992. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, n.134, p.583-591.

REIS, J. C. 2003. A temporalidade e os seus críticos. In: LOPES, M. A. (Org). *Fernand Braudel: Tempo e História*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

ROCHE, M. 1995. Citizenship and modernity. *The British Journal of Sociology*, vol 46, n. 4, dez., p. 715-733.

SAAD-FILHO, A. Varieties of Neoliberalism in Brazil (2003-2019). *Latin American Perspectives*, vol.47, (1), p.9-27.

SARTI, F.; e HIRATUKA, C. 2017. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. *Textos para Discussão*. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

SHAIKH, A. The first great depression of the 21st century. *Socialist Register*, fall, p.44-63.

SHERMAN, H. 2011. The Great Recession and the Financial Crisis in the United States, the epicenter of the Global Capitalist Crisis. In: BERBEROGLU, B. (Org.). *Beyond the Global Capitalist Crisis: The World Economy in Transition*. Burlington: Ashgate.

SILVER, B.; ARRIGHI, G. 2012. O fim do longo século XX. In: VIEIRA, P. A.; VIEIRA, R. L.; FILOMENO, F. A. (Org). *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. Editora Cultura Acadêmica, São Paulo. p.77-96.

SMITH, D. A.; WHITE, D. R. 1991. Structure and Dynamics of the Global Economy: Network Analysis of International Trade 1965-1980. *Social Forces*, 70, p.857-893.

SNYDER, D.; KICK, E. 1979. Structural Position in the World-System and Economic Growth, 1955-1970: A Multiple-Network Analysis of Transnational Interactions. *American Journal of Sociology*, 84, p.1096-1126.

SO, A. Y.; CHIU, S. W. K. 1995. *East Asia and the World-economy*. London e New Delhi: SAGE Publications.

STRANGE, S. 1987. The persistent myth of lost hegemony. *International Organization*, v.41, n.41, p.551-574.

TABB, W. 2007. The centrality of finance. *Journal of World-Systems Research*, vol.XIII, n.1, p.1-11.

TAVARES, M. C. 1997. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes.

TERLOUW, C. P. 1992. The Regional Geography of the World-System: External Area, Periphery, Semi-periphery, Core. Utrecht: Faculteit Ruimtelijke Wetenschappen.

TILLY, C., 1984. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. New York: Russel Sage Foundation.

TOOZE, A. 2018 *Crashed: how a decade of financial crises changed the world*. Nova Iorque: Penguin Random House LLC.

TORRES, E., 2011. O pânico de 2008 e a longa recessão: onde estamos e para onde vamos?. *Revista Econômica*, vol. 15, n. 2, p.57-74, Niterói.

VAN ROSSEM, R. 1996. The World-System Paradigm as General Theory of Development: A Cross-National Test. *American Sociological Review*, 61, p.508-257.

VIEIRA, P. A. 2012 A economia-mundo, Portugal e o “Brasil” no longo século XVI (1450-1650). In: VIEIRA, P. A.; VIEIRA, R. L.; FILOMENO, F. A. (Orgs.) 2012. *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 207-264.

VIEIRA, P. A. 2015. O nacionalismo metodológico na Economia e a Economia Política dos Sistemas-Mundo como possibilidade de sua superação. *Revista do CEPE*. N. 42, p. 79-95, jul./dez.

VIEIRA, P. A. 2021. A China na economia-mundo capitalista de 1840 aos dias atuais: da incorporação forçada à integração total, voluntária e irreversível. *COMCIÊNCIA* (UNICAMP), v.224, p.1-7.

VIEIRA, P. A.; FERREIRA, L. M., 2013. A inserção do Brasil na atual conjuntura científico-tecnológica da economia mundo capitalista. In: VIEIRA, Rosângela L. (Org.). *Brasil, China e EUA na Economia Política do Sistema-Mundo Capitalista*. 1ed, São Paulo: Cultura Acadêmica, p.181-208.

VIEIRA, R. L. 2012 A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929. In: VIEIRA, P. A.; VIEIRA, R. L.; FILOMENO, F. A. (Orgs.) 2012. *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, p. 265-296.

XUAN, Q.; DORIA, G. 2016. O socialismo com características chinesas e seu papel como ideologia guia da China. *Século XXI*, vol.7, n.1, p.115-130.

WALLERSTEIN, I. 1979. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

WALLERSTEIN, I. 2000. *The essential Wallerstein*. New York: The New Press.

WALLERSTEIN, I. 2004. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham and London: Duke University press.

WALLERSTEIN, I., 2011. Dynamics of (Unresolved) Global Crisis. In: CALHOUN, C.; DERLUGUIAN, G. (Org). *Business as usual: The Roots of the global financial meltdown*. New York University Press, New York.

WONG, C, 2011. The Fiscal Stimulus Programme and Public Governance Issues in China, *OECD Journal on Budgeting*, v. 2011/3, p.1-21.